

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

Anna Caroline Oliveira Teixeira Vertelo

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO
QUILOMBO CARRAPATOS DE TABATINGA (BOM DESPACHO-MG)**

Belo Horizonte

2022

Anna Caroline Oliveira Teixeira Vertelo

**O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DOS MORADORES DO
QUILOMBO CARRAPATOS DE TABATINGA (BOM DESPACHO-MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, vinculado à linha de Pesquisa em História Social da Cultura como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

981.51
V567p
2022

Vertelo, Anna Caroline Oliveira Teixeira.

O processo de constituição identitária dos moradores do Quilombo Carrapatos de Tabatinga (Bom Despacho – MG) [manuscrito] / Anna Caroline Oliveira Teixeira Vertelo. - 2022.

149 f. :il.

Orientador: Alexandre Almeida Marcussi.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. Quilombos - Teses. 3. Identidade – Teses. 4. Bom Despacho (MG) – História – Teses. I. Marcussi, Alexandre Almeida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**FOLHA DE APROVAÇÃO****"O processo de constituição identitária dos moradores do Quilombo Carrapatos de Tabatinga (Bom Despacho-MG)"****Anna Caroline Oliveira Teixeira Vertelo**

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Alexandre Almeida Marcussi - Orientador
UFMGProfa. Dra. Regina Helena Alves da Silva
UFMGProfa. Dra. Sônia Maria de Melo Queiroz
UFMG

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Regina Helena Alves da Silva, Professora do Magistério Superior**, em 13/09/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Sonia Maria de Melo Queiroz, Membro**, em 15/09/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Almeida Marcussi, Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2022, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1735507** e o código CRC **1999104B**.

Referência: Processo nº 23072.253189/2022-15

SEI nº 1735507

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos moradores de Carrapatos de Tabatinga, que compartilharam seu tempo e histórias, não só enriquecendo, como materializando esta dissertação, que foram para mim fonte de conhecimento e aprendizado na comunidade.

Ao meu orientador, Alexandre Marcussi, pela dedicação e empenho na orientação desta dissertação, que com tranquilidade e sabedoria, conduziu-a, mantendo-me segura sobre os caminhos escolhidos e resultados alcançados.

À Banca Examinadora, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À minha mãe por todo o incentivo, apoio e ao amor a mim ofertado durante todos os anos de minha existência e, em especial, durante a elaboração deste trabalho.

Ao meu marido e companheiro de vida, Leandro, pelas palavras de encorajamento para seguir adiante com o trabalho acadêmico, por sua compreensão e paciência.

Às professoras Flávia Lemos e Vanda Praxedes, por todas as orientações e ajudas, e a Josi, Kátia, Bruno, Nayara, André, Gabriela, Michelly, Amanda, Rafaela e Andynara por toda paciência, amizade e companheirismo.

À minha irmã querida, Isabel, que, mesmo longe, se fez presente em todos os processos.

Aos meus queridos amigos, Piero, Cris, Zeca e Bruno por terem me apoiado em toda essa caminhada.

Ao melhor grupo, Felipe, Gustavo, Kemps, Leonardo, Rafael e Victor, obrigada por todo apoio nesta jornada.

Aos meus amigos de curso de mestrado pela ajuda durante as disciplinas e pela troca de experiências e informações que, de certa maneira, contribuíram para a construção deste estudo. Especialmente os amigos, Arthur, Bárbara e Roberth.

Aos corpos docente e discente do Programa de Pós-Graduação em História que me proporcionaram significativos momentos de construção que me levaram a obter novas aprendizagens.

“Ó Senhora do Rosário, Ó Senhora do Rosário,
Ó Senhora do Rosário, eu estou aqui pra agradecer,
Eu hoje cedo levantei pedindo força, Senhora me deu a força,
Estou aqui pra agradecer”
(Canção dos Reinadeiros de Bom Despacho)

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender os desafios e tensões vividos pela comunidade de Quilombo Carrapatos de Tabatinga em Bom Despacho - MG, na identificação, reconhecimento e titulação da comunidade como remanescente de quilombo. Pretende-se descrever e analisar os processos de construção da identidade quilombola na comunidade, a partir dos discursos e narrativas dos próprios moradores sobre o reconhecimento; relacionando-se com os diferentes sentidos do termo “quilombola” nos meios de identificação e autoidentificação, compreendendo este processo como uma série de eventos que estão motivando e criando novas formas de construções e reconstruções da identidade étnica local. A pesquisa traz o intuito de apreender o termo "quilombola" como consequência de um processo de ressemantização complexo, heterogêneo, ligado a particularidades locais, em oposição ao significado do termo manifesto nos textos normativos. Ela insere-se em um momento de resgate identitário e acionamento da negritude como instrumento de legitimação da pauta de luta e reconfiguração das relações de poder intra e extra grupais, que, envolvidos com o problema da construção da diferença cultural, produzem novas categorizações sobre a “cultura” e a identidade social do grupo.

Palavras-chave: Carrapatos de Tabatinga; Identidade; Quilombo; Raça; Reconhecimento.

ABSTRACT

This research seeks to understand the challenges and tensions experienced by the Quilombo Community of Carrapatos de Tabatinga in Bom Despacho - MG, in the identification, recognition and entitlement of the community as a remnant of a quilombo. We intend to describe and analyze the processes of construction of “quilombola”/maroon identity in the Community of Tabatinga, from the discourses and narratives of the residents themselves about recognition; relating to the different meanings of the term “quilombola” in the processes of identification and self-identification, understanding this process as a series of events that are motivating and creating new forms of construction and reconstruction of local ethnic identity. The research aims to apprehend the term "quilombola" as a consequence of a complex, heterogeneous process of resemantization, linked to local particularities, in opposition to the meaning of the term as it is manifested in normative texts. It finds its place in a moment of identity rescue and resource to blackness as an instrument of legitimization of the struggle agenda and reconfiguration of intra and extra group power relations, which, involved with the problem of the construction of cultural difference, produce new categorizations about the “culture” and social identity of the group.

Keywords: Carrapatos de Tabatinga; Identity; Quilombo; Race; Recognition.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 - Mapa de Bom Despacho – Minas Gerais, com destaque em vermelho para a região do Quilombo Carrapatos de Tabatinga | 12 |
| Imagem 1 - Divisão dos relatos coletados | 20 |
| Imagem 2 - A Tabatinga | 42 |
| Imagem 3 - Quadra da Associação Quilombola Carrapatos de Tabatinga | 55 |
| Imagem 4 - Igreja do Nosso Senhor da Cruz do Monte | 63 |
| Imagem 5 - <i>Print</i> do <i>post</i> publicado no <i>Instagram</i> da Comunidade | 66 |
| Imagem 6 - Mapa Semântico | 108 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Divisão dos relatos coletados por Idade..... | 19 |
| Tabela 1 - Divisão dos relatos coletados por Raça..... | 19 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Recorte Temporal e Espacial | 12 |
| 1.2 Revisão Crítica da Historiografia | 13 |
| 1.3 Metodologia | 19 |
| | |
| CAPÍTULO 1 - DO QUILOMBO AO QUILOMBOLA | 23 |
| 1.1 O tema e os conceitos: discussão teórica | 23 |
| 1.2 A realidade histórica brasileira: da escravidão ao quilombo..... | 26 |
| 1.3 Comunidades Remanescentes de Quilombos: significados e ressemantização | 28 |
| 1.4 Legislação | 31 |
| 1.5 A Legislação em Bom Despacho - MG..... | 39 |
| | |
| CAPÍTULO 2 - ENTRE MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS – A FORMAÇÃO DOS CARRAPATOS DE TABATINGA | 42 |
| 2.1 A Tabatinga | 43 |
| 2.2 Os Carrapatos | 46 |
| 2.3 Histórias do Bairro e de Famílias | 49 |
| 2.4 Histórias de Trabalho | 58 |
| 2.5 O Reconhecimento e a formação da(s) comunidade(s) em Bom Despacho | 62 |
| 2.6 Análise do processo para a regularização fundiária remanescente de quilombo | 68 |
| 2.7 O Processo | 70 |
| | |
| CAPÍTULO 3 - NOVOS RELATOS, OUTRAS HISTÓRIAS | 75 |
| 3.1 As Festas da Tabatinga e dos Carrapatos | 75 |
| 3.2 A Língua da Tabatinga: uma resistência quilombola | 81 |
| | |
| CAPÍTULO 4 – CONSTRUINDO MEMÓRIAS, (RE)FAZENDO HISTÓRIAS | 86 |
| 4.1 A(s) identidade(s) quilombola(s) | 86 |
| 4.2 Histórias de Reconhecimento e de Autoidentificação | 94 |

| | |
|---|-----|
| 4.3 A Juventude Quilombola | 97 |
| 4.4 O papel do reconhecimento enquanto remanescente de quilombo no processo de construção identitária | 101 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 115 |
| ANEXOS | 122 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar o papel do processo de reconhecimento como comunidade quilombola para a construção da(s) identidade(s) da Comunidade Carrapatos de Tabatinga, localizada em Bom Despacho, no centro-oeste de Minas Gerais.

A Comunidade do Quilombo Carrapatos de Tabatinga foi reconhecida como um território remanescente de quilombo em 2008 pela Fundação Palmares¹, e este reconhecimento acarretou uma série de mudanças na vida da comunidade, envolvendo, principalmente, questões referentes à identidade de seus habitantes e à gestão do território, que passou a ser alvo de políticas sociais e ações de organizações governamentais e não governamentais.

Situada na área urbana do município de Bom Despacho, a comunidade Quilombola Carrapatos de Tabatinga é composta por cerca de 70 famílias². Ressalta-se que são núcleos familiares unidos por relações de parentesco estendido, que poderiam talvez ser reagrupados em duas grandes “linhagens”, sendo composta por dois quilombos fundidos em um só. O Quilombo de Tabatinga tinha a liderança de Dona Fiota e se caracteriza por ser o único local onde a língua da Tabatinga é falada³. Os moradores do Quilombo dos Carrapatos são migrantes, provenientes do município de Bom Sucesso. Eles eram liderados por Dona Sebastiana, e hoje, são liderados pelas suas filhas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a história, as tensões e os desafios relativos ao processo de reconhecimento institucional e de pertencimento dos moradores do Quilombo Carrapatos de Tabatinga. E como objetivos específicos: investigar os significados das palavras “quilombo” e “quilombola” tanto para os seus moradores quanto para a sociedade circundante ao mesmo; além de determinar as tensões e conflitos no processo de reconhecimento e de construção identitária no Quilombo Carrapatos de Tabatinga; identificar o papel do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo no processo de

¹ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs)*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crqcompleta-certificadas-05-02-2021.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

² MOREIRA, Agda Marina Ferreira. *O Processo Educativo da Comunidade Quilombola de Carrapatos da Tabatinga: a afirmação identitária e a formação de sujeitos engajados mediante transmissão oral de uma memória compartilhada*. 2016. 183f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD0039.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

³ A língua da Tabatinga é uma gíria afro-brasileira, falada em Bom Despacho - MG, e é datada da época final da escravidão, a mesma pode ser entendida como um código secreto de comunicação entre os negros que se situavam nas senzalas e fazendas no interior de Minas, o dialeto da Tabatinga sempre ocorreu através de uma transmissão oral da linguagem.

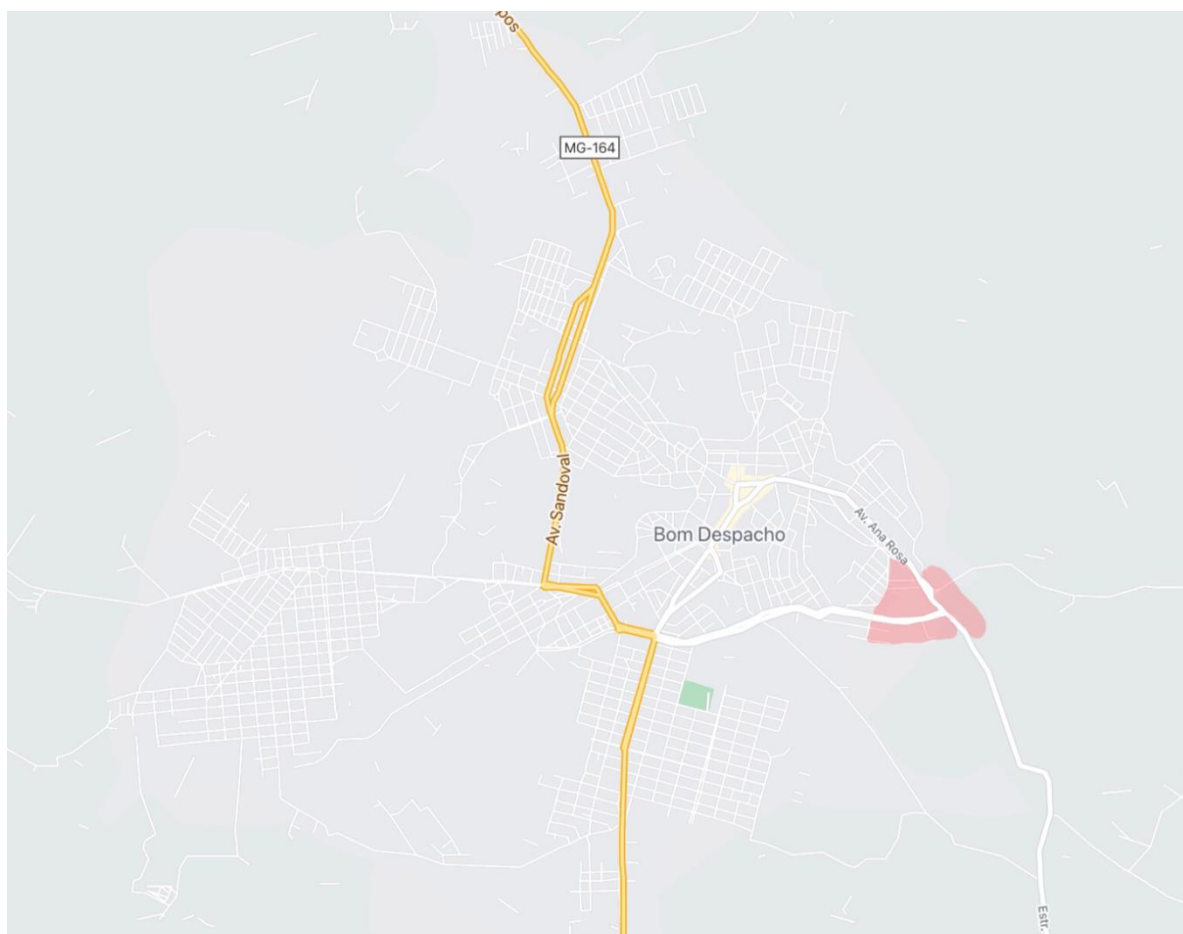
QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hz6s2>. Acesso em: 18 fev. 2021.

construção identitária e vice-versa; e, por fim, avaliar quais consequências desse reconhecimento para seus moradores, quanto às questões referentes à construção e à identificação como quilombolas.

1.1 Recorte Temporal e Espacial

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa é o ano de 2005, quando as conversas sobre a localidade ser remanescente de quilombo tiveram início, e termina em 2022, com os relatos de seus moradores no período pós-reconhecimento. Além disso, o recorte espacial apresentado ao longo da pesquisa compreende todo o território do Quilombo, no município, como demonstra o mapa abaixo:

Mapa 1 – Mapa de Bom Despacho - Minas Gerais, com destaque em vermelho para a região do Quilombo Carrapatos de Tabatinga.



Fonte: Acervo Pessoal

1.2 Revisão Crítica da Historiografia

Para a realização deste trabalho, foi utilizado um aparato documental variado, de forma a aumentar as lentes sobre a problemática que se pretende discutir, especificamente, sobre os conceitos de “quilombo”, “memória” e “território”.

Existiram milhares de comunidades de escravos fugidos no Brasil que perduraram durante todo o período escravista brasileiro. Do mesmo modo, de acordo com Gomes⁴ estas comunidades foram, primeiramente, denominadas como mocambos e, posteriormente, como quilombos;

Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já mocambo, ou mukambu tanto em kimbundu como em kicongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de feira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos.

Todavia, no Brasil, o termo "quilombo" ganhou o sentido de espaços de resistência, como sendo sociedades de escravos fugitivos autônomas. De acordo com Padre Rafael Bluteau⁵, quilombo era um termo utilizado no Brasil, compondo-se de uma “cafafita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos”. Segundo Reis⁶, no século XVIII, quilombo já era definido como o ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos arranchados em sítio despovoado.

A escravidão de africanos, no Brasil, durou mais de 300 anos. Foram desembarcados no país cerca de 5 milhões de africanos e africanas⁷, e a constituição dos quilombos ocorreu originalmente no contexto escravocrata. As péssimas condições em que os negros foram inseridos na ordem social brasileira fizeram com que eles desenvolvessem estratégias de resistência àquele sistema. A resistência à escravidão também se concretizou na organização

⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015, p. 10.

⁵ BLUTEAU, Rafael; SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. - 2 vol; 2º (26 cm). Disponível em: <http://purl.pt/29264>. Acesso em: 18 fev. 2021

⁶ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28, p. 14-39, 1 mar. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>. Acesso em: 18 fev. 2021.

⁷ ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen; RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo. *Voyages: The transatlantic slave trade database (Voyages)*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/knoD5mp5>. Acesso em: 18 fev. 2021.

dos escravizados para fugir das senzalas e das plantações, sendo que eles ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil, formando os espaços definidos como mocambos e quilombos.

Nesses territórios, sua população elaborava estratégias de luta e sobrevivência, em um exercício contínuo de resistência. Conforme Gomes⁸, os mocambos e quilombos realizavam atividades comerciais tanto com escravos, como com a população livre, sendo essas com o uso de intermediários, e possuíam uma economia baseada na produção de farinha de mandioca, fornecimento de lenha, fabricação de utensílios de cerâmica entre outros. Deste modo, os mocambos e quilombos eram espaços de resistência e liberdade criados por mulheres e homens que não aceitavam o regime de escravidão ao qual eram submetidos e constituíram assim uma subversão, ainda que limitada, à ordem colonial.

João José Reis⁹ afirma que nos quilombos:

Predominou a reinvenção, a mistura de valores e instituições, a escolha de uns e o descarte de outros recursos culturais trazidos por diferentes grupos étnicos africanos ou encontrados entre os brancos e índios [...] Essa disponibilidade para mesclar culturas era um imperativo de sobrevivência, exercício de sabedoria também refletida na habilidade demonstrada pelos quilombolas de compor alianças sociais, as quais inevitavelmente se traduziam em transformações e interpenetrações culturais.

De acordo com Leite¹⁰, os conceitos de quilombo e quilombola, no Brasil, estiveram, durante muito tempo, restritos aos séculos XVII-XIX, atribuídos, apenas, a espaços de resistência negra frente à escravidão.

O termo quilombo tem, hoje, no país, uma compreensão mais ampliada. Segundo O'Dwyer¹¹, o que hoje se conceitua como quilombo não se refere aos resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea.

⁸ GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018, p. 387.

⁹ REIS, J. J., op. cit.

¹⁰ LEITE, Ilka Boaventura. *Quilombos: questões conceituais e normativas*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 01-05, 2003. _____. *O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia - 2ª ed.*. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004. 438 p.

¹¹ O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *Territórios quilombolas conflitos*, v. 69, p. 42, 2010. <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/446/363>. Acesso em: 18 fev. 2021.

Dessa forma, a partir da década de 1960, o termo quilombo se desloca da referência histórica e passa a ser utilizado como símbolo de resistência pelo movimento negro¹². Ainda conforme o mesmo autor:

[...] o conceito de quilombo [...] atualmente, é reconhecido por suas características antropológicas e territoriais. A relação da comunidade com o território (uso e apropriação), com a cultura de matriz africana e com a política, é que definirão uma comunidade quilombola ou não. O Quilombo é hoje um espaço sinônimo de resistência e reinterpretação do mundo. As comunidades negras se identificaram e apropriaram do termo transportando-o do campo arqueológico, histórico e patrimonial para o campo político e contemporâneo¹³.

Aos negros foram negados direitos mesmo após a abolição da escravatura. Discriminados como mão de obra paga, muitos fizeram uso da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes, os grupos rurais negros construíram a vida, coletivamente, sobre uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual se elaboram formas de ser e existir como camponês e negro. De acordo com Gusmão¹⁴, a partir da promulgação da Constituição de 1988, muitas comunidades, até então, em geral, ditas apenas “comunidades negras” ou que habitavam as chamadas “terras de preto” passam a se assumir quilombolas.

Assim sendo, o quilombo deve ser observado na perspectiva da “ressemantização” do termo quilombo. Conforme Shirley Miranda, para muitos, o significado de quilombo ainda permanece atrelado à antiga definição, em que os quilombos seriam terras de negros fugidos, e,

Portanto chegamos ao século XXI sob os efeitos de um deslocamento discursivo no qual assistimos a persistência da noção criminalizada de quilombo e, ao mesmo tempo, a emergência de uma lógica na qual quilombo inscreve-se no registro de contraposição e resistência à ordem colonial e possibilita reorientar o significado de ser quilombola¹⁵.

¹² ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. Bauru: SP, EDUSC, 2006, 368 p.

¹³ ARRUTI, Jose Mauricio. *O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 2003.

¹⁴ GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

¹⁵ MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dilemas do Reconhecimento: A Escola Quilombola “Que vi de Perto”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], n. 18, p. 68-89, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/43>. Acesso em: 18 fev. 2021.

A ressemantização do termo quilombo possibilita uma nova conjuntura no campo dos direitos, uma vez que esses grupos saem de uma situação de invisibilidade para conhecimento em âmbito nacional, passando a ser sujeitos de direitos como categoria social mediante afirmação identitária diferenciada. Ou seja, a ressemantização do termo quilombo coloca a exigência de se compreender tal fenômeno não somente do ponto de vista político, mas para uma reflexão científica do processo que ainda se encontra em construção¹⁶.

Aos quilombos deve ser atribuído um novo significado, uma vez que a “ressemantização” é um rompimento com as ideias e legislações coloniais que lhes foram historicamente atribuídas, visto que não é o termo ressignificado que cria novas realidades, mas é a realidade que subsidia a ressemantização do conceito de quilombo. Do ponto de vista dos remanescentes quilombolas atuais, que necessitam ocupar espaço na sociedade brasileira e serem alvos de políticas públicas voltadas para as suas próprias demandas emergenciais, a ressignificação da ideia de quilombo e quilombola é uma maneira de contemplar as demandas desse grupo étnico no Brasil.

Assim, para Manuela Carneiro da Cunha, o surgimento da cultura imporia uma distinção entre os grupos periféricos que seriam valorizados por sua cultura diferenciada, passando da produção de uma cultura em si para a reprodução de uma cultura para si. De acordo com a autora, os povos tradicionais utilizam-se de sua cultura para se afirmarem no campo político ao descrever que “vários grupos estão mais do que nunca celebrando sua “cultura” e utilizando-a com sucesso para obter reparações por danos políticos”¹⁷.

Segundo Hall, a identidade é móvel, transitória e não estática: “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”¹⁸. Por isso, a identidade é constantemente construída e reconstruída. Logo, existem várias possibilidades de se ser alguma coisa, uma vez que a identidade é um constante vir a ser.

Referindo-se a identidade negra, Gomes afirma que

[...] qualquer adjetivação da cultura, [...] é uma construção social, política, ideológica e cultural que, numa sociedade que tende a discriminar e tratar desigualmente as diferenças, passa a ter uma validade política e identitária. A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à

¹⁶ LEITE, I., op. cit.

¹⁷ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “*Cultura*” e *cultura*: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 313.

¹⁸ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 13.

corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse "nós" possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade.¹⁹

Ao considerarmos a memória quilombola dispomos uma grande produção de memórias, uma diversificação dos bens que podem ser considerados como patrimoniais e uma complexificação das identidades culturais que questionam os referenciais comumente adotados para o campo da preservação; a patrimonialização da memória nunca foi um movimento de continuidade com o passado, mas de rupturas.

Na visão de Hartog, Halbwachs “traçava uma clara linha divisória entre história e memória, em benefício de uma abordagem pela memória, que polidamente dispensava o historiador, reivindicando-o a seus arquivos e a sua exterioridade”.²⁰ Entre a história e a memória há uma relativa linha divisória, mas com significados distintos nos modelos de compreensão da realidade social.

De acordo com Halbwachs, seria por intermédio do pertencimento a um grupo social que as pessoas conseguem adquirir, localizar e evocar as suas memórias. Segundo este autor,²¹ lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. E essa reconstrução dependerá de como o recordador insere-se em um meio social com uma identidade mediante que se constituirá a memória coletiva do grupo.

Cada comunidade produz sentidos, sentimento de pertencimento e reconhecimento segundo os modos de vida e as práticas elaboradas com base no cotidiano da comunidade²², convertendo-a em um espaço único de imbricação de elementos culturais que integra sua tradição na contemporaneidade.

Nesse sentido, Milton Santos define que o espaço é o testemunho e memória do modo de produção do espaço construído por coisas que são fixadas na paisagem desenvolvida ou criada, que se transformam numa forma durável em testemunho, que não se desfaz “paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”²³.

¹⁹ GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 79. Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

²⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andrea Souza de Menezes et al Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção História e Historiografia). p. 159.

²¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurente León Schaffter. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990.

²² APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia pós nacional. *Novos Estudos Cebap*, n° 49, nov.1997. São Paulo, pp. 33-46.

²³ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 138.

Portanto, o território ganha o simbolismo a partir de seu uso, sendo deste modo, o “território usado”, e para além das perspectivas material e do poder da categoria território. Assim, a identidade, o simbolismo e a cultura são dimensões essenciais para sua compreensão. Ademais, a relação entre identidade e território é tão forte que “toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária”²⁴.

Compartilhamos do entendimento de Milton Santos que reafirma nessa passagem que o território é o espaço físico mais a identidade, mostrando a importância da organização social para a formação do território. Dessa forma,

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida²⁵.

Só existe território quando existe territorialidade. Esta traduz a forma como se dá a apropriação e/ou dominação do espaço pela sociedade, a qual utiliza a terra (ou o lugar) e se organiza nele a partir de um sistema de ações e objetos²⁶. Se só existe território quando há apropriação e/ou dominação de um espaço pela sociedade, só existe território quando há territorialidade. Porém, atribui-se à territorialidade uma dimensão simbólica que se estabelece entre a sociedade e o espaço.

Segundo Canclini,²⁷ é possível considerar território como um discurso. Para ele, o discurso pode ser entendido como um conjunto de atos linguísticos inter-relacionados, dinâmicos e sequenciais, que se manifestam no interior e por meio dos campos sociais de ação. Funcionam com símbolos semióticos, orais ou escritos. Além disso, o discurso opera em estruturas opacas e transparentes que tomam forma nos textos, nos quais é possível observar a discriminação, poder e controle. Em suma, o território contém diversas características que indicam tratar-se de um discurso.

²⁴ Ibid., p. 138.

²⁵ SANTOS, Milton. *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 08

²⁶ SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

²⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (trad.) 3 ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

1.3 Metodologia

Foram entrevistados 21 membros da Comunidade Carrapatos de Tabatinga em Bom Despacho-MG. Destes, 8 pertencem ao lado dos Carrapatos e 13 ao lado da Tabatinga. O interesse em entender, a princípio, a constituição identitária dos moradores naquela comunidade facilitou a escolha das entrevistadas: Sandra e Maria das Graças que são filhas de Dona Sebastiana, mas também as representantes das novas gerações, netos e netas de Dona Sebastiana (Marcelle, Francis, Gabriel, Ana Luiza, Luana e Cleverson). Do lado da Tabatinga selecionamos alguns moradores mais velhos (Odete, Marcos, Osmar, Maria Aparecida, José Raimundo), outros de meia-idade (Aílton, Flávio, Joana, Maria Helena, Estela e Rosa) e mais jovens (Fernando e Daniel). Todos os entrevistados concordaram em gravar seus depoimentos e deram consentimento para que seus nomes fossem publicados no presente trabalho.

A abordagem usada para esta pesquisa segue a linha qualitativa, uma vez que visamos compreender como cada indivíduo da comunidade articula os conceitos de memória, experiência e identidade.

Tabela 1: Divisão dos relatos coletados por Idade

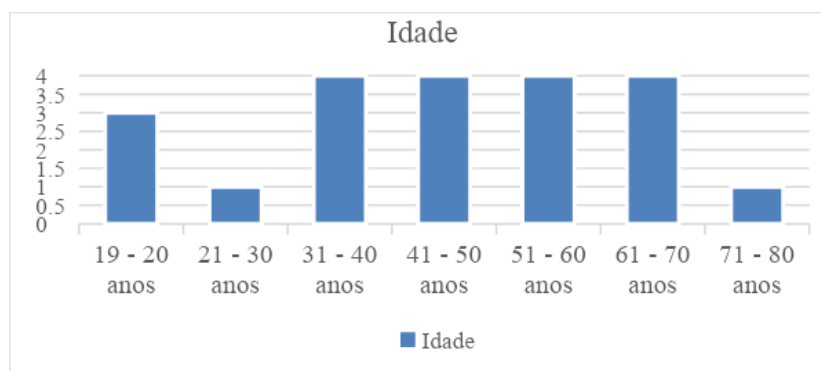
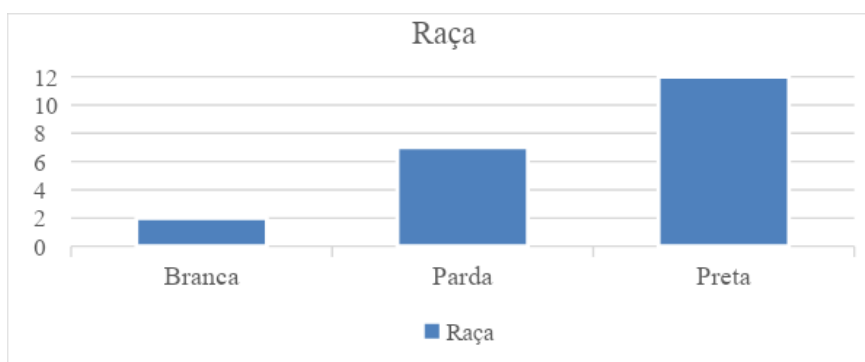


Tabela 2: Divisão dos relatos coletados por Raça (autoatribuídos)



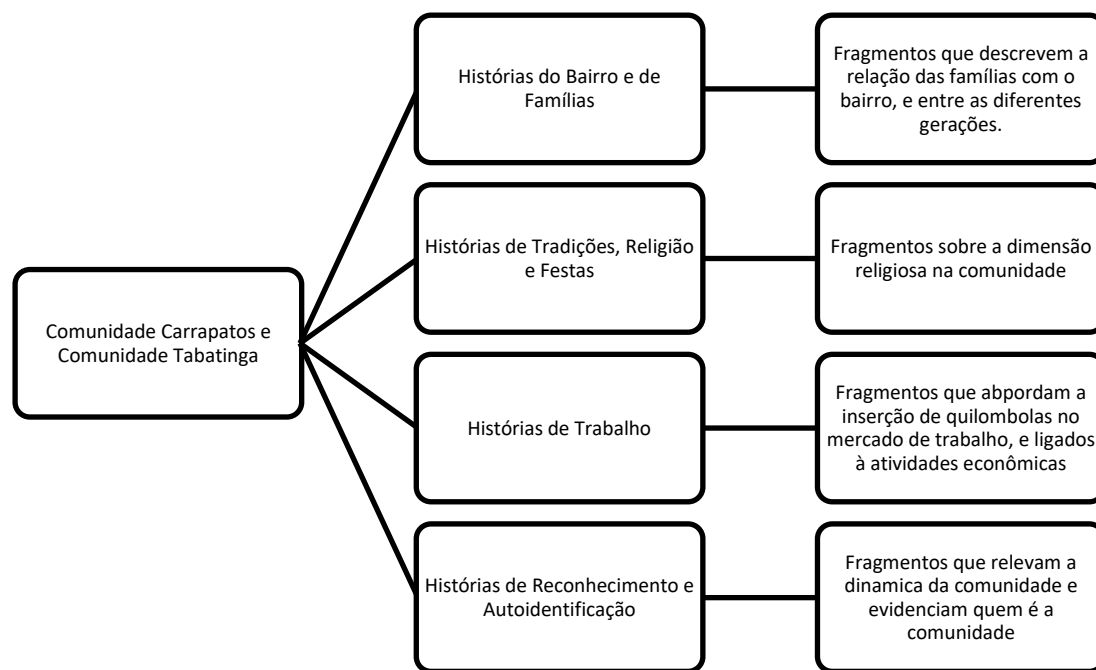
Realizei as entrevistas no mês de outubro de 2020 e abril de 2022, mas antes disso, eu já havia realizado diversas visitas à comunidade. Em seu conjunto, esses diálogos revelam os elementos que estruturam as experiências familiares, como eles são engendrados, transmitidos e mantidos na comunidade.

Para realizar as entrevistas com indivíduos do lado do Carrapatos, comecei com o contato de Sandra, filha de Dona Sebastiana, e ao observar a participação de seus familiares na representação do quilombo, o interesse pelos outros entrevistados foi surgindo. As entrevistas correram bem e foram fáceis de se agendar, o que demonstra que eles queriam dar seus depoimentos. Em contrapartida, em relação ao grupo da Tabatinga ocorreu o inverso: para o trabalho de campo ser realizado, foi um processo demorado, em que, no começo, havia uma grande desconfiança. Ao longo do processo tive que lidar com negativas às entrevistas e com diversas dúvidas do grupo. Ao realizá-las, os próprios entrevistados me indicavam membros da comunidade para que eu pudesse conversar, em processo orgânico.

Durante o trabalho de campo também participei das festividades de Reinado, de Cosme e Damião, e de São Sebastião, no ano de 2021, em que pude observar o trânsito e as relações dos grupos. Durante estes momentos, realizei uma observação participante, para me aproximar do espaço, conceitos e estruturas. Dessa maneira, foi perceptível que as respostas para as minhas perguntas estavam presentes na dinâmica diária da comunidade e na relação intragrupos.

O roteiro com as perguntas principais foi dividido em blocos temáticos: a rotina das pessoas no quilombo, a memória e a ancestralidade, o processo formativo e educacional, a identidade quilombola, as manifestações culturais, a religiosidade e, por fim, a história pessoal. Tais perguntas, porém, iam sendo complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Imagem 1: Divisão dos relatos coletados



Optamos em dividir as comunidades em Carrapatos e Tabatinga, pois nos relatos, diversos fragmentos fazem referência aos grupos, e a distinção entre eles demarca quem pertence a cada comunidade e quem não pertence. O discurso das comunidades é constituído de textos que possuem sentido e significado próprios e que estão vinculados ao contexto em que o grupo se encontra. Assim, os participantes do estudo compartilham lembranças que remetem à composição da comunidade. Essas lembranças compartilhadas são as memórias coletivas a que se refere Halbwachs²⁸.

Compreendemos a História como ciência sendo um campo diacrítico em permanente disputa. A tentativa de reconstituição da História da Tabatinga e dos Carrapatos tenciona a suposta invisibilidade desses atores, os quais participam de uma disputa de sentidos que consiste em operar através de uma mentalidade diferente daquela até então em vigor, criando um novo vocabulário, invertendo o sentido de palavras usuais, ressignificando outras, inventando novos métodos para resolução de problemas antigos, compreendendo a si e ao grupo por meio de elementos alternativos nem sempre materiais e nem sempre traduzíveis para a palavra escrita.

Ao realizarmos a coleta dos relatos, pudemos perceber que o processo de identificação das populações do quilombo pode ser caracterizado como bastante heterogêneo e que por esta razão existe uma evidência de disputas intragrupais, e não se percebe uma construção unitária

²⁸ HALBWACHS, M., op. cit.

do significado do termo quilombola, uma vez que o sentido do mesmo varia muito de acordo com os habitantes.

No primeiro capítulo da dissertação, apresentamos brevemente a história dos quilombos no Brasil, abordando a realidade do período escravocrata com a culminação dos quilombos. Também colocamos alguns sentidos dos significados de quilombos e seu processo de ressemantização para toda a sociedade. Por fim, realizamos uma análise do reconhecimento como remanescente quilombola, a inclusão dos direitos na Constituição de 1988 e as legislações sobre o assunto. Fazemos um panorama dos vários sentidos e dos usos políticos e legislativos dos quilombos no Brasil, com foco em como a noção de quilombola é entendida no discurso oficial e na prática político-institucional. Ao final do capítulo, analisamos as legislações existentes em Bom Despacho-MG sobre os territórios e cultura quilombolas.

No segundo capítulo, apresentamos as duas comunidades que compõem o Quilombo Carrapatos de Tabatinga, e sobre como foi o processo de reconhecimento como comunidade quilombola, além das histórias relacionadas ao bairro, às famílias que o compõem e ao trabalho na comunidade. Ademais, fazemos uma análise do reconhecimento e da formação da comunidade como território remanescente quilombola. Por fim, neste capítulo, detalhamos o Processo de Reconhecimento da Comunidade que está em andamento no INCRA²⁹, tanto analisando a documentação acerca do processo de reconhecimento que foi enviada pela comunidade quanto como é realizado o processo.

O terceiro capítulo da dissertação trata da coleta de relatos realizada na comunidade, com trechos destacados sobre memórias individuais e coletivas, sobre as festas realizadas na comunidade e sobre a Língua da Tabatinga. Nesse sentido, percebemos as festas e a Língua como aspectos usados pelos moradores para a diferenciação e o reconhecimento dos grupos.

Por fim, no capítulo quatro é apresentada uma análise da coleta de relatos, fazendo, deste modo, uma reconstrução das histórias dos dois grupos, relacionando-as com a forma como as identidades do território surgem para os sujeitos, como os mesmos avaliam o processo de reconhecimento da comunidade, abordando também a percepção dos jovens sobre este reconhecimento, que para eles está presente nas escolas e nas redes sociais. Finalmente destacamos o papel do papel do reconhecimento como quilombola no processo de construção identitária dos indivíduos.

²⁹ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CAPÍTULO 1 - DO QUILOMBO AO QUILOMBOLA

A transição à qual o título deste capítulo faz referência se inicia nas origens africana e brasileira dos quilombos, atravessa os significados que a palavra absorveu em sua trajetória e culmina no processo em que comunidades rurais emergem no cenário nacional ao se autorreconhecerem como grupos étnicos. Durante a reconstituição dessa trajetória, abordamos desde a estrutura ideológica que sustentou a escravização e o deslocamento forçado de milhões de pessoas até as estratégias repressivas que tornaram essa população marginalizada mesmo após a abolição do sistema escravista. São fenômenos que, a nosso ver, merecem a devida atenção na construção da análise comunicacional proposta nesta pesquisa.

1.1 O tema e os conceitos: discussão teórica

O quilombo como instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos. É uma história de conflitos pelo poder, de decisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios. Segundo Munanga³⁰, o termo *kilombo* surgiu na África, na região de Angola e designava, em língua quimbunda, uma sociedade iniciativa de jovens guerreiros, formados por vários grupos étnicos desenraizados de suas comunidades. Esta instituição teria sido reinventada pelos escravos africanos aqui no Brasil, precisamente na constituição do quilombo de Palmares. Por esta razão, depois de Palmares que o termo quilombo se consagrou como reduto de escravo fugido. Antes se dizia Mocambo. Tanto o significado usual de quilombo quanto a palavra de origem são dadas pelo termo *kilombo*, usado para designar acampamento de guerra em quimbundo.

Ainda na perspectiva do mesmo autor, acredita-se que não há como negar a presença de indivíduos escravizados oriundos de sociedades falantes de línguas do grupo banto, em especial de Angola, na liderança desses movimentos de fuga organizados que deram origem aos quilombos brasileiros.

De acordo com Lara³¹, depois de Palmares, os escravos não conseguiram reproduzir, no Brasil, qualquer coisa minimamente próxima do que representava o grande quilombo. Pois

³⁰ MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP*. São Paulo, n° 28, p. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

³¹ LARA, Silvia. “Do Singular ao Plural: Palmares, Capitães-do-mato e o Governo dos Escravos”. In: REIS, João José. GOMES Flávio (orgs.). *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

os senhores e governantes coloniais criaram estratégias repressivas que, se não puderam eliminar a fuga, tentaram manter sob controle o número de escravos fugidos e a formação de mocambos. Foi nesse processo que se inventou o capitão-do-mato, instituição disseminada por toda colônia como milícia especializada na caça de escravos fugidos e destruição de quilombos.

Conforme Reis,³² o problema maior para o regime escravista estava exatamente em que os quilombos, pelo menos a maioria deles, não ficaram isolados, perdidos no alto das serras, além da sociedade envolvente. Embora em lugares protegidos, os quilombolas, na sua maioria, viviam próximos a engenhos, fazendas, lavras, vilas e cidades, na fronteira da escravidão, mantendo uma rede de apoio e interesses que envolvia escravos, negros livres e mesmo brancos, de quem recebiam informações sobre movimentos de tropas e outros assuntos estratégicos. Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos. Com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais entre outros.

É certo que houve os casos de quilombos isolados, às vezes topados por expedições que até desconheciam sua existência, mas as evidências para o próprio Palmares, e mais ainda para os quilombos que o sucederam Brasil afora, apontam para uma relação muito mais intensa entre quilombolas e outros grupos sociais.

Dessa forma, muitos não chegavam a formar uma verdadeira “comunidade quilombola”, pois, para que isto acontecesse, exigia-se uma vivência que permitisse certa estabilidade, a sucessão de gerações e o estabelecimento de uma memória grupal de costumes, rituais, valores próprios, formas consagradas de lideranças que organizassem politicamente e defendessem “militarmente” o grupo. Os quilombos que conseguiam todas essas características não foram muitos e se tornaram cada vez mais raros com a expansão econômica e demográfica para o interior, principalmente no início do século XIX. Este fato será melhor explicado no contexto da trajetória dos quilombos na história do Brasil.

O quilombo foi interpretado como território de resistência à brutalidade do cativo. Assim, os quilombos foram entendidos como protesto dos negros na luta contra o sistema escravista, na negação de um sistema que era mantido pela exploração física, material e social dos escravos. No entanto, até o início da década de 1980, os quilombos eram interpretados como organizações que não teriam oferecido nenhum risco ao sistema escravista, como se não tivessem tido nenhuma influência no processo de desagregação do sistema desencadeado no

³² REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: Alencastro, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

século XIX, persistindo com a ideia de “coisificação do quilombo”. Gomes³³ caracteriza a mudança nesta perspectiva, como um processo de inversão dos mitos da escravidão de escravo passivo a escravo rebelde.

Diante da complexidade do que foi a experiência de formação dos quilombos no Brasil é que, possivelmente, pode-se entender a variedade de designações recebidas pelas comunidades originadas de quilombos: terras de preto, comunidades negras rurais, mocambo, quilombos e tantas outras. E são assim designadas, pelos próprios protagonistas, porque encerram experiências particulares de lutas para se constituírem como grupos que, por diferentes meios, confrontaram a sociedade para sobreviver física e culturalmente.

A denominação adotada pelos constituintes de “remanescentes das comunidades dos quilombos”, inscrita no Artigo 68 da Constituição Federal, de 1988, é considerada por muitos historiadores e antropólogos inadequada. Pois, para eles, desqualifica essas formações como um processo (já que “remanescente” sugere sobra, resto de algo...) que incorporou, ao longo da história, as mudanças internas e externas a cada formação. A literatura antropológica recente tem buscado uma conceituação mais apropriada para o conhecimento desses grupos. Neuza Gusmão, por exemplo, sugere a denominação de “quilombos modernos”, por considerar que as

possíveis origens das chamadas terras de preto envolvem terras conquistadas, os quilombos, terras doadas ou obtidas em pagamentos por prestação de serviços [a particulares e] ao Estado como também resultam da compra ou simples ocupação de áreas devolutas em diferentes momentos da história nacional. (GUSMÃO, 1995, p.11)³⁴.

Essa variedade de situações que as populações negras rurais contemporâneas invocam para explicar o acesso a terra no passado, denota a multiplicidade de estratégias usadas para ocupá-la e mantê-la até hoje. Por meios diferentes, esses descendentes conseguiram permanecer em seus territórios de origem, em meio a conflitos, grilagens e especulação de suas terras, preservando e renovando costumes para se adaptarem aos ditames exigidos pela sociedade nacional, que não os reconhece como autênticos sujeitos históricos. O mais evidente exemplo disso é que hoje se requer destas comunidades, provas de ancestralidade da ocupação, como condição para o reconhecimento legal da propriedade e o consequente direito de serem enquadradas no artigo 68 da Constituição, e permanecerem nas terras que ocupam

³³ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX – (Edição Revista e Ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁴ GUSMÃO, N., op. cit.

inmemorialmente. Note-se que, ao imputar aos quilombolas o ônus da prova, subverte-se o princípio elementar do direito segundo o qual o ônus caberia a quem questiona o direito das comunidades.

1.2 A realidade histórica brasileira: da escravidão ao quilombo

O movimento de quilombagem brasileiro foi resultado do processo que consolidou a formação socioeconômica, política e territorial à base da escravidão. Para auxiliar o desenvolvimento dessas novas atividades e garantir os lucros mercantis, foram sendo adquiridos trabalhadores negros os quais eram trazidos de diversas localidades da África como escravos para o Brasil. Estes negros iam sendo introduzidos gradativamente, em escala crescente e com apoio das instituições religiosas, formando, com os reduzidos escravos indígenas, a base do sistema de produção colonial³⁵.

No fim do século XVIII e durante o século XIX, os negros, em reação às condições desumanas de vida, aos maus tratos dos senhores, à falta de autonomia individual e, portanto, em contraposição ao sistema escravista, intensificaram as fugas e a formação de aglomerados alternativos e livres da escravidão, conhecidos como quilombos. Assim, os atos de fuga e construção dos quilombos significaram ao mesmo tempo a luta por sobrevivência e resistência ao sistema. Os quilombos propunham fornecer uma possibilidade de liberdade e autonomia no interior de um sistema escravista e, também, se tornaram elementos de pressão dos escravos por melhores condições de vida. No entanto, essa alternativa de sobrevivência era bastante difícil e arriscada devido aos perigos da floresta, das dificuldades de sobreviver nas matas e das frequentes e violentas expedições dos capitães-do-mato.

Os quilombos localizavam-se geralmente em sítios estratégicos como regiões de topografia acidentada (chapadas, áreas de cachoeiras e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas ou na entrada do vale³⁶. Estes posicionamentos visavam uma maior proteção territorial e proporcionavam condições próprias ao cultivo de alimentos. O quilombo representou o território vital construído pelos negros fugidos. Isto é, o território que lhes permitia satisfazer suas necessidades básicas, como as de se alimentar,

³⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁶ ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

habitar e reproduzir, onde a sobrevivência social encontrava-se subordinada às condições territoriais, permitindo um maior enraizamento no solo-território³⁷.

As comunidades quilombolas, os agrupamentos negros que viviam em áreas periféricas ou em pequenos lotes doados por seus antigos senhores, viram-se, com a Lei de Terras, de 1850, impossibilitados de legalizarem suas apropriações e passaram a ser considerados como ocupantes irregulares de terras devolutas.

Atualmente, entende-se por quilombo todo o agrupamento negro, rural ou urbano, constituído durante o regime escravocrata ou logo após a abolição, e que consolidou um território como forma de construção de um espaço mínimo de autonomia, no interior do qual lograram a reprodução econômica e biológica, ou seja, com uma reprodução social completa e em condições adversas. A formação de tais territórios foi mediada por uma pluralidade de formas de acesso e usufruto da terra, constituindo “regimes alternativos de posse e propriedade”³⁸, além de ser intensamente moldada por uma memória coletiva e por práticas culturais singulares. Além da ênfase à particularidade de tais historicidade e territorialidade, considera-se que “quilombo vem a ser, portanto, o mote principal para se discutir uma parte da cidadania negada”³⁹, a inserção “de fato” de determinados segmentos em uma sociedade fortemente marcada por hierarquias raciais.

Diante deste quadro, a comunidade quilombola se insere no grande problema do campesinato brasileiro. Assim, mesmo sabendo que o objetivo deste trabalho não é avaliar a adequação ou inadequação da identidade quilombola da comunidade, resolveu-se tecer algumas considerações sobre esta temática.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na

³⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo: Hucitec, 2000.

³⁸ GUSMÃO, N., op. cit, p. 66.

³⁹ LEITE, Ilka Boaventura ; FONSECA, Claudia Lee Williams . Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, p. 123-150, 1999.

manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar⁴⁰.

Esses estudos mostraram que as comunidades de quilombo se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, e as heranças e doações. O meio de resistência da ancestralidade negra retoma sua força com o surgimento do “quilombismo”, conjunto de proposições lançado pelo ativista negro Abdias do Nascimento, o qual permeia o movimento negro a partir dos anos 1980. O “quilombismo” é configurado como toda forma de resistência física e cultural da população negra e, para o autor, significa “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”⁴¹. Essa organização foi transformada em símbolo de resistência ao racismo institucional do Estado e em uma organização em que predominam práticas de produção não exploradoras, democracia política, educação intercultural, entre outros. Tal conjunto de proposições é impulsionado pelas críticas intelectuais ao mito da democracia racial vigente no Brasil, pelo movimento dos negros americanos por direitos civis e pelas lutas anticoloniais da África meridional.

1.3 Comunidades Remanescentes de Quilombos: significados e ressemantização

Por anos invisibilizadas em todo o território nacional, as comunidades quilombolas até pouco tempo ainda percorriam o imaginário social como grupos compostos por ex-escravos e ex-escravizados, mestiços e foragidos da justiça, que se refugiaram em regiões de difícil acesso para se libertarem das condições de exploração e opressão impostas pelo regime escravocrata, vivendo de modo comunal, sendo extintas com o pós-abolição. A partir da Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 216 - § 5º e do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, essas comunidades passaram a ser notadas e revistas em todo meio acadêmico e político do Estado Brasileiro. O artigo 216 determina que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais [...] § 5º Ficam tombados todos os

⁴⁰ O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos – Identidade Étnica e Territorialidade*. Editora FGV, 2002.

⁴¹ NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos⁴².

E o artigo 68 determina que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Visando ao mapeamento desses grupos para fins de reconhecimento de direitos civis e preservação de sua história e memória, vários estudiosos, entre eles antropólogos, arqueólogos e historiadores, passaram a produzir estudos acadêmicos e pareceres técnicos sobre os referidos grupos. Esse novo arranjo classificatório trouxe muitas implicações e questionamentos ao processo de categorização e identificação desses grupos, sobretudo, a partir dos conceitos de quilombos e remanescentes. Pois, ora essas comunidades têm suas características atribuídas ao passado histórico, prevalecendo os traços da etnicidade ora têm suas atribuições relacionadas à questão fundiária de uso comum das terras. Arruti⁴³ relata que a constituição de 1988 tratou da certificação dos direitos das comunidades remanescentes por meio de duas concepções bem distintas: uma de modo primordialista e a outra de maneira ressemantizadora. O referido autor destaca que essas oposições para classificação acarretaram de modo contundente o atraso para o reconhecimento dos grupos tanto no campo jurídico quanto no meio político, ou seja, conseqüentemente, originaram a demora pela oferta da garantia dos direitos territoriais os quais lhes foram destinados. Esse adendo pode ser confirmado a partir de uma tabela emitida no ano de 2021 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária⁴⁴, que tratava do andamento das titulações das terras quilombolas. Essa tabela mostrava que o primeiro título expedido a uma comunidade remanescente de quilombo somente ocorreu em 1995, sete anos após a aprovação da Constituição. Além disso, outro impasse que se apresentou e apresenta para a salvaguarda dos direitos legais e políticos foi a ressemantização incorporada ao conceito. A incorporação do termo intensificou o estereótipo de que essas comunidades ainda vivem das sobras residuais do passado. Logo, não passam de uma lembrança de algo que não existe mais, já que o regime escravocrata acabou.

⁴² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

⁴³ ARRUTI, J. M., op. cit.

⁴⁴ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Títulos Expedidos às comunidades quilombolas*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/titulos_quilombolas_nov_2021.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

A associação do quilombo com a fuga, o elemento da quantidade de escravos reunidos em um determinado local para se definir como um quilombo e a localização geográfica a partir da expressão “em parte despovoadas”, levam a um entendimento de isolamento das comunidades e finalmente a uma relação de precariedade e transitoriedade.

Essa noção de quilombo foi utilizada até o início dos anos 90, quando um pesquisador da Fundação Cultural Palmares informou, através da grande imprensa, que o órgão teria uma definição para quilombo que serviria como base para os estudos futuros, especificando que, os quilombos seriam “sítios historicamente ocupados por negros” em que fossem encontrados “resíduos arqueológicos” e com “conteúdos etnográficos e culturais”. Entretanto, esse conceito perdeu seu sentido com as primeiras visitas técnicas realizadas por arqueólogos e arquitetos às comunidades, percebendo um claro confronto entre o “aspecto de patrimônio histórico e as demandas apresentadas pelos grupos atuais”⁴⁵.

Ademais, a ressemantização do termo “quilombo” foi aplicada pelo Poder Executivo Federal, através do Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou, após 15 anos, o artigo 68 do ADCT/88. O Decreto determinou como competência da Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cultura, a certificação das comunidades quilombolas por meio de um critério de autodefinição, a partir da concepção da ancestralidade, trajetória e relação territorial específica de seus componentes.

Porquanto, sabemos que essas comunidades têm fortes laços culturais ligados ao passado, sendo exemplificadas na manutenção da prática de sua ancestralidade. Porém, eles tiveram que reinventar algumas de suas tradições para se manterem no presente como sujeitos ativos portadores de uma identidade étnica.

As reflexões sobre o fortalecimento da identidade quilombola podem ser mais bem compreendidas por meio dos estudos de Barth⁴⁶ ao se reportar às fronteiras étnicas que delimitam e constroem o próprio grupo. Assim, quanto mais forte e unificado for o pertencimento étnico de um grupo, mais sólida será a sua identidade a nível político. Além disso, de acordo com Mello:

O termo qualificativo “remanescentes” é sugestivo por si só, pois revela a expectativa de encontrar, nas comunidades atuais, formas atualizadas dos antigos quilombos, como se elas fossem estáticas ao tempo. Assim, a categoria remanescente de quilombos não se referiria à sobra do passado,

⁴⁵ ARRUTI, José Maurício. *Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca-SP*. São Paulo: 2003.

⁴⁶ BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

nem a uma cultura congelada no tempo, mas à utilização dessa forma de identificação por coletividades em busca de reconhecimento no presente⁴⁷.

Visto isso, apesar de tamanha confusão entre o binômio memória e direito, a constituição de 1988 teve um saldo positivo ao promover o redirecionamento e a visibilidade desses indivíduos não mais como pertencentes a grupos extintos e marginalizados, mas como sujeitos ativos e contribuintes da formação nacional do país. Conforme Arruti, o termo Remanescentes das Comunidades dos Quilombos, é ao mesmo tempo um ato de reconhecimento jurídico de criação social, estabelecido por dois conceitos: quilombo e reconhecimento. De acordo com o autor:

A categoria “remanescentes de quilombos” foi criada pelo mesmo ato que a instituiu como sujeito de direitos (fundiários e, de forma mais geral, “culturais”) e, nesse ato, o objeto da lei é anterior a ela ou, de um outro ângulo, nele o direito cria seu próprio sujeito. O artigo 68 não apenas reconheceu o direito que as comunidades remanescentes de quilombos têm as terras que ocupam, como criou tal categoria política e sociológica por meio da reunião de dois termos aparentemente evidente⁴⁸.

1.4 Legislação

A maior concentração de comunidades quilombolas está localizada nos estados do Maranhão, Bahia, Pará e Minas Gerais. Além dos quilombos estabelecidos durante a era escravista, muitos quilombos se formaram após a abolição da escravatura em decorrência de diversas circunstâncias, como concessões e conquistas de terras para prestação de serviços, inclusive entre guerras. De acordo com o Guia de Políticas Públicas para comunidades Quilombolas / programa Quilombola do Pau-Brasil (2004) da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a comunidade quilombola, a chamada terra de preto, terra de santo, a terra de santo Santíssima também é considerada propriedade de ordens religiosos, sinaliza territorialidade resultante da doação de terras a santos e do recebimento de terras em troca de serviços religiosos.

Para refletir sobre os direitos de que tratam essas comunidades, podemos destacar dois documentos extremamente importantes: o Decreto de nº 4886 e o Decreto de nº 4887, ambos de 20 de novembro de 2003. Enquanto o primeiro tentou instituir a Política Nacional de

⁴⁷ MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscência dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 43

⁴⁸ ARRUTI, José Mauricio P. A. “*Etnias Federais*”: o processo de identificação de “remanescentes” indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. Tese de doutorado. (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. p. 37.

Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo é promover o "tombamento de todos sítios e sítios que contenham reminiscências históricas de os mais velhos para garantir que os restos das comunidades quilombolas sejam de suas terras", o segundo tratou do Ministério da Cultura do Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária, de a competência para a delimitação de terras quilombolas, bem como para a demarcação de suas demarcações e títulos.

O Decreto 4887/03 destaca-se também por reforçar o direito à territorialidade, tão vinculada à identidade quilombola, que o artigo 68 da ADCT já mencionava. Além disso, o referido decreto foi um divisor que deu voz e visibilidade aos demais assuntos, uma vez que, para que os processos administrativos dos órgãos competentes sejam estabelecidos, têm papel fundamental em termos de identificação. Segundo este documento, são as comunidades que devem suas trajetórias de luta e preocupação pelo uso da terra, bem como sua ancestralidade negra-histórica-cultivada ao longo de todos esses anos.

Segundo Almeida e Pereira⁴⁹, o texto legal do artigo 68 do ADCT/88 ainda suscita discussões sobre o que foi a real intenção do legislador ao criar esta norma. Outro fato marcante diz respeito aos institutos da posse de propriedade, que o legislador simplificou ao determinar que os restos das comunidades quilombolas, estando em posse de terra, seriam definitivamente reconhecidos como propriedade, com o dever de emitir o título devido pelo Estado brasileiro. Esta última culminação é alvo de diversos processos judiciais e causa de conflitos entre mineradoras, parques de reservas do patrimônio natural, proprietários de terras e comunidades quilombolas.

Quanto ao seu reconhecimento, este ficou sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares (FCP). O processo para essa certificação obedece à norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007), segundo a qual, para terem acesso à política de regularização de territórios, as comunidades devem encaminhar uma declaração de autodefinição na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à FCP, que, por sua vez, terá como responsabilidade instaurar um processo administrativo e antropológico de reconhecimento daquele território. Com o término deste processo, a FCP terá que expedir uma Certidão de Autorreconhecimento em nome daquela comunidade. Somente após a posse da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos, emitida pela FCP, que as comunidades

⁴⁹ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; PEREIRA, Deborah Duprat Brito. As Populações Remanescentes de Quilombos: direitos do passado ou garantia para o futuro? In: Seminário Internacional – As Minorias e o Direito. *Série Cadernos do CEJ*, v. 24..., Brasília, Conselho da Justiça Federal / Centro de Estudos Judiciários, 2003. Disponível em: <https://isa.to/2YjGAIC>. Acesso em: 18 jan. 2022.

interessadas deverão encaminhar à Superintendência Regional do INCRA, do seu estado, uma solicitação de abertura do processo administrativo para a regularização de seus territórios.

No Brasil, existem hoje aproximadamente 2.023.730,8066/ha de área sendo trabalhada pelo INCRA em todo território nacional. Ao final do processo serão beneficiadas 28 743 famílias residentes nesses territórios. Do ano de 2005 até o atual momento, apenas 86 territórios receberam títulos definitivos. No entanto, estes dados devem ser revistos anualmente devido à elevada taxa de natalidade nestes territórios.

Para além destas questões, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPPIR-PR), criada pela Lei n.º 10.678, de 23 de maio de 2003 tem a tarefa institucional de coordenar e articular a formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate à discriminação racial ou étnica. São as finalidades desta Secretaria:

- Formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade racial;
- Formulação, coordenação e avaliação das políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- Articulação, promoção e acompanhamento da execução dos programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- Coordenação e acompanhamento das políticas transversais de governo para a promoção da igualdade racial;
- Planejamento, coordenação da execução e avaliação do Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- Acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem o cumprimento de acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e combate à discriminação racial ou étnica⁵⁰.

No âmbito do SEPPPIR, várias são as ações em torno de jovens, mulheres, educação, saúde e trabalho. Ressalta-se também a proteção às comunidades tradicionais, como ciganos, comunidades tradicionais de matriz africana e comunidades quilombolas⁵¹.

Essa Secretaria possui dois painéis de monitoramento de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, quais sejam, “Plano Juventude Viva” e “Programa Brasil Quilombola-

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/acoes/pbq>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁵¹ BRASIL. op. cit.

PBQ”, sendo este último de fundamental importância para as finalidades pretendidas neste trabalho.

O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Ele envolve ações e recursos de 23 Ministérios e objetiva, dentre outras coisas, a garantia do acesso a terra, à saúde e à educação, bem como construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e a medidas de preservação e promoção das manifestações culturais dessas comunidades⁵².

Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue:

Eixo 1: Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos⁵³.

A coordenação geral do Programa está sob a responsabilidade da SEPPIR, que trabalha em colaboração com os 11 ministérios que compõem seu Comitê Gestor. Nesse sentido, quando necessário, são estabelecidas parcerias com outros órgãos do governo federal. A gestão descentralizada do programa Brasil Quilombola ocorre por meio da articulação dos

⁵² ALMEIDA, A. W. B.; PEREIRA, D. D. B. op. cit.

⁵³ BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.261*, de 20 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em: 18 jan. 2018.

entes federados, tendo como base a estruturação de comitês Sua gestão estabelece um diálogo com organizações estaduais municipais que promovem a igualdade racial, associações representativas de comunidades quilombolas e outros parceiros não governamentais.

Outra estratégia criada pela SEPPIR para identificar os produtos oriundos de Comunidades Quilombolas, é o “Selo Brasil Quilombo”, pois este promove maior valorização étnica cultural, além de possibilitar novos espaços de comercialização. O selo busca intensificar a qualificação dos produtos quilombolas por meio da identificação de origem, em articulação com a rede já existente do Selo da Agricultura Familiar.

Por outro ângulo, destacamos que foi estabelecido pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), regulamentado pelo Decreto nº 8136/2013, assinado pela presidenta Dilma Rousseff na abertura da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), que ocorreu de 5 a 7 de novembro de 2013, e pela Portaria SEPPIR n.º 8, de 11 de fevereiro de 2014. O SINAPIR, de acordo com o art. 47 do Estatuto da Igualdade Racial, representa uma forma de organização de articulação que visa a implementação de um conjunto de políticas, em o propósito de garantir à população a realização da igualdade, da defesa do combate à discriminação e outras formas de intolerância, por atribuições a organização e a articulação visando a implementação de todas as políticas voltadas para a superação das etnias no país.

Da mesma forma, em 13 de julho de 2006, foi criada por decreto a delegação Nacional para o desenvolvimento Sustentável das comunidades Tradicionais, cuja missão é acordar a ação conjunta de representantes da administração Pública direta e membros do setor não governamental para os aspectos sociais, direitos econômicos, culturais e ambientais de povos e comunidades tradicionais⁵⁴.

Com a intensificação dos debates e a mobilização de associações, organizações e movimentos, as instâncias dirigentes acolheram as demandas, e logo após sua constituição, através do Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que possui como objetivo promover o citado “desenvolvimento sustentável” com destaque para o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Ela sugere também o respeito e reconhecimento da identidade de

⁵⁴ BRASIL. *Ministério do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-indigenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 18 jan. 2022.

povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições⁵⁵.

A referida Política está estruturada a partir de quatro fundamentos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais 2) Infraestrutura 3) Inclusão Social e 4) Fomento e Produção Sustentável. Em seu texto encontra-se a seguinte definição para o conceito de comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição⁵⁶.

Ressalta-se que embora as comunidades remanescentes de quilombos se enquadrem na definição de “comunidades tradicionais”, esta é mais ampla e inclui um número maior de grupos. Convém destacar que não nos cabe questionar a efetividade das referidas políticas, apenas pretendeu-se, com este exercício, mapear se as políticas coadunem com os instrumentos jurídicos de proteção das comunidades, bem como as reivindicações das próprias comunidades. De um modo geral, essas políticas objetivam assegurar os direitos fundamentais desses grupos culturalmente diferenciados, protegendo e assegurando os seus direitos étnico-culturais.

Ao entrevistarmos a população da Comunidade Carrapatos de Tabatinga, foi possível identificar que a população se compreende como “culturalmente diferenciada” e ainda percebe uma diferença na definição da lei do que seriam os remanescentes quilombolas e seu modo de viver. Essa distinção se faz presente na elaboração identitária dos diferentes grupos sociais. Por conseguinte, a eleição desses critérios no enquadramento das políticas públicas tem levado a um processo de emergência e reafirmação de etnicidades que, no entanto, não é universalmente compartilhado por todos os beneficiários dessas políticas, como veremos mais adiante.

Passamos a analisar programas e políticas públicas específicas para assegurar os direitos culturais das comunidades remanescentes de quilombos no estado de Minas Gerais.

Conhecendo a diversidade cultural de Minas Gerais, na Constituição o Estado pretende preservar a identidade, a ação e a memória dos grupos que compõem essa sociedade,

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Idem

incluindo os quilombolas. No entanto, sabemos que a previsão legal, para ela, não é suficiente para efetivar os direitos.

Com base nos fundamentos constitucionais da República e nas políticas públicas federais, o Estado de Minas prevê os direitos culturais, em sua Constituição, no IV - Da Cultura. Focaremos nos seguintes artigos:

Art. 208 - Constituem patrimônio cultural mineiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, tecnológicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 209 - O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Parágrafo único - A lei estabelecerá plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Estado, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos.

Art. 210 - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura estadual⁵⁷.

Com essas questões em mente, reiteramos a necessidade de desenvolver políticas públicas concretas que respeitem os direitos humanos e combatem a exclusão social e territorial, pois nossas sociedades são multiétnicas e multiculturais.

A visibilidade dessas comunidades negras rurais e seus remanescentes quilombolas se desdobram em duas dinâmicas. Na primeira, as próprias comunidades afirmaram/identificaram-se como quilombolas e solicitaram a Fundação Cultural Palmares na sede da Procuradoria Geral de Minas Gerais para ser como vestígio dos quilombos, de acordo com o art. 68 dos ADCT. (CEDEFES, 2008). Já a segunda dinâmica se deu de maneira diversa. As prefeituras, tomando conhecimento dos recursos financeiros disponíveis por meio do Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, organizaram as Comunidades Rurais Negras Municipais para buscar o reconhecimento como quilombos⁵⁸.

⁵⁷ MINAS GERAIS, Constituição de. (2014) *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/search?SearchableText=constitui%C3%A7%C3%A3o+minas+gerais>. Acesso em: 18 jan. 2022

⁵⁸ CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e Resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Podemos citar ainda o Decreto n.º 42.150, de 10 de dezembro de 2001, que institui o Programa de Direitos Humanos de Minas Gerais e dá outras providências, inclusive a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos e de Planejamento e Coordenação Geral e o Procurador-Geral do Estado⁵⁹. Além disso, esta secretaria visa criar, implementar e apoiar programas de conscientização, valorização e formulação de políticas sobre a população negra, além da presença das etnias que compõem nossa população anúncios institucionais, contratados por órgãos públicos da administração direta e indiretos por empresas públicas, bem como em programas veiculados na mídia. Além disso, incentivam ações que contribuam para a memória e para promover a cultura da comunidade negra no Estado.

A criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial tem por objetivo propor políticas que promovam a igualdade racial para os segmentos étnicos minoritários do estado, em especial pretos, indígenas e ciganos, para superar a discriminação racial e reduzir a situação social e econômica, desigualdades financeiras, políticas e culturais e ampliação do processo de participação social.

Em nível nacional, podemos citar Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que é a integração das organizações quilombolas locais e estaduais. Sendo composta por associações, federações, coordenação e comissões. Destaque-se na luta pelos direitos da comunidade quilombola. Eles são organizados de forma independente e independente, enfatizando o fato de que eles exemplificam uma comunidade específica e orientada a objetivos estabelecidos na localidade de onde eles vêm.

Portanto, compreendemos que a separação das redes estratégicas que cada estado apresenta é fundamental em sua própria transformação. estruturar uma rede de ação política.

Por fim, deve-se notar que a Lei nº 147 de 2014, que coordena e implementa a política de Estado para o desenvolvimento sustentável dos povos comunidades tradicionais, representa um avanço considerável na reconhecendo os direitos dessas etnias e culturalmente diferenciadas no estado de Minas Gerais⁶⁰, que possuem uma organização social própria, utilizando os recursos naturais como condição de reprodução cultural, social, religiosa,

⁵⁹ MINAS GERAIS. Decreto nº 42.150, de 10 de dezembro de 2001. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislação/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42150&comp=2001>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁶⁰ MINAS GERAIS. Decreto nº 47.289, de 10 de dezembro de 2001. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/servicos/arquivos/2020/decreto_estadual_no_47.289.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

ancestral e econômica. Eles, portanto precisam de políticas públicas culturais que contemplem essas especificidades.

1.5 A Legislação em Bom Despacho - MG

Para fins de localização, o município de Bom Despacho está situado no Centro-Oeste de Minas Gerais, a cerca de 160km de Belo Horizonte. A cidade de Bom Despacho ocupa uma área de 1.209 km² e possui uma população de aproximadamente 50 mil habitantes⁶¹.

No que tange ao patrimônio material, a cidade possui diversos patrimônios, sendo estes⁶²: a Fonte da Biquinha; a Paineira da Santa Casa; a Praça Olegário Maciel; uma Igaçaba; quadro à óleo “Matriz de Bom Despacho”; Locomotiva a Vapor nº 325; Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da “Vila Militar”; a Igreja Matriz de Nossa Senhora De Bom Despacho; Escola Municipal Coronel Praxedes; Castelinho da antiga Cia Força e Luz; Chaminé da antiga CIAB; e a Escola Estadual Irmã Maria. E seus patrimônios imateriais são: a Festa de Reinado de Nossa Senhora do Rosário; a Banda de Música do 7º Batalhão de Polícia Militar e o Modo de Fazer Biscoito de Queijo.

Em Bom Despacho há duas comunidades quilombolas que são certificadas pela Fundação Palmares, sendo a Comunidade do Quenta-Sol e a Comunidade Carrapatos de Tabatinga⁶³.

Vale elucidar que o documento de reconhecimento das comunidades quilombolas tem uma importância muito grande, pois dá visibilidade às comunidades e formaliza o compromisso do Estado em oferecer políticas voltadas à garantia de direitos culturais, além de educação, moradia, saúde, acessibilidade entre outros.

É preciso ter como premissa no desenvolvimento das políticas públicas locais a total vinculação entre a responsabilidade do Município em promovê-las juntamente com ações e programas e seu papel como ente federado responsável por assegurar o respeito aos direitos humanos, especialmente os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais da pessoa humana.

⁶¹ IBGE. *Panorama das Cidades*. Bom Despacho/Minas Gerais/Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-despacho/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁶² BOM DESPACHO. *Lista de Bens Protegidos Bom Despacho – MG*. Disponível em: https://www.bomdespacho.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/lista-bens-protegidos_2020.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁶³ FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs)*. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-20-01-2022.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Considerando a riqueza e diversidade cultural, até aqui apresentadas, a cidade de Bom Despacho possui em sua Lei Orgânica do Município, diversas questões pertinentes a preservação e valorização do patrimônio histórico, turístico e cultural, conforme a Seção da Cultura da referida Lei. Vejamos os artigos 133, 134, 135 e 136, abaixo transcritos:

SEÇÃO VII – DA CULTURA

Art. 133. O acesso à cultura e a condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e da comunidade.

Parágrafo Único. Sendo o cidadão um agente cultural, o Poder Público incentivará de forma democrática as manifestações culturais existentes no Município.

Art. 134. Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade bomdespachense, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações tecnológicas, científicas e artísticas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artísticas e culturais;

V - os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Parágrafo Único. Todas as áreas públicas, especialmente jardins e praças, são abertas a manifestações culturais.

Art. 135. O Município com a colaboração da Comunidade promoverá e protegerá de acordo com plano permanente, o patrimônio histórico e cultural municipal por meio de inventários, pesquisa, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação. Parágrafo Único. Compete ao Poder Público reunir, catalogar, preservar, restaurar, microfilmar, divulgar e pôr à disposição do público, para consulta, documentos, textos, publicações e todo tipo de material relativo à história e ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural do Município.

Art. 136. O Poder Público adotará, através de lei, incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir na produção cultural do Município, e na preservação de seu patrimônio artístico, histórico e cultural⁶⁴.

Partindo dos pressupostos elencados acima, quais sejam, proteção do patrimônio material, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referências à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores do povo bomdespachense, a Prefeitura Municipal possui o Conselho Municipal de Cultura para fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura⁶⁵.

⁶⁴ BOM DESPACHO. *Lei Orgânica Municipal de Bom Despacho*. Disponível em: <https://www.bomdespacho.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio-de-bom-despacho-mg#:~:text=Art.,da%20Rep%C3%ABlica%20e%20do%20Estado>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁶⁵ Idem.

Ademais, Bom Despacho foi a primeira cidade do centro-oeste mineiro a aprovar o Plano Municipal de Igualdade Racial⁶⁶, e sua execução será gerida pela Coordenadoria de Igualdade Racial, da qual participa uma membra da Comunidade Carrapatos de Tabatinga.

Ao realizarmos uma análise do Plano Diretor⁶⁷ da cidade, aprovado em outubro de 2006, percebemos que não existe nenhuma menção ao quilombo. O plano citado é um instrumento político e jurídico, cujo objetivo consiste em direcionar a organização do espaço urbano, sendo que o território dos Carrapatos de Tabatinga faz parte da zona urbana da cidade. Ainda, nota-se que no referido Plano nenhum problema social é abordado, bem como, não há o estabelecimento de metas para o poder público municipal. Nesse sentido, podemos chegar ao entendimento de que o Plano Diretor negou sistematicamente a existência política dos grupos étnicos, colocando, deste modo, um viés homogeneizador.

⁶⁶ BOM DESPACHO. *Lei 2.818, de 20 de setembro de 2021*. Aprova o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Município de Bom Despacho. Disponível em: <https://www.bomdespacho.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/Lei-2.818-de-20-09-2021-Aprova-o-Plano-Municipal-de-Promocao-da-Igualdade-Racial-do-Municipio-de-Bom-Despacho..pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

⁶⁷ BOM DESPACHO. Prefeitura Municipal de Bom Despacho. Plano diretor de Bom Despacho, 2006. Disponível em: <138.94.148.143:8225/alfresco/guestDownload/attach/workspace/SpacesStore/8001d311-521b-4dbd-833e-f59179c723b6/Lei%20Complementar%2003%20de%2025-10-2006%20-%20Plano%20Diretor%20de%20Bom%20Despacho.pdf >. Acesso em: 25 maio 2022.

CAPÍTULO 2 - ENTRE MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS – A FORMAÇÃO DOS CARRAPATOS DE TABATINGA

A Comunidade Carrapatos de Tabatinga se constitui entre duas histórias: uma através das narrativas de sua população e outra por meio da versão oficial registrada nos documentos oficiais sobre o quilombo.

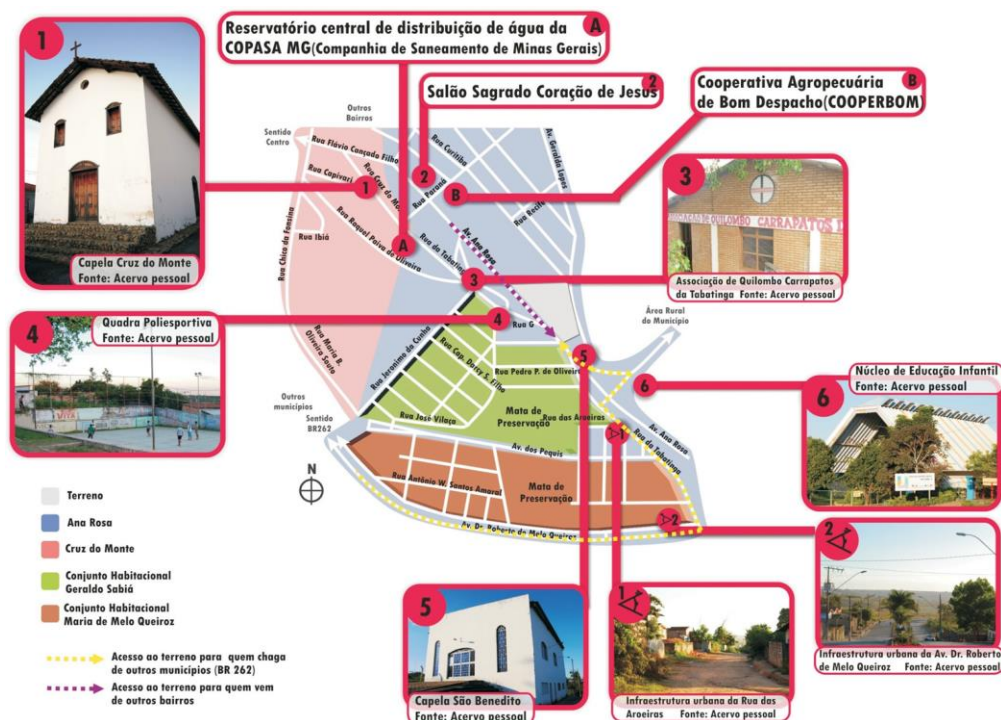
Neste capítulo buscamos reconstituir a trajetória do Quilombo Carrapatos de Tabatinga, um quilombo que inicialmente se encontrava afastado da cidade, mas que, com o passar dos anos, foi incorporado pela mesma.

Nesse sentido, são as memórias compartilhadas na coleta de relatos que guiam este capítulo, as lembranças e histórias de pais e avós, as quais nos sugerem estar ali o conjunto de sentimentos e ações que determinaram o processo de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola.

O segundo capítulo da dissertação possui como foco elucidar a formação da comunidade, desde a sua fundação até seu reconhecimento pela Fundação Palmares, tanto pelas fontes escritas, quanto pela coleta de relatos; e analisar os contextos das histórias da fundação.

Por fim, buscamos descrever como ocorreu o processo de reconhecimento da Comunidade Carrapatos de Tabatinga na busca por sua titulação. Neste momento, partimos do caso concreto, discorrendo sobre todas as etapas realizadas, tanto na fase administrativa quanto na de judicialização do conflito. Convém destacar que o trabalho de registro, descrição e escolha das marcas significativas passa pela consideração não apenas do que é mostrado nos documentos, mas por aquilo que conduz nosso olhar, como, por exemplo, os argumentos que se reiteram ao longo de diferentes peças documentais de um processo.

Imagem 2: A Tabatinga



Fonte: Acervo Pessoal (criado a partir de fotografias do acervo pessoal)

Analisando a imagem, no local assinalado com o número 1, temos a Capela da Cruz do Monte que fica na entrada do bairro como um marcador da fronteira do mesmo com o centro da cidade. Ela é uma réplica da original e hoje abriga o Memorial Nossa Senhora do Bom Despacho. O local número 3 é a sede da Associação do Quilombo Carrapatos de Tabatinga que conta com computadores e maquinário para a oferta de cursos profissionalizantes. Já o local número 4 é a quadra do bairro que pertence à associação do quilombo, e nela são realizados diversos eventos da prefeitura e da própria associação. Em seguida, o local número 5 é a Capela de São Benedito, que foi a primeira capela a ser construída com a ajuda da população do bairro e é de um dos santos de devoção na Festa do Reinado.

2.1 A Tabatinga

A história dos quilombolas da Tabatinga está estreitamente ligada ao povoamento da cidade de Bom Despacho. Embora tenha sido elevada à categoria de município e vila somente em 12 de junho de 1912, Bom Despacho possui uma história que começa por volta da metade

do século XVIII. Segundo Laércio Rodrigues,⁶⁸ a fundação do povoado aconteceu por volta de 1770. Em suas pesquisas ele identificou documentos versando que “no território compreendido pelos rios Lambari e São Francisco, eram numerosos os núcleos tribais de escravos fugidos”⁶⁹; e, sobre as incursões, ele aponta que “em Pitangui organizavam-se expedições com o objetivo de combater os mocambeiros (negros e mestiços aquilombados) da região, cuja presença constituía sério entrave a sua colonização”⁷⁰. O quilombo que existia em Bom Despacho foi assolado por volta de 1759, ano em que o Quilombo do Campo Grande foi exterminado. Sobre a destruição versa Waldemar Barbosa:

O Conde de Assumar reestimulou a implantação dos capitães-do-mato, com a finalidade específica de caçar negros fugidos e revoltosos. Mesmo porque, não poderia utilizar índios, escassos na Capitania de Minas Gerais. Manifestou por diversas vezes o “receio de vir a ter aqui, um outro Palmares de Pernambuco”⁷¹.

Barbosa ainda cita códices do Arquivo Público Mineiro com referência dos quilombos nas cercanias de Bom Despacho. Em um desses documentos, verificamos o seguinte relato:

O Alferes Bento Ribeiro, morador na paragem chamada Pará e Rio São João, freguesia de Pitangui, percorria em 1766, os matos de sua fazenda; ia com dois camaradas brancos e dois escravos. De repente, deram em um quilombo. Não podendo atacar, (...) regressou, convocou os capitães-do-mato de Itatiaiuçu, distante 14 léguas; com esses capitães-do-mato, mais camaradas e escravos, num total de 22 armas, foi atacado e destruído o quilombo e tudo o que nele havia: 14 ranchos de capim, roças de milho, feijão, algodão, melancias e mais frutas. Foi morto o rei, mas quase a totalidade dos negros conseguiu escapar⁷².

Em outro documento datado de 1763 é citado o mais antigo título de concessão de sesmaria na área que seria constituída do município de Bom Despacho, favorecendo Antônio Rodrigues da Rocha. Na petição, assinada em 1763, informa o solicitante que:

Em dois de maio de 1758, com S.M. Gabriel da Silva Pera, (...) Antônio Dias Nogueira, Domingos Gonçalves Viana perferirão 14 armas de fogo, cavallos de cargas pa. comerem e cortarão o Rio Lambary tê o Rio São Francisco a desflorar terras e campos para criar gado bacum e cavallar estando este

⁶⁸ RODRIGUES, Lâercio. *História de Bom Despacho*; origens e formação. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 61.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 28.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 27.

⁷¹ BARBOSA, Waldemar Almeida de. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1972, p. 55.

⁷² *Ibid.*, p. 68.

pedaço de sertão tê ali poboado de feras e negros do Mato, e com efeito se situarão; que dipois entrou e veio entrando mais gente⁷³.

Considerados como sérios obstáculos ao processo de povoamento português da região, esses quilombos eram combatidos por expedições que, para este fim, se organizavam em Pitangui. Os expedicionários, “exterminando os quilombos das áreas enquistadas, ali lançam posses, alcançam sesmarias e estabelecem fazendas”⁷⁴. De acordo com a pesquisadora Sônia Queiroz⁷⁵, o povoamento de Bom Despacho se deu em razão dos quilombos que já existiam nas terras, pois atrás dos quilombolas iam “os capitães-do-mato, que muitas vezes encontram pelo caminho lugares atraentes onde resolveram fixar residência”⁷⁶.

Uma das mais antigas e conhecidas moradoras da comunidade era Dona Fiota – Dona Joaquina da Silva (1928-2012), filha do ex-escravo Zacaria. Em entrevista concedida para os pesquisadores Tânia Nakamura e Lúcio E. Júnior, Dona Fiota conta como surgiu a Tabatinga:

Quando rebentô a liberdade, minha mãe saiu lá Engenho do Ribeiro caçando um lugá. Isso aqui tudo era mato. Nós foi luitá para fazer uma barraca de lona. Nós fizemo, entramo. A barraca acabou, nós fizemos a piteira... Nós tirava barro era no meio do garimpo aqui. Nós entrava dum lado e saída do outro. Nós ia com as enxada atrás tirando a terra. Nós custô demais fazer um cômodo barreado mas nós fizemo e aí, o povo, todo mundo foi fazendo. Nós amassava era de pé, o barro. Não tinha amassador de barro, não tinha cavalo... Foi aonde que cresceu esse bairro tão maravilhoso”⁷⁷. (informação verbal, entrevista concedida por Dona Fiota a Tânia Nakamura e Lúcio E. Júnior apud MENDONÇA, 2015)

O relato de Dona Fiota é um indício de que a área da Tabatinga estaria desabitada ao final do século XIX, após a abolição da escravatura. Desse modo, não haveria um povoamento contínuo da área. E é um relato com certa similaridade ao do senhor Osmar, a despeito de este indicar povoamentos anteriores de escravos fugitivos na mesma região no período anterior à abolição:

Minha família veio da comunidade do Prata, que fica a três quilômetros de Bom Despacho, eu tinha cerca de cinco/seis anos quando mudamos pra cá, o meu avô contava que o pai dele falava de uma comunidade de ex-escravos e

⁷³ RODRIGUES, L., op. cit., p. 36.

⁷⁴ Ibid., 28.

⁷⁵ QUEIROZ, S., op. cit.

⁷⁶ QUEIROZ, S., op. cit.

⁷⁷ MENDONÇA, Diná Maria. *Estudo de um termo da gíria da Tabatinga e suas possibilidades pedagógicas no ensino de Artes Visuais*. 2015. Monografia (Especialização em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9GEWY>. Acesso em: 15 jun. 2021.

escravos fugidos que ficava na Tabatinga, que já tinha sido destruída algumas vezes, mas que sempre voltava para o mesmo lugar. (Osmar - Tabatinga)

Ambos os relatos subvertem a história oficial da cidade, pondo abaixo uma versão que, claramente, foi a dos vencedores. De acordo com a narrativa frequentemente reproduzida pelos moradores do bairro, a história que aborda a fundação de Bom Despacho tem como enredo a vinda de três portugueses que fizeram uma promessa à chamada Nossa Senhora do Bom Despacho ou Nossa Senhora do Sol, ao chegarem a uma das três colinas que constituem, ainda hoje, o núcleo da cidade.

Os dados estatísticos mais antigos sobre a população negra de Bom Despacho datam de 1813, no qual registrou-se ali um total de 1.532 habitantes, dos quais 973 eram pretos e mulatos, perfazendo um percentual de 63,51%, ou seja, mais da metade da população⁷⁸.

2.2 Os Carrapatos

A história dos Carrapatos se confunde com a de Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva (1932-2019), já que são suas memórias que nos apresentam o Quilombo dos Carrapatos ainda em Bom Sucesso. Ela teria vivido até aproximadamente os seus 15 anos nesta cidade juntamente com seus pais, avós e irmãos, em um território que fazia parte de uma área comunal, onde também existiam duas grandes fazendas pertencentes aos coronéis Olímpio Aguiar – conhecido como Lindo Aguiar – e Capitão Henrique.

De acordo com a coleta de relatos realizada, os pais de Dona Sebastiana, José Domingo Ribeiro e Maria Imaculada Ribeiro, trabalharam nas fazendas desses latifundiários desde o final do regime escravista, em serviços domésticos e em cuidados com as roças. Ao resgatar as histórias vividas, Dona Sebastiana costuma se lembrar das dificuldades, mas, sobretudo, da vontade de transformar essa realidade em que eles ainda eram castigados e não possuíam acesso à educação.

Mesmo em uma sociedade formalmente livre do escravismo, a suposta liberdade a que os ex-escravos foram alçados não incluía a oportunidade de ter um emprego digno com salário justo e, sequer, o direito de ter moradia e alimento, o que comprometia a integração do negro na sociedade de classes.

⁷⁸ IBGE – Recenseamento geral de 1972. Recenseamento geral de 1890, Censo demográfico de 1940 – Censo Demográfico de 1950.

Além da negação de direitos sociais, o atentado contra os direitos civis também expõe o esvaziamento da condição humana da população negra nas décadas subsequentes à formalização da Abolição. No que se refere ao agrupamento quilombola de Bom Sucesso, as fontes orais produzidas por Moreira⁷⁹ reiteram as investidas de extermínio comandadas pelos fazendeiros e outros poderosos locais.

Segundo Dona Sebastiana⁸⁰, esses fazendeiros promoveram um grande massacre do qual Dona Sebastiana sobreviveu porque seu tio-avô jogou (literalmente) a família dentro de um buraco na terra, que serviu de esconderijo. Esses fazendeiros julgaram que o aniquilamento da população estava completo, mas a família de Dona Sebastiana sobreviveu, e quando os fazendeiros saíram das terras, a família de Dona Tiana ainda continuava escondida e sobreviveu a base de batatas e pequenos animais caçados na mata.

Em relação ao nome da comunidade, a palavra ‘Carrapatos’, pesquisadores do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), realizaram uma entrevista com Dona Sebastiana, e perguntaram de onde vinha esse nome, Carrapatos, e ao que ela respondeu:

“É..eh eh... Meu neto fez essa pergunta pra mim... eh...por que Carrapato? [...] Meus antepassado [furaram o buraco] deles no chão...fizeram o subterrâneo e entrou pra lá. E [plantou] até em cima, né... então tinha um tampo que era só mato mas era tampo e eles ficou ali até passar a época da... judiação, da matação, né... de medo... entendeu? Aí quando passou a época eles colocou pra fora aí...pois é...o apelido de quilombo dos Carrapatos é porque matou matou, mas ainda ficou um carrapatinho ainda agarrado...que foi a minha família da minha vó”⁸¹.

De acordo com Sandra Andrade⁸², filha de Dona Sebastiana, sua mãe dizia que dias após os massacres, as pessoas de sua família saíra, destes buracos e repovoavam o território, fato que surpreendeu os fazendeiros, que se assustaram ao verem aqueles quilombolas “brotarem da terra como carrapatos”.

Dona Tiana foi a primeira de sua família nuclear a deixar o quilombo, indo para a casa de uma tia, no Rio de Janeiro. Algum tempo depois, um tio conseguiu um emprego para o pai dela, na Estrada de Ferro Paracatu, com o intuito de retirá-lo da exploração dos

⁷⁹ MOREIRA, A., op. cit..

⁸⁰ Entrevista realizada em 22 de outubro de 2018, na casa de Dona Sebastiana, na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais.

⁸¹ IPHAN-USP. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=55&idc=163. Acesso em: 16 jun. 2021

⁸² Entrevista realizada em 22 de outubro de 2018, na casa de Dona Sebastiana, na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais.

fazendeiros de Bom Sucesso. Sobre a saída da terra do Quilombos dos Carrapatos, Dona Tiana contava que

Passados certos anos, meu tio arrumou emprego na ferrovia. Aí foi lá na tal de fazenda, buscar meu pai. O senhor não deixou... Ele saiu só com a roupa do corpo. O senhor ainda falou com meu pai: “Cê pode ir, desgraçado, mas daqui uns dias você volta”. Mas meu pai era muito devoto de Nossa Senhora de Nazaré, ele tirou o chapéu e disse: “Eu tenho fé em Deus e em Nossa Senhora de Nazaré que eu nunca mais volto aqui”. E Deus ajudou que ele pegou na rede (ferroviária)⁸³.

Depois que seus pais saíram dos Carrapatos, Dona Sebastiana ficou muito tempo sem ir a Bom Sucesso, mas alguns de seus parentes continuaram na cidade, abandonando o território dos Carrapatos, enquanto outros migraram para diferentes cidades. Dentre seus familiares destaca-se Ana Cândido de Jesus, chamada carinhosamente por Dona Tiana de Tia Dinha que, após sair do território dos Carrapatos, mudou para o centro da cidade Bom Sucesso, mas possuía o desejo de voltar para o quilombo.

Dona Sebastiana mudou-se de volta para Bom Despacho no ano de 1966 e foi residir no bairro da Tabatinga que, neste momento, ainda era considerado um bairro rural de Bom Despacho com pouca infraestrutura⁸⁴ cujas ruas eram de terra e cujas casas eram construídas com palhas e barro branco da Tabatinga. A paisagem era formada por ruas estreitas, abertas no mato entre os morros e as casas, as quais eram construídas afastadas uma das outras. Na época de sua mudança, a Tabatinga era habitada, majoritariamente, por indivíduos negros.

Nesse contexto, ela abriu em sua casa o Centro Espírita Mártir São Sebastião, dado que ela já era reconhecida por seus poderes de cura no Centro-Oeste Mineiro. O Centro era frequentado por pessoas de Bom Despacho e região que ouviam falar sobre a Mãe Sebastiana. Ela era filha de São Sebastião, santo do qual ela carregava o nome, e do orixá Oxóssi. Por meio do Centro, Dona Sebastiana conhecia muitas pessoas importantes da cidade e, com isso, sua influência crescia mais e mais a cada dia. Foi a partir desse prestígio que ela iniciou sua luta pelos direitos do povo negro e quilombola.

Percebemos que as falas de Dona Sebastiana, que eram os principais meios de expressão e difusão de seus saberes, comparam-se com a reverência dos Mestres Doma,

⁸³ Entrevista realizada em 30 de agosto de 2018, na casa de Dona Sebastiana, na cidade de Bom Despacho, Minas Gerais.

⁸⁴ QUEIROZ, S., op. cit..

descritos por Hampâté Bâ⁸⁵. Realizamos essa comparação, pois tratam-se de povos que possuem a palavra falada como principal modo de transmissão de conhecimentos. É por meio dessa ligação do sujeito com a palavra que se apresenta a memória para Dona Sebastiana. Dito isto, pode-se dizer que Dona Sebastiana habitava a memória de seu povo e tinha essa memória como um ponto de partida para quaisquer tomadas de decisões⁸⁶.

2.3 Histórias do Bairro e de Famílias

Ao realizar as entrevistas no bairro da comunidade Carrapatos de Tabatinga, foi perceptível a necessidade de investigar sobre as histórias do bairro e seu território, uma vez que percebemos o grande respeito dos entrevistados por aquela localidade e com os aprendizados que tiveram no local.

A relação da comunidade Carrapatos de Tabatinga com seus vizinhos próximos e toda sociedade circundante é diversificada, sendo que alguns são conhecidos de longa data, com os quais a relação é amistosa. Já com outros não foi possível identificar vínculos tão próximos. Há ainda aqueles com quem a relação é conflituosa por terem obtido sua propriedade por meio de invasão de terras que, antigamente, pertenciam aos quilombolas.

O território tem sido usado como forma de embasar a construção de identidades quilombolas. Nesse sentido, no Brasil, ocorreu um processo histórico de expropriação em que a identidade é um elemento central para “reafirmação da condição de ser e viver um lugar, nesse caso, um território”⁸⁷. Nesta concepção, a identidade quilombola possui um vínculo estreito com o território construído historicamente. Ocorre que o território é justamente o ponto de disputa entre grupos externos e a comunidade, além da disputa interna também presente. O território está vinculado a disputas, inclusive por poder, e as disputas observadas em torno dele não ocorrem unicamente entre grupos, mas, também no interior de cada grupo.

Eu sempre morei na Tabatinga, meus pais são daqui do bairro, e antigamente tudo era muito difícil, aqui era um mato só, o bairro foi melhorando pela força do povo, pela união. Eu mesma, casei com morador aqui do bairro, criei meus três filhos e não penso em sair daqui, tenho muitas memórias do povo antigo, da nossa construção e melhorias do bairro que fizemos aqui. (Odete-Tabatinga)

⁸⁵ BÂ, Amadou Hampaté, A. Tradição Viva In. *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. Capítulo 8, p. 167. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

⁸⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História- PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, dezembro de 1993.

⁸⁷ CANCLINI, N., op. cit.

O relato da senhora Odete se relaciona à maioria das histórias contadas na coleta de relatos pelos moradores do grupo da Tabatinga, em que os ancestrais já habitavam a localidade e que, com o passar do tempo, eles conseguiram melhorias para a mesma. Em relação a estas melhorias, muitas delas foram impulsionadas pela presença de Dona Sebastiana no bairro, conforme Odete assinala em outro ponto:

A comunidade não se interessa em saber o que está acontecendo no bairro, por exemplo a Sebastiana trouxe mais de quinze computadores pra associação, ninguém interessou, a gente já trouxe cursos, mas ninguém se interessava em fazer. (Odete-Tabatinga)

Destacamos aqui que, de acordo com o relato acima e com os outros relatos que foram coletados, Odete é uma das poucas do tronco da Tabatinga que elogia as políticas de Dona Sebastiana. Segundo Odete, em uma determinada época ela fora vice-presidente da Associação dos Quilombos, época na qual Dona Sebastiana fora presidente e que o trabalho que Dona Sebastiana realiza foi vital para o crescimento do bairro.

Outro ponto de vista da mesma história que merece destaque é a visão de Graça (filha de Dona Sebastiana) que é bem semelhante às percepções de suas irmãs, que são sobre a história contada pelos próprios moradores do bairro. Ao final, nota-se um ponto de atenção ao citar os fazendeiros e as fábricas de leite que teriam ‘tomado as terras’, algo que Odete diz ter lentamente,

O que eu sei do bairro, é que o quilombo, as terras onde eram o quilombo, em frentes casa da minha mãe da Dona Fiota foram invadidas, os fazendeiros foram chegando as cercas devagarinho e tomaram as terras, mas não foram só eles, as fábricas de leite também fizeram isso. (Odete-Carrapatos)

Ao questionarmos sobre como era a infância no antigo bairro, tomamos de exemplo a narrativa de Marcos, que se recorda das festas que são tão significativas para os moradores, mas também versa sobre uma comunidade carente,

Minha família sempre morou aqui, atrás da igrejinha, até hoje todo mundo nas ruas perto daqui, eu lembro quando eu era menino de sair nas festas do bairro, de vender as quitandas que minha mãe fazia, mas a venda eu não fazia aqui no bairro todo mundo era muito pobre, eu vendia na Matriz. (Marcos-Tabatinga)

E possuímos como complemento o relato de Daniel que também fala sobre uma comunidade que sofre os mesmos problemas de uma área periférica, mas ao contrário dos dois excertos anteriores, ele fala sobre um embranquecimento do bairro,

Tabatinga para mim é lugar de gente de pobre, na época do meu pai, só tinha negros morando no bairro, depois que o bairro foi clareando. Meu pai falava que as pessoas do centro da cidade sabiam quem eram os negros da Tabatinga, hoje eu já vejo a cidade dentro do quilombo, temos problemas no bairro, mas são problemas que são encontrados por toda cidade. (Daniel - Tabatinga)

Nos excertos acima, os moradores falam sobre a sua relação com a Tabatinga, das suas lembranças e origens, e de como o bairro era constituído. A comunidade Carrapatos de Tabatinga se apropria de seu espaço natural e dos recursos a sua disposição para efetuar a localidade⁸⁸ da comunidade em um novo contexto. Assim, faz-se necessário destacar a complementação do conceito localidade para Appadurai, ao determinar a relevância dos contextos de base e das possibilidades diversas concedidas pelos mesmos na produção, representação e reprodução do “bairro” ou comunidade.

Para Milton Santos⁸⁹, a formação do território é algo externo ao território. Segundo ele, a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais.

O autor evidencia o espaço como variável a partir de seus elementos quantitativos e qualitativos, partindo de uma análise histórica, o

que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema territorial e no sistema espacial e, a cada momento, no valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo⁹⁰.

Santos⁹¹ alerta os leitores para não confundirem o espaço com o território. Na sua obra “Metamorfoses do espaço habitado”, o autor nomeia território como sinônimo de configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para ele:

⁸⁸ APPADURAI, A., op. cit.

⁸⁹ SANTOS, Milton Santos. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

⁹⁰ SANTOS, Milton Santos. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985. p. 09.

⁹¹ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes⁹².

Para Santos⁹³, a formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é encaminhada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo. O território pode ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica das técnicas, uma vez que os espaços são heterogêneos. Além disso, o território, para Santos⁹⁴, configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço.

Santos e Silveira⁹⁵ expõem a categoria território como: “[...] um nome político para o espaço de um país”. Os autores⁹⁶ tentam realizar uma leitura múltipla do território, uma vez que o mesmo necessita disso. Assim, incluem mais um item para suas análises: concluem que o trabalho é um dos pontos fortes para a compreensão do território. Portanto, os autores trabalham sobre as muitas faces do capital e sugerem aos pesquisadores adentrarem no mundo do trabalho para efetuarem uma ampla compreensão do mesmo. Faz um embate teórico entre as rugosidades, as periodizações, as técnicas, o território, a emoção e o trabalho, objetivando o entendimento da sociedade, do espaço e das razões que formam e mantêm um território.

Como localidade, no sentido de Appadurai, as comunidades seriam mundos da vida constituídos por associações relativamente estáveis, histórias relativamente conhecidas e compartilhadas, espaços e lugares reconhecíveis e coletivamente ocupados⁹⁷, a “antiga Tabatinga” caberia nesse conceito. Na comunidade, poucas casas não foram derrubadas com o passar do tempo, o que ocasionou a permanência de alguns moradores em suas casas de origem.

A maioria dos moradores da Tabatinga reconhece o território onde habita como Terras da Tabatinga, esta ideia está significativamente relacionada com 'lugar' ou uma 'localidade'. Essas indagações sobre a localidade compõem o cerne dos estudos sobre um ‘ser’ e ao mesmo

⁹² SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 77

⁹³ SANTOS, Milton. SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

⁹⁴ Idem

⁹⁵ SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.14.

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Ibid., p. 34.

tempo ‘não ser’ quilombola. Elementos que fazem de Carrapatos de Tabatinga uma comunidade, a fim de desenvolver reflexões sobre 'localidade', 'lugar' e 'espaço'.

Ademais, as fronteiras são limites constitutivos da Tabatinga, limites estes que são identificados e superados nas composições da comunidade, por meio de narrativas e percursos ritualizados que produzem sujeitos locais e tecem territorialidades. Segundo Bhabha⁹⁸, a cultura e os sistemas culturais são desenvolvidos no espaço em que ele chama de “terceiro espaço de enunciação”, nas fronteiras entre as diferenças culturais produzidas por relações de poder.

Segundo Barth⁹⁹, as categorias devem ter em vista as características que possuem significado para os próprios atores, e que manterão a fronteira entre membros e não membros de determinado grupo étnico. Outrossim, a identidade quilombola atribui duas vertentes: uma individual, quando depende da consciência de cada membro para se reconhecer como quilombola e, ao mesmo tempo, uma coletiva em que para ser aceito como membro daquela comunidade precisa de sua anuência, de acordo com os critérios de pertencimento do grupo, estabelecidos coletivamente. A autoafirmação identitária refere-se somente aos membros do grupo, não basta apenas que um indivíduo afirme ou negue sua identidade étnica, é necessário que esta identidade seja referendada pelo coletivo. As fronteiras são condições constitutivas dos grupos étnicos, e segundo Poutignat e Streiff-Fenart¹⁰⁰, as fronteiras étnicas são reproduzidas pelos atores sociais em suas relações e é necessário que os pertencentes ao grupo trabalhem para a manutenção destas. No bairro, é possível observarmos essas fronteiras étnicas¹⁰¹, uma vez que os grupos estão ‘fechados’ entre si. Além disso, não conseguimos observar nenhuma mobilidade entre os mesmos. Destaca-se que, mesmo na relação entre os grupos em momentos como celebrações religiosas, observamos uma manutenção e reafirmação deste distanciamento, desta fronteira.

As famílias dos moradores da Tabatinga podem ser divididas entre três vertentes: a primeira diz respeito aos que descendem das famílias dos antigos moradores da localidade e que possuem a sua ligação com o quilombo por meio de sua ascendência, da língua da Tabatinga e da religião católica. A segunda divisão é voltada os Carrapatos que são da família de Dona Sebastiana; e, a última vertente refere-se aos moradores que compraram suas casas

⁹⁸ APPADURAI, A., op. cit.

⁹⁹ Fredrik Barth, 1969. Apud POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

¹⁰⁰ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

¹⁰¹ Optamos por referir às famílias da Tabatinga e dos Carrapatos como grupos étnicos em razão das fronteiras existentes entre ambos e também por existir uma divisão do quilombo entre os dois ramos.

nas antigas áreas do quilombo, mas que não possuem ligação com a história pregressa do mesmo, juntamente com a sociedade circundante a ele e que o faz ser um quilombo urbano.

As famílias quilombolas não fazem uso comum dos locais do quilombo, não sendo possível estabelecer uma terra que seja comunitária. Na visita realizada à comunidade, nos foi apresentada a sede da Associação do Quilombo Carrapatos de Tabatinga e a quadra próxima a ele como sendo de uso comum não somente dos quilombolas, mas de toda comunidade.

De acordo com Appadurai, os bairros referem-se às formas sociais existentes em que a localidade, como uma dimensão, se efetua de modo multiforme. Sendo assim, são compreendidos por ele como comunidades determinadas por sua realidade. Conforme o autor, os bairros são compreendidos como formas sociais, à medida que a localidade pode ser entendida como um domínio da vida social¹⁰². Todavia, para se distinguir a ligação entre bairro e localidade, deve-se compreender o que ele chama de contexto, elucidando que a formação dos bairros emerge numa base histórica e contextual.

Um das discussões levantadas na coleta de relatos foi sobre as fronteiras do quilombo e seu significado para os moradores. Isso se deve ao fato de ele ser urbano e as suas fronteiras não estarem delimitadas, o que corrobora com o questionamento sobre o bairro ser realmente um quilombo, devido ao fato de que alguns moradores do município não possuem conhecimento disso,

Onde começa e termina o quilombo? Eu não sei. As pessoas da cidade aos poucos foram chegando e comprando os lotes das pessoas que estavam mudando de cidade, ou falecendo; tem lugares que eu nem sei mais quem mora nas casas. Pra mim tudo, todo o bairro faz parte do quilombo, mesmo as pessoas que vieram de fora, porque muitos acabaram se casando com pessoas da comunidade, e os que não se casaram na comunidade participam das nossas festas e sofrem junto a gente. (Osmar - Tabatinga)

Ao lermos o relato de Osmar, podemos observar uma compreensão diferente sobre as fronteiras do quilombo, pois, para o mesmo, as pessoas que ‘chegaram depois’, mas que moram no bairro e que participam das tradições do bairro, podem também ser considerados quilombolas. Isso nos mostra uma visão abrangente do território e do sentido que está sendo construído da palavra ‘quilombo’ e simultaneamente da palavra ‘Tabatinga’.

Além disso, percebemos similitudes com o relato de Odete, em que ela afirma não saber identificar precisamente as fronteiras entre o quilombo e a cidade. Mas ao contrário do relato de Osmar, ela fala a respeito de um descontentamento sobre as pessoas que não compreendem o bairro. Assim, o ponto que distingue as duas falas é a percepção sobre as

¹⁰² APPADURAI, A., op. cit.

famílias que vieram de fora e se estabeleceram no território, se eles fazem ou não parte do quilombo,

Hoje a gente não sabe onde acaba a cidade e começa o quilombo, quando menina tudo pra mim era área do quilombo, e cada um tinha sua casa, sua roça, o que eu vejo hoje são muitas pessoas que estão vindo ocupar as terras e às vezes não entendem nossa história, nossas tradições. (Odete - Tabatinga)

A partir dos relatos, percebe-se que o bairro e suas fronteiras, mesmo quando não estão delimitadas, evidenciam o pertencimento ao lugar, como a construção de uma identidade territorial evidenciando o caráter único do bairro e da relação entre seus moradores, sejam estes quilombolas ou não. Como precisam Gupta e Ferguson¹⁰³: “a identidade de um lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e a sua construção cultural como comunidade ou localidade”. Desse modo, a relação da comunidade dos Carrapatos com o território retrata o poder e liberdade para determinar um modo de vida - uma identidade - em um espaço, proporcionando continuidade da reprodução material e simbólica desse modo de vida. Conseqüentemente, definir vinculações entre identidade e território acarreta a apropriação do espaço de significações e relações simbólicas.

Ao conversarmos com os moradores da Tabatinga, percebemos que muitos se referem ao local como “comunidade”, como parte de uma identidade coletiva. Para Martín-Barbero¹⁰⁴, o bairro é o mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, proporcionando a seus moradores as referências básicas para a construção de um “nós”, conformando um local de reconhecimento com suas próprias tradições. No caso da Tabatinga, as redes de sociabilidade contam com espaços como a quadra da associação e a própria sede. A associação congrega os moradores do bairro lhes oferecendo o mínimo de representação frente às autoridades e à prefeitura.

Imagem 3 – Quadra da Associação Quilombola Carrapatos de Tabatinga

¹⁰³ GUPTA, A& FERGUSON, J., op. cit., p. 34.

¹⁰⁴ MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações. *Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 281.



Fonte: Fotografia da autora (2020)

Quando conversamos com seus moradores sobre suas tradições e histórias, observamos nos relatos que a comunidade possui, entre seus antepassados ex-escravos que eram católicos e praticantes de religiões de matrizes africanas e, com isso podemos pensar que alguns elementos sociais, culturais e religiosos, possam manifestar semelhanças com os grupos originários, ressaltando-se que tal pensamento não é tomado como via de regra. Para Bosi¹⁰⁵, é possível encontrar histórias sociais bem desenvolvidas a partir das lembranças e das memórias de pessoas idosas. Halbwachs¹⁰⁶ distingue a memória do adulto, da memória do velho. O adulto, em geral, não recorre às lembranças da infância em face das questões do seu dia-a-dia, estas estão reservadas para os momentos de lazer, de repouso; enquanto que para os mais velhos, eles podem ser os guardiões das tradições, não só porque eles receberam as lembranças mais cedo que os outros, mas também porque eles possuem o lazer necessário para transmitir suas lembranças. Logo, esse recordar também possui função social.

Halbwachs e Bosi compartilham do entendimento de que as lembranças para os velhos não são pontos de fuga no cotidiano, como são para os adultos, pois aqueles conseguem se entregar mais detalhadamente à rememoração, que lhes permite ir ao encontro das lembranças. E durante a coleta de relatos, o papel dos mais velhos na comunidade se amplia como indivíduos que não são mais economicamente ativos, mas que oferecem aos mais novos um bem para eles inestimável: suas lembranças.

Sendo assim, a história dos antepassados que se aquilombaram na região de Bom Despacho resulta de uma construção coletiva, ou seja, a memória coletiva partilhada pelas pessoas do lugar foi constituída a partir daquilo que o grupo determinou como memorável e

¹⁰⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰⁶ HALBWACHS, M., op. cit.

do uso que se faz dessa memória no presente, especialmente para reafirmar uma identidade étnica¹⁰⁷.

Tudo que sei das nossas tradições foi meu pai que me ensinou, o que conto para os meninos são as histórias que ele e meu avô me contavam, se hoje eu danço congado foi porque eles me ensinaram a louvar Nossa Senhora. Eu falo que essas histórias não são minhas, estou apenas lembrando o que me contaram. (Marcos - Tabatinga)

No dia que fizeram a reunião definir a associação, a representação ficou a cargo dos mais velhos, a Fiotinha (D. Fiota), não quis, então passou pra Sebastiana e todos presentes aceitaram, porque elas eram mais velhas e sabiam de mais coisas da comunidade, eu fui a primeira vice-presidente da associação, um pouco por conta da idade também. (Odete - Tabatinga)

Nos fragmentos acima, temos em destaque a participação dos mais velhos na construção da memória e da identidade do local. Assim como Marcos fala em seu relato sobre as histórias de seu avô; nas conversas com a comunidade pudemos observar referenciação aos mais velhos, sobretudo quando falamos de tradições e costumes, sendo que este lugar de conservação de memória também se faz presente nas falas de Odete que destaca questões geracionais e organização social. Ao qualificar-se uma senhora idosa para uma atribuição de destaque no trecho “elas eram as mais velhas”, denota-se o papel desempenhado tradicionalmente por idosos como guardiões da memória, também evidencia a importância legada a pessoas mais velhas.

Para Nora¹⁰⁸, o tempo moderno é marcado pela fugacidade, o que leva à valorização do novo, da mudança, do que para a tradição. A ancestralidade e a tradição podem conferir um status privilegiado ao idoso diante dos demais. Saberes, conhecimentos e informações são transmitidos pela tradição oral. Porém, o que se pode observar é que mesmo em uma comunidade como a da Tabatinga, em que estes elementos são importantes, essa relação pode não ser direta ou compartilhada por todos, sendo amplamente valorizada por aqueles que são vistos como seus detentores legítimos.

Os mais velhos da comunidade sempre tiveram um papel importante aqui no bairro, foi com eles que a gente aprendeu a língua dos escravos, aprendemos a louvar Nossa Senhora, eles sentavam nas portas das casas e iam ensinando os meninos, hoje já não é mais assim por causa da violência que tem hoje no bairro. (Osmar - Tabatinga)

Aqui na comunidade desde os tempos dos meus pais a palavra dos mais velhos é lei, a gente sempre teve um respeito muito grande pela luta e pela história deles. (Marcos - Tabatinga)

¹⁰⁷ HALBWACHS, M., op. cit.

¹⁰⁸ NORA, P., op. cit.

Os relatos de Marcos e Osmar corroboram a narrativa de Odete citada acima, em relação ao lugar dos mais velhos na comunidade. Em todos os relatos, os entrevistados sempre dissertam sobre terem aprendido algo com uma pessoa mais velha, que seria ou de sua família ou de alguma referência no bairro. Observando os relatos de Odete, percebemos que esta vive o dilema mais amplo entre o sentido de comunidade quilombola existente em suas memórias e que se ligam ao passado, e a atual multiplicidade de sentidos atribuíveis a ela, enquanto Sandra (atual líder dos Carrapatos, em relação a comunicação) acredita ser responsável pela defesa do patrimônio e do legado da comunidade que possui uma longa trajetória. Entretanto, esse senso de responsabilidade e preocupação não pode ser observado em todas as pessoas da comunidade. As memórias da comunidade apontam histórias diversas e que possuem significados também diversos para os membros do grupo. O fato de a comunidade existir há muito tempo pode ser encarado como motivo de orgulho e necessidade de perpetuação para Sandra e pessoas contemporâneas, enquanto que para gerações mais jovens isso seja um indicador da necessidade de mudança.

Por meio do fortalecimento e do reconhecimento das memórias dos mais velhos, Odete reforça que possui crenças e concepções que são compartilhadas por outras pessoas da Comunidade dos Carrapatos. Por sua fala: “os moradores procuram a gente pra tudo”, denota-se que os mais velhos possuem grande importância na comunidade, ou então se representam como sendo importantes. Nesse sentido, a afeição pela comunidade é muito forte para todos, tanto os mais velhos da Tabatinga quanto dos Carrapatos, eles, que são algumas das pessoas que mais tempo estiveram envolvidas, seja trabalhando na comunidade, lutando pela sua manutenção.

2.4 Histórias de Trabalho

De acordo com Marcos, na década de 1940, a subsistência da comunidade baseava-se no desenvolvimento de atividades agrícolas. Com os recursos existentes à época, a comunidade conseguia suprir a maior parte das necessidades e o excedente era comercializado e transformado em recursos, como descreve Odete. As memórias demonstram a anterioridade do modo de vida da comunidade em relação à urbanização do bairro da Tabatinga e da cidade de Bom Despacho. Nesse ponto, já é possível identificar que mesmo as pessoas da comunidade não tendo acesso a tudo que desejavam, a terra lhes fornecia o suficiente para a

subsistência, algo descrito por Gomes¹⁰⁹ no desenvolvimento de organizações quilombolas camponesas no meio rural. Odete e Marcos descrevem o bairro com uma paisagem rural, em que as escassas casas dividiam espaço com o córrego e as plantações da comunidade, sendo a atividade agrícola uma das várias formas possíveis de prover o sustento.

Segundo Marcos, existia um córrego no bairro da Tabatinga que fora construído por seus antepassados para irrigar as propriedades, sendo este um elemento importante para a subsistência da comunidade. Além do cultivo e da criação de animais que garantiam o sustento, as memórias de Marcos e Odete demonstram que a comunidade era essencialmente rural.

Na época do meu pai, da minha vó, nós vendíamos verduras e ovos no centro da cidade, saía de balaio e vendia tudo, tinha porco, muita galinha. Mas pouco a pouco, isso tudo foi acabando, as pessoas foram trabalhar nas fábricas que estavam abrindo, e a cidade chegou aqui na Tabatinga, virou tudo urbano. (Odete - Tabatinga)

Para Odete, suas lembranças e memórias de um passado sob o modo de vida rural representam uma boa fase, uma preservação. A agricultura tanto era capaz de atender às necessidades do grupo, como também às dos moradores circunvizinhos. Isso indica a existência de uma economia local e remete aos vínculos criados com outros grupos sociais, ao revelar as interações criadas pelas comunidades quilombolas, mesmo as localizadas em um contexto rural. Sobre isso Odete acrescenta:

Muitos moradores viviam em casinhas, casebres do lado de lá, do lado de cá, porque eram coisas que trabalhavam nas fazendas. (Odete - Tabatinga)

O elemento “casinhas”, nas memórias de Odete, revela um modo de vida de subsistência de trabalhadores rurais, que “trabalhavam nas fazendas”. Desse modo é possível notar que havia, aparentemente, uma combinação de proletarização rural para as fazendas da região com trabalho camponês em pequenas roças familiares. Ao falar de si e do tempo distante evocado em suas memórias, Odete termina por evidenciar a importância das atividades desenvolvidas na comunidade para o próprio grupo e para os locais:

A minha família, por exemplo, todas as mulheres criaram os filhos sendo empregada doméstica. A comida nossa é comprada, que nós não temos,

¹⁰⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambo e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: ED. Claro Enigma, 2015.

porque acabou... meu avô, minha avó, viviam da subsistência deles, porque tinha plantação de hortaliças, de verduras, tinha feijão, arroz, muita banana, manga, abacaxi, laranja. (Odete - Tabatinga)

Após a superação do modelo de subsistência baseado em agricultura, houve a necessidade de novas formas de trabalho. Essa transição é diferenciada pelas entrevistadas como um período de “vacas gordas e magras”.

Eu e minhas irmãs, os mais velhos, começamos a trabalhar muito cedo, a gente trabalhou de doméstica, foi com 7 anos a gente já tava na casa dos outros trabalhando. (Odete)

A partir deste relato, percebe-se que a comunidade já não apresentava meios para se autossustentar, de modo que o trabalho doméstico foi uma alternativa para diversas pessoas, sobretudo entre as mulheres, ainda durante a infância. As memórias das entrevistadas ligadas à dimensão do trabalho evidenciam que havia divisão de trabalho baseado no gênero ainda durante o período em que desenvolviam a agricultura de subsistência. As mães dos entrevistados se encarregavam das atividades domésticas, enquanto os homens da comunidade cuidavam da lavoura.

Desde cedo eu trabalhei nas fazendas da região, e era como um trabalho de família, meu avô trabalhou, meu pai, e também os meus irmãos. Quando não havia colheita eu ia para a Praça da Matriz trabalhar como engraxate. (José Raimundo - Tabatinga)

A partir do relato de José Raimundo, podemos observar que a população do bairro começou a trabalhar nas fazendas que, conforme os relatos, ocuparam a área da Tabatinga. Nota-se também que mesmo antes da urbanização da cidade, aparentemente muitos moradores do bairro possuíam trabalhos assalariados “para fora”, nas fazendas da região, embora este trabalho fosse sazonal, como explica o excerto acima. Diante disso, observa-se que o bairro sempre dependeu de um certo grau de proletarização, que se intensificou com o abandono das roças familiares.

Com a transição no modo de vida durante os anos de 1980, a geração dos entrevistados foi introduzida no mundo do trabalho ainda na infância. A maioria das mulheres e meninas trabalhavam em casas de famílias, como domésticas, e os homens trabalhavam nas fábricas. Sobre isso, Marcos se lembra que,

Eu levantava muito cedo, minha mãe já deixava a marmita pronta pra mim, e era uma longa caminhada até a fábrica. O barulho na fábrica de tecidos era enorme. Aqui no bairro todo mundo tem alguém da família que trabalhou na fábrica de tecidos ou nas fazendas aqui do bairro. (Marcos - Tabatinga)

Atualmente, na comunidade, existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, música entre profissionais com nível superior. A dinâmica da vida urbana tornou impossível o modo de vida rural baseado na subsistência. Além disso, a falta de opções e a pobreza para a qual a comunidade foi empurrada significou a imposição do trabalho infantil e também o trabalho precário a diversas pessoas da comunidade.

A crescente urbanização do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade, isso porque o modo urbano agrava a condição de pobreza, já que não há mais possibilidade da subsistência pela agricultura. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. As terras de cultivo que se transformaram em cidade foram alvo de uma combinação de elementos como o aumento populacional e a compra de lotes.

Uma outra forma de obter renda com a terra é o aluguel, alguns moradores construíram casas na comunidade, aproveitando espaços não ocupados.

Aqui na comunidade falaram com a gente sobre terras compartilhadas, e nós nunca tivemos isso aqui, cada um é dono do seu pedaço de terra, um lugar que a gente compartilhava era na Av. Ana Rosa, mas eram portas de casas, e praças que tinha nessa rua antigamente. (Osmar - Tabatinga)

Com o relato de Osmar e também ao falarmos com as pessoas do lado da Tabatinga sobre as “terras compartilhadas”, percebemos uma reação negativa em relação ao termo, e principalmente percebemos que isso se dá pela visão de quilombo para eles. O referido termo está relacionado mais à cultura e às tradições, e também à localidade Tabatinga do que as terras compartilhadas em si.

A nossa família [do Carrapatos], mora bem pertinho e temos a casa da minha mãe como referência de encontro, mas terras compartilhadas aqui na comunidade nunca teve mesmo, inclusive na própria comunidade por ser um quilombo urbano, nós também nunca tivemos uma fronteira estabelecida entre quem são os de dentro e os de fora, ou seja, entra os Carrapatos, a Tabatinga e a sociedade que mora a nossa volta e no bairro. (Graça - Carrapatos)

A partir disso, percebemos que também para o lado dos Carrapatos o conceito de terras compartilhadas não é facilmente aceito, e no fragmento, Graça diz sobre a casa de sua mãe com o sentido de uma relação ancestral e ponto de referência para a sua família. Nota-se que ao mesmo tempo, a entrevistada versa sobre uma fronteira no bairro e sobre a questão dos “de dentro” e os “de fora”, assim, ressalta-se que a Comunidade dos Carrapatos de Tabatinga não se constitui como um grupo social homogêneo. A urbanidade crescente no entorno e dentro da comunidade gerou impacto direto no modo de vida da comunidade, com um mosaico em seus hábitos e tradições. Como explicita-se no excerto de Graça, a “fronteira”, mais do que territorial, é reconhecida por meio das genealogias e dos parentescos das pessoas com as famílias principais do bairro. Observa-se essas fronteiras também nas comemorações religiosas, destacando aqui que percebemos um grande espaço de porosidade – tanto territorial quanto parental – entre essas famílias e o entorno do bairro.

Enfim, a comunidade possuía uma política de subsistência de base agrícola. Porém, a urbanização crescente do bairro mudou radicalmente o modo de viver das pessoas na comunidade. Se antes viviam da terra, os quilombolas passaram a ter como desafio encontrar novas formas de subsistência. Atualmente, as formas mais imediatas são a comercialização da terra, que ocorre por duas maneiras na comunidade, seja por venda ou aluguel de imóveis, o que explica, em parte, a redução territorial ao longo dos anos. Com relação ao trabalho, após a superação do modelo de subsistência baseada em agricultura, houve a necessidade de novas alternativas. Inicialmente, as novas formas de trabalho possíveis para as pessoas da comunidade significaram trabalho infantil, exploração e precariedade. Lá também existem pessoas que trabalham em atividades básicas, como também profissionais do ramo de beleza, vestuário, artesanato, música e profissionais com nível superior, o que indica simultaneamente que parte do grupo superou a dinâmica que os empurrou para o trabalho precário de baixa qualificação, mas estabelece também a precarização de ramos de atuação profissional mais qualificados no século XXI.

2.5 O Reconhecimento e a formação da(s) comunidade(s) em Bom Despacho

A memória da Comunidade Carrapatos de Tabatinga pode ser dividida entre os moradores que se reconhecem como sendo dos Carrapatos e dos que se autointitulam da Tabatinga. Ressalta-se que não foram identificados por esta pesquisa moradores que se reconhecessem como membros das duas comunidades, e também não obtivemos nenhum relato de casamentos entre as famílias de ambas. Essas questões se tornam vívidas nos relatos,

nas relações e sobretudo nas tensões do dia-a-dia da comunidade. A memória dos tempos da escravidão pode ser encontrada logo na entrada dela, com a réplica da Igreja da Cruz Monte, construída em 1940, no lugar da original, erguida no começo do século XIX.

Imagem 4 – Igreja do Nosso Senhor da Cruz do Monte



Fonte: Fotografia da autora (2020)

As principais lembranças que os mais velhos têm sobre a comunidade estão ligadas às festas católicas e à herança religiosa deixada por seus antepassados. Hoje cerca de 70 núcleos familiares unidos por relações de parentesco estendido (de 3º, 4º grau) poderiam talvez ser reagrupados em duas grandes “linhagens” que se se autodenominam como descendentes dos antigos quilombolas da Tabatinga, porém nem todos praticam e mantêm viva a tradição. Muitos dizem não praticar mais os rituais de seus ancestrais, por seguir uma denominação religiosa que não permite mais esse culto. Um grupo considerável se converteu à religião

evangélica de vertente neopentecostal e, por isso, hesitam em participar de alguns eventos dentro da comunidade que tratem da cultura afro-brasileira. Outro dado a se destacar é o perfil racial predominantemente de pardos e pretos dos sujeitos que compõem as famílias quilombolas da Tabatinga.

A Sebastiana se tornou representante e primeira presidente do quilombo porque ela já tinha uma experiência sendo líder da nossa comunidade, ela fazia mutirão de limpeza, reunia com os vereadores e o prefeito pra trazer melhorias pro bairro (Daniel - Tabatinga)

Quando começaram a discutir sobre a Tabatinga ser quilombo foi por volta de 2005, a Fiota e Sebastiana se reuniram e conversaram sobre as lembranças de que elas tinham a Fiota falava daqui (Bom Despacho) e minha mãe falava dos tempos dos Carrapatos, lá em Bom Sucesso (Sandra - Carrapatos)

A união da Fiota e da Sebastiana é a união de dois povos, que se encontraram na Tabatinga, que tem muitas semelhanças na história de luta, mas tem muitas diferenças, eu por exemplo sou da Tabatinga, mas me dou bem com as meninas da Sebastiana, algumas pessoas acham que eu estava deixando de olhar pra Tabatinga. (Odete - Tabatinga)

Baseado nos relatos acima podemos notar que Dona Sebastiana sempre foi uma figura que representava o bairro em suas relações com o poder público, como versa o relato de Daniel, e com o relato de Sandra temos a imagem de que as duas lideranças matriarcais de Carrapatos e da Tabatinga discutiram como seria o reconhecimento da comunidade e compartilhavam memórias. Isso corrobora a declaração de Odete, que serve como complemento para percebermos a união das comunidades como uma aliança política entre duas figuras de liderança de famílias da região para garantir direitos para o bairro como um todo, e destacamos que a união, antes de indicar confluências históricas progressas, desenrola-se como uma estratégia para uma atuação diante do poder público de Bom Despacho.

Além de perceber tensões em relação à participação de ambas as comunidades em algumas festas, com base em alguns relatos, também se percebe uma inquietude no tocante à participação da comunidade nas atividades realizadas pela associação. Em depoimentos das pessoas dos Carrapatos, eles dizem que na sede da associação existem computadores e máquinas de estamperia para cursos que estariam acessíveis para toda a comunidade. Entretanto nos depoimentos dos moradores da Tabatinga, eles nos dizem que não foram convidados para fazer uso, “apenas a família da Dona Sebastiana que fez os cursos, e quando saiu bolsa de estudos pra comunidade somente a família dela que recebeu”.

As tensões que foram verificadas se acentuam principalmente na parte que diz respeito ao reconhecimento do quilombo, pois a maior parte dos moradores da Tabatinga não se vê

reconhecida como quilombola, em razão do processo de reconhecimento ter sido liderado pela família dos Carrapatos que, segundo aqueles, “vieram de fora e se apossaram da causa”. De acordo com alguns moradores, o melhor teria sido separar as comunidades para fazer tal reconhecimento, em que ambas se representassem.

Quando falaram que o bairro foi reconhecido como quilombo, e eu muitas pessoas daqui não sabíamos da associação, na verdade sabíamos da associação de bairro, não do quilombo, então tivemos a sensação de que foi um pouco escondido do pessoal do bairro, na verdade só soubemos da associação quando o bairro virou quilombo. (Ailton - Tabatinga)

De um dia pro outro o pessoal da Sebastiana chegou e nos falou: vocês são quilombolas, nós todos somos quilombolas. Aí eu me pergunto de acordo com quem? Quem falou que ela podia pegar a história da Tabatinga e usar? O que precisa se entender é que a Tabatinga sempre reconheceu a Tabatinga, mas não reconhecemos a Sebastiana [...] o que eu sei daqui da comunidade é que eles (Carrapatos) usam o nosso nome, mas nunca retribuem nada para nós, é sempre pra família deles. (Osmar - Tabatinga)

Quando conversamos com os moradores da Tabatinga, pudemos observar que eles possuem a narrativa de que o quilombo fora instituído abruptamente, sem uma conversa com os moradores dos dois locais - como fica ressaltado nos relatos de Ailton e Osmar, que reconhecem a trajetória quilombola da Tabatinga, mas nunca se sentiram representados pela Dona Sebastiana.

Ao conversar com os moradores da Tabatinga notamos que, mesmo após o reconhecimento do quilombo e a junção das histórias dos dois quilombos, as tensões ainda estão presentes. De um lado eles alegam que não fora explicado a eles como seria a divisão dos quilombos, e por outro, os moradores dos Carrapatos argumentam que houve uma falta de interesse dos da Tabatinga. O relato de Flávio é um complemento disso, uma vez que ele deixa evidente a divisão entre as comunidades e o descontentamento pelo reconhecimento conjunto:

Você me pergunta o que é ser quilombola, isso eu não sei, o que eu sei são as tradições dos antigos, sei que aqui são duas comunidades só no nome, porque sempre fomos separados pra tudo, e espero continuar assim, eles com as coisas deles e nós com as nossas. (Flávio - Tabatinga)

Algo que cabe se destacar também é a participação da comunidade nas redes sociais como o *Instagram*¹¹⁰ em que notamos que o nome da página referente ao quilombo possui a

¹¹⁰ QUILOMBO CARRAPATOS. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Instagram: @quilombocarrapatos. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombocarrapatos/>. Acesso em 23 jun. 2021

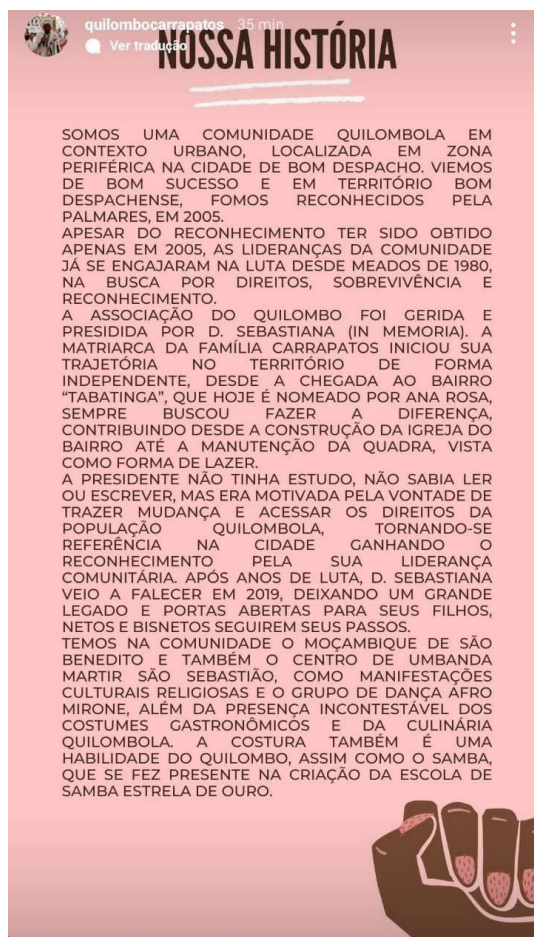
algunha de “Quilombo Carrapatos”, sem realizar nenhuma referência à Tabatinga. Já na página do *Facebook*¹¹¹, o nome é “Quilombo Carrapatos de Tabatinga”, mas quando verificamos as postagens e as fotos não encontramos nenhuma menção à Tabatinga.

Colocamos em destaque a foto anexa retirada do perfil da comunidade no *Instagram*¹¹², em que compreendemos, pela leitura deste texto, que a Comunidade dos Carrapatos marca sua diferença e particularidade, identificando-se como uma comunidade quilombola, que foi reconhecida no "território da Tabatinga", demarcando, deste modo, posições identitárias distintas. O próprio perfil do *Instagram* já sinaliza isso: intitula-se "quilombocarrapatos", como se Carrapatos, autonomamente, fosse um quilombo separado, e não uma parte da comunidade quilombola "Carrapatos de Tabatinga". Podemos observar também o léxico empregado: "Carrapatos" aparece qualificado como "quilombo", mas "Tabatinga" aparece apenas como "bairro" na postagem. Note ainda a ênfase no terreiro de umbanda, que é um dos pontos de polêmica com os tabatinguenses, e a ausência de qualquer menção à língua da Tabatinga, apontando para uma política de construção de uma identidade autônoma.

Imagem 5 – Print do post publicado no *Instagram* da Comunidade

¹¹¹ QUILOMBO CARRAPATOS DA TABATINGA. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Facebook: Quilombo Carrapatos Da Tabatinga. Disponível em: <https://www.facebook.com/Quilombo-Carrapatos-da-Tabatinga-1573957826209582/>. Acesso em 23 jun. 2021.

¹¹² QUILOMBO CARRAPATOS. Nossa História. Bom Despacho. 13 jan. 2022. Instagram: @quilombocarrapatos. Disponível em: https://www.instagram.com/s/aGlnaGxpZ2h0OjE3ODk2OTc1MTY5MDY5NzUz?story_media_id=2750344659840422214_45491931080&utm_medium=share_sheet. Acesso em: 13 jan. 2022.



Fonte: Fotografia da autora (2022)

A comunidade estudada neste trabalho nos mostra que a partir da memória coletiva, são criadas representações do mundo ao nosso redor que servem para marcar posições e hierarquias dentro deste. A memória coletiva, portanto, é uma atividade inerente à vida em sociedade. Posto isso, a memória das lideranças quilombolas, como Dona Fiota e Dona Sebastiana, contribuem para compor a história e fortalecer a identidade da comunidade de Carrapatos de Tabatinga. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.¹¹³ Por esta razão não podemos dizer que estamos sozinhos, visto que tem sempre alguém ou algo que fará ou fez parte da nossa história, mesmo quando em algum momento nossa memória vier a falhar. Como reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança, é necessário que esta reconstituição funcione a partir de dados ou noções comuns que estejam em nossa memória e na dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível

¹¹³ HALBWACHS, M., op. cit., p. 30.

somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Só assim pode-se compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

A Fundação Cultural Palmares visitou a comunidade pela primeira vez em 2004 e seus representantes, Edi Freitas e Maria Bernadete Lopes, são citados por Sandra como os primeiros funcionários a visitar Tabatinga.

Na ocasião da visita da Fundação Cultural os representantes ratificaram as informações sobre os direitos específicos dos quilombolas e, após a reunião, lideranças dos Carrapatos da Tabatinga apresentaram o pedido de certificação, respeitando a autodefinição recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Convenção nº 169.

De acordo com a Portaria FCP nº 98 de 26/11/2007, mais do que a exigência de certificação, eles encaminharam à presidência da Fundação Cultural Palmares a ata de uma reunião específica realizado na Comunidade para tratar do assunto autodeclaração, com a assinatura da maioria dos membros e um breve histórico da comunidade, contando como ocorreu a formação, seus principais grupos familiares, suas manifestações tradicionais, atividades produtivas, festividades, religiosidade, etc. A Certidão de autorreconhecimento foi emitida pela Fundação Palmares em 06 de dezembro de 2005.

Conscientes de todos os passos que teriam de dar no longo e congestionado caminho para a titulação da terra, a comunidade se reuniu novamente e então focava todo o seu trabalho no objetivo de aquisição dela. Abaixo detalharemos este processo para melhor compreensão da metodologia de regularização fundiária no INCRA.

2.6 Análise do processo para a regularização fundiária remanescente de quilombo

Analisar o processo de reconhecimento formal da comunidade significa ver as marcas, os símbolos e procedimentos para compreender as relações dali dispostas, além de entender o próprio contexto de produção.

No processo de reconhecimento formal existem diversas verdades que são colocadas em confronto. Nele, as partes buscam reorganizar a realidade e para isso deixam marcas e vestígios que auxiliam na sua própria interpretação, e estão presentes diversos pontos de vista, diversas relações de poder em que nem todos os discursos possuem o mesmo valor.

De acordo com o Regulamento FCP nº 98 de 26/11/2007, para além do pedido de certificação, foi enviada à FCP a ata de reunião extraordinária realizada na comunidade para

tratar da questão da autodeclaração, com assinatura da maioria de seus membros e um breve resgate histórico da comunidade detalhando sua formação, seus principais grupos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, suas atividades produtivas, suas festas, sua religiosidade etc.

Para a concordância do INCRA, o território ocupado por indivíduos que se reconhecem quilombolas será, na forma da lei, declarado como sua propriedade legal, somente após cumprir os seguintes procedimentos: 1. Autodefinição quilombola: A autodefinição é um direito da comunidade quilombola, e, para regularizar seu território, o grupo deve encaminhar ao INCRA a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares; 2. Elaboração do RTID¹¹⁴: Esse documento, chamado de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), é desenvolvido por técnicos, visando coletar informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas e antropológicas, no campo e de instituições públicas e privadas. O RTID visa identificar as fronteiras e divisas das terras das comunidades remanescentes de quilombo; 3. Publicação do RTID: Após a estruturação, é feita a publicação do RTID, com suas notificações. Os interessados terão 90 dias para contestar o RTID junto à Superintendência Regional do INCRA para anexar os respectivos documentos comprobatórios. Do julgamento das contestações caberá recurso único ao Conselho Diretor do INCRA, no prazo de 30 dias a contar da notificação; 4. Portaria de Reconhecimento: A fase de identificação do território termina com a publicação da portaria do Presidente do INCRA validando as fronteiras do território quilombola no Diário Oficial da União e dos Estados; 5. Decreto de desapropriação: Nos casos em que existam imóveis no território, faz-se imprescindível a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social (feito pela Presidência da República). Os imóveis desapropriados serão inspecionados e avaliados de acordo o preço de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e das benfeitorias; 6. Titulação: O presidente do INCRA realizará a titulação concedendo título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem qualquer ônus financeiro. A venda e a penhora do território são proibidas.

Desde 2005, quando a comunidade recebeu a certificação da Fundação Palmares, identificando-se como Quilombolas Remanescentes de Carrapatos Tabatinga, o

¹¹⁴ O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação é uma das principais etapas do processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas, seguindo a metodologia e as etapas técnicas definidas pela Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

pedido de ingresso na segunda fase do judiciário foi encaminhado ao INCRA. O processo de elaboração do RTID só foi aberto na comunidade em 2009 e continua paralisado até hoje, em 2022. Por esta razão o processo foi analisado, não como uma mera descrição e organização de procedimentos, mas como uma análise do tempo e espaço ali criados, com marcadores definidos e falas emblemáticas que constituem em torno de si um mundo à parte do cotidiano dos pleitos quilombolas.

Destaca-se que o processo está permeado por marcas e simbolismos que me auxiliaram na sua leitura. Os conhecimentos que estão ali presentes são como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas, sujeitas a novas interpretações a cada leitura.

2.7 O Processo

O Processo de Regularização Fundiária de Área Remanescente de Quilombo está registrado no INCRA sob o nº 54170.000075/2009-12, e a cópia que está nos anexos deste trabalho foi encaminhada pela senhora Maria das Graças Epifânio (filha de Dona Sebastiana e integrante da liderança dos Carrapatos).

O primeiro documento que está presente no processo é a Certidão de Autodefinição da Comunidade de Carrapatos da Tabatinga (página 125 do Anexo), emitida pela Fundação Cultural Palmares em dezembro de 2008, e logo na página seguinte tem-se a publicação da emissão da mesma no Diário Oficial da União.

Destaca-se ainda que, de acordo com o Ofício/Incra/SR-06MG/GAB/Nº 508/2009 (página 127 Anexo), “o INCRA-MG realizará oportunamente os estudos técnicos e científicos requeridos para a produção de relatórios antropológicos e de outros documentos que comporão os respectivos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID.” E, como foi dito anteriormente, este relatório ainda não foi produzido junto à comunidade. Em buscas realizadas no site do INCRA, a comunidade aparece listada na planilha de “Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos”¹¹⁵, atualizada em maio de 2022, enquanto na planilha “Acompanhamento dos processos de regularização

¹¹⁵ INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos_QUILOMBOS_INCRA_19_mai_2022.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

quilombola”¹¹⁶, a comunidade não está listada, o que nos leva a crer que o processo continua estagnado.

Os membros signatários da comunidade deste documento, por meio da presidente da associação, Dona Sebastiana, expressam que são remanescentes de quilombo e explicam sobre a formação da comunidade com suas origens, tanto do lado Carrapatos quanto Tabatinga, o bairro marginalizado, a discriminação por parte da cidade e suas tradições.

Em continuidade com a análise da documentação, exploraremos a documentação que a comunidade enviou para o reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo. O primeiro documento é a “Ata de autodefinição da Comunidade Carrapatos de Tabatinga”, a partir de reunião realizada no dia 26 de Abril de 2008, às 19 horas, na sede da Associação dos Quilombos de Bom Despacho-MG, à rua Tabatinga nº 520 (página 128 do Anexo).

Na ata de autodefinição da comunidade o histórico versa que

A comunidade foi fundada há aproximadamente 100 anos. E tem este nome em virtude dos negros da Costa, que aqui vieram fugidos de seus senhores, trazendo consigo um dialeto africano que, para os brancos, era uma gíria de marginais. Há aproximadamente 60 anos vieram também os Carrapatos da Tabatinga originado de Bom Sucesso por terem sido expulsos de suas terras e assim juntamente com os negros na costa até hoje pelos seus direitos adquiridos, daí ficou conhecida como Tabatinga por causa da gíria e Carrapatos da Tabatinga pela persistência e união¹¹⁷.

A partir deste trecho observamos que os relatos que colhemos para o trabalho e a ata de autodefinição possuem similaridade, pois falam sobre a constituição da comunidade da Tabatinga como uma comunidade quilombola e da junção com os Carrapatos. Ressalta-se que no excerto é falado sobre os Negros da Costa que podem ser compreendidos como os escravizados vindos da Costa da Mina, ou Costa do Ouro atuais Gana, Togo, Benim e Nigéria. A expressão “negros da Costa” também pode ser uma referência genérica à costa africana, e não especificamente à Costa da Mina. Evidencia-se que os estudos linguísticos mostram que a língua da Tabatinga tem influências predominantemente bantas, o que não se relaciona com a versão da origem na Costa da Mina (mas condiz com o padrão demográfico predominante em Minas Gerais no século XIX).

Em outro ponto do mesmo documento, é dito que “na comunidade moram 75 famílias, com 200 pessoas, que sobrevivem de trabalhos nas fazendas, corte de cana e outros trabalhos

¹¹⁶ INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Acompanhamento dos processos de regularização quilombola*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/acompanhamento_processos_QUILOMBOS_INCRA_19_maior_2022.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

¹¹⁷ Ata de autodefinição da Comunidade Carrapatos de Tabatinga, Anexo, página 128.

domésticos”. Em pesquisa junto à Associação, o número levantado foi de mais de 100 famílias. Hoje a realidade do bairro em relação ao trabalho exercido pelos moradores também é diferente, uma vez que muitos trabalham em comércios no centro do município.

Outras famílias moram fora da comunidade, em outras cidades e até mesmo fora do estado, mas nunca perderam o vínculo com a comunidade. Necessitando migrar por falta de emprego e por não ter mais a terra para trabalhar e nem para o próprio sustento, tendo que submeter ao subemprego nas fazendas em condições sub-humanas para sobreviver¹¹⁸.

Neste outro trecho da Ata de autodefinição temos uma corroboração das histórias de trabalho que foram coletadas para esta dissertação, em que a comunidade fala sobre ter perdido suas terras para fazendeiros da região, e sobre os trabalhos que eles realizavam para os mesmos.

Em outra parte, a Ata fala sobre as dificuldades encontradas no bairro, que apesar de possuir serviços básicos, também possui discriminação semelhante a bairros periféricos de grandes cidades: “Nossa comunidade tem energia elétrica, tem telefone, saneamento básico, Posto de saúde, de água tratada. Tem escola de primeiro grau, na rede pública. Não temos escola diferenciada e somos tratados como um bairro que só tem marginal”.

Por fim, a Ata versa sobre a preservação das raízes históricas, tradições e religiosidade do bairro, algo que foi muito comentado nos relatos e também algo visto como um fator de diferenciação para as duas comunidades, “preservamos ligação com nossas raízes históricas, mantendo nossas tradições culturais, medicinais, religiosas, que nos foi e nos é passada pelos nossos ancestrais e por pessoas mais velhas da comunidade”.

Na página seguinte ao documento supracitado encontra-se a ‘Ata de eleição e posse da nova diretoria’, (página 130 do Anexo) datada de 26 de abril de 2008. O documento confirma os depoimentos dos membros do lado da Tabatinga de que a família dos Carrapatos prevalece na diretoria da associação, uma vez que, dos 12 cargos disponíveis na recém-criada Associação, 8 deles são ocupados por membros da família dos Carrapatos.

O processo também inclui o Estatuto da Associação dos Quilombolas de Bom Despacho, esta associação representa apenas o Quilombo de Carrapatos de Tabatinga, sendo que o outro quilombo presente na cidade (Quilombo do Quenta Sol) possui outra associação para representá-lo (página 132 do Anexo) a qual possui como algumas de suas finalidades: contribuir com as comunidades quilombolas bondespachenses para o uso sustentável dos seus

¹¹⁸ Ata de autodefinição da Comunidade Carrapatos de Tabatinga, Anexo, página 118.

territórios que garantem suas reproduções física, social, econômica, educacional e cultural; contribuir para a defesa dos territórios ocupados pelas comunidades de quilombo de Bom Despacho, em cujo espaço físico exercem seus modos de viver, fazer e criar. Entre as finalidades da Associação dos Quilombos de Bom Despacho encontram-se:

IV - Promover o reconhecimento de comunidades quilombolas bondespachenses inviabilizadas e que se encontrem desvinculadas de uma luta coletiva contra a opressão e exclusão histórica sofrida. [...]

XII - Respeitar e fazer respeitar a autonomia e autodeterminação de cada comunidade quilombola como forma alternativa de organização política e social. E quando o segmento social diferenciado¹¹⁹

Sobre o trecho acima temos algumas ponderações, visto que não foi localizada nenhuma interação da Associação dos Quilombos de Bom Despacho com a Associação do Quilombo do Quenta Sol, cujo quilombo foi reconhecido pela Fundação Palmares em 2013. Outro ponto é sobre “a autonomia e autodenominação de cada comunidade quilombola”, uma vez que este é um ponto discutido na coleta de relatos, nos quais se observa que, segundo os moradores do ramo Tabatinga, eles não foram ouvidos na autodeterminação, e em razão disso, a maioria destes não concorda com as ações realizadas pela Associação dos Quilombos.

O documento também possui uma relação dos Fundadores da Associação do Quilombo de Bom Despacho/AQBD, datada de junho de 2005 (página 141 do Anexo), contando com 9 membros. Nesta relação sabe-se de 5 membros originários dos Carrapatos e 4 da Tabatinga, além da assinatura de aproximadamente 145 famílias se reconhecendo como remanescentes quilombolas (página 143 do Anexo).

Por fim, temos algumas reportagens (página 147 do Anexo) sobre o bairro, falando a respeito de culturas, manifestações culturais, dificuldades de um bairro de periferia e algumas reportagens mostrando a luta de Dona Sebastiana.

A partir dos documentos anexados é possível identificar que, desde o começo das discussões sobre a Tabatinga ser remanescente, é perceptível que a relação entre os membros do tronco Tabatinga e Carrapatos foram delimitadas com base nas diferenças entre os mesmos. Ao realizar uma identificação das pessoas que participaram da fundação da associação e se autoidentificaram como remanescentes de quilombo, notou-se que estes em sua grande maioria são relacionados ao lado Carrapatos. Também notamos que há um silenciamento em relação aos membros da Tabatinga, uma vez que, eles são a maioria

¹¹⁹ Ata de autodefinição da Comunidade Carrapatos de Tabatinga, Anexo, página 118.

demográfica no bairro, e quase não é possível identificar suas assinaturas nos referidos documentos.

CAPÍTULO 3 - NOVOS RELATOS, OUTRAS HISTÓRIAS

As histórias ligadas às práticas culturais, religiosas e festivas da comunidade, se mostram muito presentes nos discursos e nas vivências da mesma, sendo para muitos um fator de identificação e diferenciação. Os trechos que contêm memórias da religiosidade do grupo indicam práticas, simbologias, ritualidade e saberes que têm sido transmitidos oralmente de geração em geração.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar as histórias da comunidade em relação às suas festas e tradições. Com a intenção de nortear essas análises, procurou-se saber quais seriam essas festas; se elas são realizadas pela comunidade como um todo, e sobre a língua da Tabatinga, ela que por um tempo foi um fator de diferenciação da Tabatinga com a população da cidade e até mesmo das comunidades.

3.1 As Festas da Tabatinga e dos Carrapatos

Segundo a coleta de relatos, na Comunidade Carrapatos de Tabatinga se realizam anualmente três festas tradicionais: a Festa dos Reis, a Festa de Nossa Senhora do Rosário e a Festa de Cosme e Damião. Essas festas, que na teoria são celebradas por toda a comunidade, possuem divisões em suas estruturas, com fronteiras e sistemas de pertencimento interno e externos.

A parte do Quilombo da Tabatinga celebra a Festa dos Reis, no dia 06 de janeiro, e esta celebração é realizada somente por este grupo da população, enquanto no lado dos Carrapatos eles realizam durante o mês de setembro a Festa de Cosme e Damião. Por sua vez, a Festa de Nossa Senhora do Rosário é uma celebração conjunta para a Tabatinga e os Carrapatos realizada nos meses de julho e agosto. Seguem relatos sobre a religiosidade:

Eu sou muito devoto a Nossa Senhora do Rosário, minha mãe me criou assim, e tudo que eu tenho, eu devo a ela, à intercessão dela. A fé é muito importante pra comunidade, ela nos une, e nos faz lembrar dos antigos, das rezas aqui no bairro, das festas de congado. (Marcos – Tabatinga)

Minha família me criou católico, mas depois de adulto eu fui pra igreja evangélica, mas mesmo tendo mudado de religião eu ainda continuo participando das festas do bairro, acho que são santos que sempre protegeram o povo daqui, são tradições que a gente não pode abandonar. (Aílton – Tabatinga)

Eu sou filha de Xangô, e o centro da minha mãe foi durante anos o único da comunidade, ele se tornou uma referência para as pessoas daqui quando precisavam de alguma reza ou algum remédio natural. (Sandra – Carrapatos)

Nos relatos acima, observamos a estreita relação da comunidade com a denominação religiosa, uma vez que a mesma nem sempre se sobrepõe ao que é sentido pelos indivíduos como herança cultural e fonte de pertencimento identitário. Temos como exemplo relatos de três pessoas de religiões diferentes, que apesar desta diferença, possuem a afinidade de se autoidentificarem como remanescentes quilombolas, preservando as tradições familiares e toda a memória do bairro onde vivem.

Ademais, o bairro da Tabatinga sempre foi um lugar de grande religiosidade para Bom Despacho, sendo o local onde foi erguida a primeira igreja, quando a cidade ainda era um vilarejo. Seus principais santos de devoção são: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, ambos ligados à festa de Congado que a cidade realiza há 132 anos. Ao conversar com a população quilombola, percebemos que a tradição e a devoção são passadas de uma geração para outra, visto que os entrevistados nos mostraram imagens e bandeiras de tecidos dos santos padroeiros, bem como fardas e instrumentos utilizados nas festas por seus antepassados. De acordo com a coleta de relatos, para todos os entrevistados, a religião de seus pais é a maior herança que eles receberam, além de ser um local de memórias compartilhadas por toda a comunidade.

A religião católica, a santa é tudo que eu tenho, é o ensinamento que eu passo a meus filhos e a meus netos, as festas da igreja sempre reuniram a comunidade, as novenas, os cantos, é uma preparação do ano inteiro para as festas. (Odete – Tabatinga)

Eu me vejo como espírita, mas na minha família sempre tivemos mais abertura com religião, minha avó, minha mãe e minha irmã são da umbanda. Tenho tios católicos, cada um é de uma religião, nossos ancestrais eram da umbanda e católicos. (Marcelle – Carrapatos)

Neste outro fragmento, mais uma vez, vemos a relação das pessoas da comunidade com a religião, algo que podemos considerar como intrínseco, pois é compartilhado entre as famílias e entre as suas relações individuais, seja por meio da participação direta na devoção ou por meio dos ensinamentos, que passaram de geração a geração.

No Quilombo Carrapatos da Tabatinga encontram-se manifestações que remetem tanto a religiões de matriz africana quanto ao catolicismo, incluindo-se o catolicismo negro. A cultura religiosa na Tabatinga não é somente ligada ao seu próprio território, a mesma já se encontra incorporada ao calendário da cidade.

De acordo com a coleta de relatos, nota-se que existem dois momentos em que as tensões entre os indivíduos pertencentes aos Carrapatos e os indivíduos pertencentes à

Tabatinga ficam claras, na Festa dos Reis e na Festa de Cosme e Damião. De acordo com os relatos seriam momentos em que somente um grupo participa de tais festividades:

A Festa dos Reis é tradição do meu pai, ele tinha um grupo folia, de que saía visitando as casas do bairro, quando ele faleceu, eu assumi. A folia só a gente que é da Tabatinga participa, quem é dos Carrapatos não participa da festa, porque é uma festa nossa, que nós construimos e participamos, não é igual a festa do Rosário em que a cidade inteira participa, a Festa dos Reis é algo que a gente preserva entre nós. (Marcos – Tabatinga)

Nós temos a Festa dos Reis como algo nosso, da Tabatinga, os Carrapatos vieram de fora e eles têm as festas que são só deles, do terreiro deles, e nós temos a nossa. (Osmar – Tabatinga)

Eu me lembro de muitas crianças da comunidade participando da Festa de Cosme e Damião, mas de uns tempos pra cá esse número diminuiu muito, aí acaba que quem participa hoje é nossa comunidade, nossa família, que é quem organiza, quem faz tudo na festa. (Francis – Carrapatos)

Nos relatos do senhor Osmar e do senhor Marcos, compreende-se que as fissuras estão presentes, sobretudo nas festas religiosas das quais somente as famílias da Tabatinga participam. Por meio das conversas, percebemos que os moradores utilizam esse fator como uma diferenciação entre as comunidades, do mesmo modo que ao conversar com moradores dos Carrapatos, vemos que a Festa de Cosme e Damião não conta com a participação da comunidade como um todo. Como no relato de Francis que, apesar de ser mais jovem do que Marcos e Osmar, possui viva a lembrança da participação de outras crianças da comunidade na festa que era realizada por sua avó.

Compreendemos que para ambos os grupos a religião é a maior herança deixada por seus antepassados. Nesse sentido, para os moradores de Tabatinga, realizar a Festa dos Reis é uma forma de se conectar com esse passado, com essas memórias, sendo lembranças compartilhadas somente por sua comunidade. Enquanto que para os Carrapatos, as festas de sua religião de matriz africana os fazem lembrar de tempos em Bom Sucesso. Vale elucidar que durante a Festa dos Reis, a presença dos Carrapatos nas ruas do bairro se torna escassa, o mesmo se percebe inversamente na Festa de Cosme e Damião.

Podemos notar, com base nos relatos, tensões entre as comunidades em relação às festas, as quais marcam quem é da Tabatinga e quem é dos Carrapatos. Elas veem isto como forma de diferenciação. Nessa feita, os moradores da Tabatinga consideram os Carrapatos como estrangeiros, e a separação nas festas seria um modo de delimitar uma fronteira, além da fronteira estabelecida pelo parentesco de cada ramo familiar.

No calendário das festas do Quilombo e da cidade, destaca-se a Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada anualmente nos meses de julho e agosto. Ela se constitui em

um rito com ampla participação da comunidade, tanto dos que se identificam como Carrapatos, quanto dos que se identificam sendo da Tabatinga, além das pessoas externas ao quilombo.

A gente espera o ano todo para a Festa de Nossa Senhora, vai chegando o mês de junho nós começamos a fazer os ensaios dos ternos, cada terno tem cerca de cem integrantes é muita gente. Mas não é só ensaio, são as fardas, os instrumentos, é como se eu falasse com meu pai que estou continuando a tradição dele, mas não só com eles, com todos os congadeiros que vieram antes mim. O bairro todo participa dos preparativos, da novena, das coroas, das procissões. (Osmar – Tabatinga)

A partir do relato de Marcos, vemos como a comunidade se mobiliza para a realização da Festa, que na sua visão possui um viés ligado à religião católica e à manutenção de uma tradição de família. Enquanto que no relato abaixo, para Sandra, a mesma festa possui um lado católico e ao mesmo tempo umbandista, mas do mesmo modo é uma forma de se conectar com seus antepassados, sendo que, para ela

A mãe (Dona Sebastiana) ensinou a gente ser do Moçambique, ensinou o respeito a São Sebastião e Oxóssi, ela era nossa capitã, ela que arrumava nossas fardas, que lavava e engomava, e rezava a gente de sair. A Festa de Nossa Senhora sempre foi importante pra gente, era um modo de relembrar meu bisavô que era capitão do terno, assim como meu avô e minha mãe. (Sandra – Carrapatos)

A Festa de Congado, em Bom Despacho, no começo era realizada apenas por negros, sendo que durante muito tempo a Igreja a considerava uma festa pagã. De acordo com o senhor Marcos, os reinadeiros não podiam adentrar as igrejas durante a festa. Colocamos aqui uma canção dos reinadeiros versando sobre a abertura da Igreja para eles:

*Abre a porta da igreja, ai ai
Que nós queremos entrar, ai ai
Eu vim de lá de longe, ai ai
Com promessa pra pagar, ai ai ai*

*Dá licença seu vigário, ai ai
Que nós queremos cantar, ai ai
Se puder cantar eu cantor ai ai
Se não pode eu vou parar, ai ai ai*

Distintas formas de manifestações culturais podem coexistir na vida cotidiana, ou seja, se interpenetram no dia a dia em nosso contexto contemporâneo marcado pela globalização.

Estas vão além de um modo de vida, refletem ações e reações entre grupos diversos. Isso implica ser e estar na sociedade, assim como estabelece relações de alteridade. Portanto, ressaltamos que essas dinâmicas culturais se caracterizam não só pelas trocas sociais entre sujeitos e grupos, mas também pela luta, confronto e tensões sociais.

Com relação à festa, os moradores da Tabatinga dizem que o engajamento da comunidade tem diminuído ao longo do tempo, principalmente no que diz respeito aos mais jovens, porque

A festa não é a mais a mesma, os jovens não têm a mesma seriedade com os santos igual nós tínhamos. Hoje eles vão e querem beber nos dias da festa, faltam em ensaio, acham que é só mostrar para os outros, mas não, a festa é a nossa fé, é a nossa crença, por isso tem muita gente mais velha largando a festa, as coisas mudaram muito. Mas tem muita gente nova que participa, que quer dar continuidade na tradição, é uma festa que não vai morrer. (Osmar – Tabatinga)

Ao examinarmos o relato anterior como exemplo, podemos estabelecer duas diferenças entre o comportamento dos jovens em relação às festas da comunidade, sendo possível dividir entre os jovens que não possuem um compromisso com a festa, alguns comparecem somente por pressão de suas famílias, não participando dos ensaios e nem das novenas, e os que efetivamente participam dela, continuando com a devoção que lhes foi ensinada por sua família. Durante as festas é possível perceber uma ampla participação de crianças dançando, tocando e entoando cantos. Por conseguinte, as pessoas costumam dizer que as crianças da comunidade já nascem sabendo festejar o congado.

As festas no bairro são concomitantemente, um fator de exclusão e inclusão, em que algumas pertencem a um grupo e não a outro, que os dividem entre o “nós” e “os outros”, que agem como uma diferenciação entre as comunidades delimitando fronteiras. Entretanto, festas também incluem, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário que é marcada por uma grande participação e envolvimento não só da comunidade, mas de toda a cidade. O grupo é composto tanto por pessoas de religiões de matriz africana quanto por cristãos entre evangélicos e católicos, além de espíritas.

As imagens das festas religiosas populares são metáforas que servem de sustentação das diferentes realidades. O imaginário presente nelas apresenta não só a narrativa de uma dada comunidade, mas por meio de seus fazeres e saberes culturais e religiosos, criam-se suas representações, discursos e significados em um processo dinâmico de constante ressignificação.

Para Canclini, as culturas populares conseguem ser prósperas e, ao mesmo tempo, híbridas. As culturas “tradicionais” desenvolveram-se e também se modificaram por vários motivos, “ao contrário e de forma complementar, a reprodução das tradições não exige fechar-se a modernização”¹²⁰. O autor também defende que se deve levar em consideração que o popular não se concentra em objetos, mas sim nos saberes e fazeres. O importante são as mudanças de significado destes objetos, resultantes de interações nos fenômenos culturais populares, vistos como folclóricos ou tradicionais.

O termo hibridismo abarca outros aspectos importantes da cultura na formação do cosmos religioso tanto das benzedeadas quilombolas quanto dos saberes-fazeres nas festas tradicionais, uma vez que o conceito de hibridismo cultural é um modelo aberto e em construção, que não se restringe a definir uma mescla de estruturas e práticas sociais, mas sim como constituição a partir de diferentes elementos de novas estruturas e práticas culturais, o que Canclini denomina como reconversão cultural. Desse modo, os indivíduos estabelecem determinados elementos que são apreendidos como traços distintivos de sua cultura, e se tornam alicerce para a construção das identidades. Na contemporaneidade, estas sofrem constantes processos de hibridismo cultural, o que resulta na formação de indivíduos traduzidos, que assumem diferentes posições ou referências identitárias¹²¹.

Historicamente, sempre ocorreu hibridação, na medida em que há contato entre culturas e uma toma emprestada de elementos das outras. No mundo contemporâneo, o incremento de viagens, de relações entre as culturas (...) fomentam o maior acesso de certas culturas aos repertórios de outras¹²².

É neste contexto que comunidades como a dos Carrapatos de Tabatinga constituem-se como espaços de culturas híbridas e, deste modo, os indivíduos estabelecem determinados elementos que são apreendidos como traços distintivos de sua cultura, tornando-se alicerces para a construção de suas identidades. Este hibridismo ocorre principalmente no sentido da convivência entre as comunidades durante as festas, inclusive no seu dia-a-dia.

A noção de hibridismo revela o conceito de entre-lugar (in-between). Este, de acordo com Homi Bhabha¹²³, constitui-se como espaço intersticial, onde significantes e significados se encontram e produzem novos sentidos. Entre-lugar é, acima de tudo, um espaço produtivo,

¹²⁰ CANCLINI, N., op. cit., p. 239

¹²¹ CANCLINI, N., op. cit.

¹²² CANCLINI, Néstor García. Cultura sem fronteiras: entrevista ao antropólogo. DAMAZIO, Reynaldo. *Caderno de Leitura*. EDUSP. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/001700673.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

¹²³ BHABHA, H., op. cit.

onde ocorrem as diversas formas de hibridismos. É justamente o local da cultura, é seu lócus de enunciação, é o terceiro espaço proveniente do encontro entre significados e significantes. Segundo o autor, as identidades são construídas nas fronteiras de diferentes realidades, no meio. Elas são entendidas como limites, pensamentos construídos nas bordas. O conceito intermediário desenvolvido por Bhabha relaciona-se com a visão de como o grupo posiciona o poder e implementa estratégias de empoderamento. Tal posição produz uma posição intermediária que apresenta em questões de alcance comunitário, social e político, como no caso do Quilombo, em que as tensões e fronteiras entre Carrapatos e Tabatinga são negociadas para a criação de uma identidade que funcionaria como uma “posição intermediária”, que não elimina nem a fronteira e nem as tensões.

3.2 A Língua da Tabatinga: uma resistência quilombola

A Comunidade Carrapatos de Tabatinga, constituída em terras remanescentes de quilombo, herdou dos antepassados quilombolas uma língua própria, a chamada Língua do Negro da Costa, de acordo com a pesquisadora Sônia Queiroz,

A expressão da Costa, presente na denominação da língua dos negros da Tabatinga, costuma ser associada a Costa dos Escravos, região africana que corresponde ao Benin e a Nigéria atuais, habitada por negros do grupo sudanês. [...] as ligações históricas de Bom Despacho com uma vila do ouro, Pitanguí, sugerem mais uma vez uma origem sudanesa para a língua chamada “do negro da costa. Entretanto, os dados lingüísticos colhidos em gravações na Tabatinga, em Bom Despacho, indicam para ela, ao contrário, uma origem predominantemente banto. Por isso entendemos, com Artur Ramos, que a expressão negro da Costa é, antes, uma denominação genérica, utilizada inicialmente pelos senhores brancos para se referir aos negros escravos sem distinguir-lhes as origens africanas.²⁷ Língua do Negro da Costa significaria, portanto, “língua de africano”, o que parece se confirmar por outros nomes que ela recebe de seus falantes, em Bom Despacho: gíria dos cativero e língua do cuete (lit. ‘língua do homem’)¹²⁴.

A Língua do Negro da Costa é conhecida em Bom Despacho como Língua da Tabatinga ou Gíria da Tabatinga, e de acordo com Queiroz, ela significa ‘língua de africano’. A Tabatinga carrega tal nome em razão da argila, que além de ter a alcunha de Tabatinga era encontrada no bairro e por ter uma cor branca era utilizada nas casas dos moradores para fazer uma pintura como de cal (caiação).

¹²⁴ QUEIROZ, S., op. cit. No período escravista a expressão “da costa” poderia ser utilizada para identificar todos os africanos, uma vez que o termo ‘África’ não encontrava-se em uso corrente, então muitas vezes os africanos eram referidos, todos, como vindos da “costa da Guiné”, ou “da costa” como forma de abreviação.

Sônia Queiroz destaca em seu livro alguns precursores da língua no bairro, como Dagoberto Tomas Pinto da Fonseca (Dicoberto), Zacaria e Dona Fiota. Associam-se à difusão da língua em Bom Despacho, os Camargo, Miguel Pontes e Amadeu Pontes¹²⁵. Segundo Dona Fiota, a língua da Tabatinga era falada nas antigas senzalas e com ela os escravos podiam se comunicar livremente. Ela tinha aprendido essa língua com sua mãe e muito dessa sabedoria ainda não está escrita, pois a sua transmissão é praticamente toda pela oralidade¹²⁶.

A Gíria da Tabatinga era falada nas antigas senzalas das fazendas, com ela, os escravos podiam se comunicar livremente sem o patrão entender o que diziam. A língua era uma forma de código para os mesmos.

Nesse sentido, Dona Fiota contava sobre como eram os usos da língua e como a aprendeu: “A gente não podia falar o nome do trem. Tem assango? Não, não tem assango. Tem cambelera? Não, cambelera também não.. Então, minha mãe falava: ‘Catingueiro caxô. Caxô o quê? No Curimã’. Ela tava avisando que o patrão havia chegado na fazenda”. (Tradução das palavras: assango, quer dizer arroz; camberela, significa carne)¹²⁷.

Mesmo com o processo de urbanização e os fortes preconceitos de parte da população local, a Tabatinga resiste. A língua tem um uso lúdico, com a finalidade de ocultação dos não falantes, ou “os brancos do centro da cidade”. A língua tem o caráter de resistência cultural, que atualiza para seus falantes “a sua identidade africana, através da tradição linguística”, e, por muitas vezes, a sua própria identidade quilombola¹²⁸.

Durante um longo período de tempo, a língua foi considerada estranha para a população de Bom Despacho, que não a dominava e, por isso, a marginalizou, chamando-a, pejorativamente, de ‘língua de negro’, visto que o bairro é majoritariamente composto por negros. Devido a isso, vários membros da comunidade tinham vergonha de usar sua própria língua, emergindo com um grande risco de extinção.

Tanto os falantes da Língua da Tabatinga quanto à população do quilombo ainda sofrem com o estigma da associação do nome à malandragem. Isso se comprova devido ao fato de que “mais de uma vez ouvimos referência a boatos sobre a prisão dos falantes da

¹²⁵ QUEIROZ, S., op. cit.

¹²⁶ JÚNIOR, Lúcio Emílio do Espírito Santo. *Uma Entrevista Inédita com D. Fiota*. Disponível em: http://emiliojunior.zip.net/arch2007-09-30_2007-10-06.html#2007_10-01_22_09_47-125685341-0. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹²⁷ FREIRE, José Ribamar Bessa Freire. *Dona Fiota: A letra e a palavra*. Disponível em: <http://www.bomdespachomg.com.br/tabatinga.php>. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹²⁸ QUEIROZ, S., op. cit.

língua, que — também chamada de ‘gíria’ ou ‘gira da Tabatinga’ — seria considerada pela repressão como privativa de malandros e criminosos”.¹²⁹ Sobre essas prisões dos falantes:

Eu não vivi essa perseguição com a língua dos escravos, mas meu pai viveu, ele falava que nos anos 70, a polícia prendia qualquer um que falasse a língua e colocava que era vadiagem. A minha geração e esse pessoal mais novo não sofre com esse problema, eles têm é orgulho de aprender uma língua que era usada na senzala. (Daniel- Tabatinga)

Eu nunca fui preso por falar a língua dos escravos, mas vi muitas pessoas serem levadas para dormir uma noite no batalhão de polícia, a cidade tinha medo de ver o pessoal da Tabatinga falando uma língua que eles não entendiam. (Osmar-Tabatinga)

Os relatos de Daniel e de Osmar são parecidos com os de pessoas do bairro que falam a Língua Tabatinga, eles possuem diversas histórias sobre a perseguição da polícia com os falantes, e um lado de racismo e intolerância com o dialeto, associando-o às pessoas negras que seriam marginais em sua visão. Ressalta-se que mesmo com a perseguição dita, a língua continuou a se expandir pela comunidade, algo que nas nossas visitas foi muito notado.

Eu nunca aprendi a língua dos escravos, porque a minha mãe (Dona Sebastiana) não falava e a língua sempre foi como uma diferença nossa pro povo da Tabatinga. Nem eu, nem minha mãe e nem minhas irmãs aprendemos a falar, mas sabemos da importância da língua pro povo daqui. (Sandra-Carrapatos)

Minha mãe não aprendeu a língua da Tabatinga, acho que ela não aprendeu porque ela não nasceu aqui no bairro, então ela não ligava para isso, mas eu e minhas primas que nascemos na Tabatinga fizemos questão de aprender, e aprendemos na rua mesmo, vendo as pessoas falarem, a gente ia perguntado o significado das palavras. (Francis-Carrapatos)

A Língua da Tabatinga age como um fator de diferenciação das comunidades, como no relato de Sandra existe um reconhecimento dela e um grande respeito, mas ao mesmo tempo nota-se um desinteresse em aprender algo que era dito por todos no bairro no qual a família dos Carrapatos havia construído moradia. Esta diferenciação aparentemente possui um caráter etário, posto que no relato de Francis, ela deixa claro que apesar de sua mãe não ter aprendido a língua, a sua geração quis aprender, principalmente pelo fato de morarem no bairro. Outro fator que cabe destaque é o modo de aprender a língua, ainda conforme o relato de Francis, elas aprenderam do mesmo jeito que muitos moradores do bairro: no dia-a-dia, na rua. E ao fazerem uso da língua da Tabatinga, a população remanescente de quilombo faz uso

¹²⁹ QUEIROZ, S., op. cit.

de suas vivências e ressignifica sua ancestralidade e sua negritude, pois a língua pode ser tida como um fator de diferenciação entre o 'nós' e o 'eles'.

Primeiro falaram que a Tabatinga era terra de preto, o pessoal do centro até falava Tabaca ou Tabatingueiros pra nos ofender. Hoje eles ficam falando que somos isso e aquilo de quilombo, e também usam a Língua para diversas lojas e estabelecimentos, como Cambuá, Camberela, Avura, Mavero¹³⁰. Meu avô falava que as pessoas daqui passaram muitas dificuldades e que mantinham a fé em Nossa Senhora do Rosário, e pra mim e pros meus filhos ainda é assim, a fé na santa está presente na minha família não sei nem desde quando, assim como quando vai chegando agosto a gente se prepara pra festa, igual os antigos faziam. (Flávio-Tabatinga)

O relato de Flávio abrange um ponto muito sensível para os moradores mais velhos: o preconceito da cidade para com o bairro. Todos os relatos, sejam eles da Tabatinga ou dos Carrapatos, versam um pouco sobre isso. Eles falam da dificuldade que tiveram, da resistência da cidade em relação aos moradores e da festa a Nossa Senhora.

Ademais, os elementos e as dimensões vinculados às noções de 'família', o vasto calendário festivo/ritual apresentado e produzido pelos moradores de Carrapatos de Tabatinga podem ser também tomados como um elemento da produção do 'lugar' carregado de práticas e experiências significativas para a constituição do grupo. Assim como as festas que possuem um lugar primordial nos discursos e nas práticas dos moradores, quer seja nas narrativas de produção de uma história do lugar, quer seja nas ações e preocupações do cotidiano.

A Língua da Tabatinga também faz uso desta produção de lugar, pois ao mesmo tempo em que ela é um fator de aglutinação das pessoas da comunidade e de seu tronco, ela é um elemento de diferenciação em relação às pessoas de fora do bairro e às pessoas de dentro, que não falam a língua (os Carrapatos).

Além disso, as festas para a comunidade são tomadas como espaço para comemorar a união, o estar junto, um momento de alegria; o que é, em vários contextos, intencional e estrategicamente promovido pela associação, que lança mão de uma prática cultural do grupo para produzir 'cultura', reforçando a dimensão das festas como algo identitário, como uma das principais dimensões de produção do 'lugar'.

O que vemos também é um movimento no qual os sujeitos articulam suas experiências e práticas culturais numa aproximação significativa entre as dimensões de um

¹³⁰ Significado das palavras citadas por Flávio: Cambuá quer dizer cachorro, e é uma clínica veterinária; Camberela significa carne, e é um açougue; Avura quer dizer bonito, beleza, e é uma marca de cerveja; Mavero é leite, e é o nome da cooperativa da cidade.

“nós moradores da Tabatinga” e um “nós quilombolas”, possibilitando aos sujeitos uma condição de transitoriedade entre essas dimensões na ‘produção da localidade’.

Portanto, neste capítulo, pudemos compreender o sentido das festas religiosas para as duas populações e, principalmente, o sentido das mesmas para os indivíduos. Ao mesmo tempo que evocam a religiosidade, elas os lembram de seus pais e avós, mas simultaneamente é um ponto de distanciamento e diferenciação das comunidades, em que uma não participa efetivamente de uma celebração que a outra conduz. Outro fato de diferenciação explorado é o uso da Língua da Tabatinga pelos moradores das comunidades. Assim como as festas, ele talvez seja o sinal de diferenciação mais impactante, pois os mais velhos da comunidade dos Carrapatos nunca aprenderam a língua, apenas os mais jovens que estão a aprendendo no dia-a-dia nas comunidades.

CAPÍTULO 4 - CONSTRUINDO MEMÓRIAS, (RE)FAZENDO HISTÓRIAS

No presente capítulo temos por escopo discutir a(s) identidade(s) quilombola(s) da comunidade Carrapatos de Tabatinga e como o reconhecimento como remanescentes quilombolas afetou a autoidentificação de seus moradores.

Abordamos também a juventude quilombola e como acontece seu reconhecimento.

4.1 A(s) identidade(s) quilombola(s)

No decorrer do trabalho de campo, percebemos que o conceito de identidade é mutável e está sempre em construção, principalmente na Comunidade Carrapatos de Tabatinga. Ao interpellar meus informantes sobre os significados das mudanças que estavam ocorrendo na localidade e como isso interferia nas suas identidades, ficou evidente que a percepção local do fenômeno foi sendo construída no processo de organização política e também com ajuda dos mediadores que atuam na área.

Por outro lado, a memória não é uma reprodução pura das experiências passadas e sim uma construção em função da realidade presente¹³¹. Conforme arguiu Hall¹³²,

“é precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso (de um grupo) que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”

De acordo com Halbwachs¹³³, quando se reestrutura a memória do passado no intuito de conservar a imagem dos acontecimentos, retêm-se desses acontecimentos somente o que ainda interessa às novas sociedades. Portanto, é nessa conjuntura que propusemos compreender o processo histórico da construção da memória e da identidade quilombola no passado e presente.

Quando chegaram falando que nós éramos quilombolas eu estranhei, o pessoal da prefeitura que veio dizendo isso e aquilo, quando a gente sempre teve nossas tradições e nossa cultura, que vem desde antes dos meus avós, já nas terras daqui de Bom Despacho, muita gente aqui não entende isso, porque quilombo sempre foi uma ofensa, e pra mim sempre foi como uma

¹³¹ HALBWACHS, M., op. cit.

¹³² HALL, St., op. cit., p. 109.

¹³³ Op. Cit.

ofensa falar que fulano é quilombola, é a mesma coisa de falar que fulano é a Tabatingueiro [modo pejorativo de falar que o indivíduo era da Tabatinga]. (Osmar-Tabatinga)

A partir do relato de Osmar, já possuímos uma ilustração de como o processo de ser reconhecido como uma comunidade remanescente de quilombo foi e é um processo de conflito para o tronco da Tabatinga, e isso se dá em razão de uma negatização do termo ‘quilombola’ como uma palavra com sentido negativo. Com base nos relatos de Osmar, ele entende o significado do termo, e diz ser descendente de quilombolas.

Algo semelhante é observado no relato de Daniel, que assim como Osmar, possui suas tradições familiares passadas de geração para geração, e que considera as terras da Tabatinga como um lugar de refúgio, não sendo um quilombo propriamente dito, embora essa seja precisamente a definição historiográfica canônica de quilombo. Nota-se também que o entrevistado menciona ‘Palmares’, que seria como se ele considerasse o território um lugar de luta armada. Além disso, talvez Daniel tenha dificuldade em entender como “quilombo” uma comunidade formada no pós-abolição,

O que eu sei da história da comunidade é o que o meu pai e meu avô me contaram. Para as pessoas mais antigas é estranho falar que somos quilombolas, ou que a Tabatinga era um quilombo, porque eles têm a terra como um lugar para onde vários fugiam das fazendas ou para onde vieram depois da abolição, na visão deles quilombo é o de Palmares. (Daniel-Tabatinga)

No excerto seguinte, temos uma visão um pouco diferente, pois para Aílton, a identidade “quilombola” parece ser reivindicada, sobretudo pelos Carrapatos, que também lideraram o processo de institucionalização do quilombo e que trouxeram de outras regiões referências identitárias e de organização política. Em seu relato, podemos compreender que a categoria “quilombo” foi quase uma imposição externa para a maior parte dos moradores da Tabatinga.

Muita gente da comunidade e até eu por um tempo não conseguíamos entender como que de uma hora pra outra viramos quilombolas, sendo que era algo que nunca consideramos e nem nos importamos em ser. (Aílton-Tabatinga)

Diferentemente dos relatos acima, nos deparamos com o relato de Marcelle, neta de Dona Sebastiana, que por sua vez, mostra um lado de alguém que possui uma ligação forte com a palavra quilombola, como motivo de orgulho e admiração, mas semelhante ao que nos

mostra os relatos de Osmar e Daniel, ela expressa um preconceito das outras pessoas da cidade com a nomenclatura. São palavras dela:

A minha avó (Dona Sebastiana) sempre nos ensinou que éramos “moçambiqueiras, filhas de guerreira”, então sempre me vi como quilombola e sempre tive orgulho disso, mas meus amigos de escola que são da Tabatinga nunca gostaram de falar que eles eram do quilombo. Acho que isso vem do povo da cidade um preconceito com quem mora aqui, aí as pessoas ficam com vergonha de assumir. (Marcelle-Carrapatos)

Foi perceptível a construção da concepção dos termos quilombo e quilombola que por vezes apareciam mais essencializados, outras vezes mais politizados, e diversas vezes em direção a uma carga negativa nas declarações dos moradores.

A negritude, portanto, foi revisitada para ser utilizada como definidora da identidade étnica e política dessas comunidades. O texto de Barth¹³⁴ nos ajuda a entender que o fato de que a identidade quilombola desses grupos ser eminentemente política, não reduz seu caráter étnico como formas organizacionais culturalmente relevantes. A mobilização em torno da comunidade política é o que impulsiona a ação reivindicatória pelo direito à cidadania, no caso das comunidades quilombolas, o território. A negritude para elas representa um elemento que foi historicamente negativizado, mas que hoje é ressignificado pelos grupos em favor de uma imagem positivada do termo. Ao tomar o estudo de caso dos Carrapatos da Tabatinga, a comunidade, ao reivindicar uma identidade étnica quilombola demonstra que a questão da negritude dentro das relações de poder local merece uma análise mais aprofundada.

A autoidentificação mostra o caráter relativo e situacional da identidade quilombola. Além disso, a afirmação ou negação de identidades é historicamente especificada e envolve também uma redescoberta do passado como parte do processo de construção identitária. Nesse sentido, é relevante lembrar que as identidades não se manifestam dissociadas do seu território, que é o espaço onde se manifestam essas relações de poder. A análise dessas mudanças identitárias em nível local/regional está conectada com uma discussão que coloca o cenário global como palco de uma série de mudanças no campo da identidade. Outrossim, a relação entre identidade e território a partir de um processo global de emergência das “culturas identitárias” impacta em situações locais, com a possibilidade de sua descoberta como objeto a partir das suas fronteiras.

Vale destacar que a identidade étnica se manifesta, inicialmente, por meio de um rótulo. Somente após tê-lo designado, após a etnicidade ser realçada pela escolha dos

¹³⁴ Fredrik Barth, 1969. Apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART.

indivíduos, que os comportamentos das pessoas e os traços culturais são designados quase como que naturalmente étnicos.

Os recursos simbólicos são utilizados para marcar uma oposição significativa entre ‘nós’ e ‘eles’. Dessa forma, a relação de alteridade é o que mobiliza a construção da identidade. A etnicidade pode ser realçada por meio de traços visíveis como o comportamento e o vestuário, os quais são recursos mobilizados para demonstrar para o grupo social o seu pertencimento a um ‘Eu’ étnico específico.

Para Barth, “um grupo étnico é um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, ou ambas, reais ou presumidas”¹³⁵. Portanto, a organização social da região pesquisada envolve uma particularidade da identidade étnica, por ser categorizada por si e pelos outros; baseada na auto atribuição dos indivíduos às categorias étnicas. Quando se escuta: “sou da Tabatinga mesmo!” ou quando se focaliza naquilo que é socialmente objetivo, os grupos étnicos definem a atribuição de uma identidade ou “categoria étnica” determinada por uma origem comum presumida, afirmando o sentimento de grupo.

Diante disso, os procedimentos de identificação étnica decorrem da constituição de locais de visibilidade e das formas de convívio com o “mundo externo”¹³⁶. Segundo Barth¹³⁷, cada grupo compartilha “uma cultura comum e diferenças interligadas que distinguiriam cada uma dessas culturas tomadas separadamente de todas as outras”. À vista disso, a etnicidade surge nos movimentos de exclusão ou incorporação de elementos garantidores de significados simbólicos (uma identidade), tanto em níveis coletivos como individuais. Desse modo, os moradores da comunidade garantem uma unidade grupal, uma vez que a comunidade possui caráter organizacional.

Conforme Carneiro da Cunha, os grupos étnicos são “formas de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem”¹³⁸. Partindo desta concepção é que podemos definir a comunidade dos Carrapatos de Tabatinga como composta por dois grupos étnicos, sendo o grupo dos Carrapatos e o da Tabatinga que podem operar como um grande grupo em alguns contextos (como no caso do processo de reconhecimento da comunidade), ou como dois grupos distintos em outros contextos (como nas festas e nas

¹³⁵ Fredrik Barth, 1969. Apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART.

¹³⁶ POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J., op. cit.

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 116.

tensões entre as famílias). Para os remanescentes de quilombo, a cultura é uma parte relevante, mas não determinante na definição da sua identidade étnica, ou seja, os traços culturais podem variar no tempo e no espaço, sem que isso afete a identidade do grupo. Dessa feita, o cerne da discussão sobre o conceito de identidade passa a se fundamentar no grupo social, mas destacando a possibilidade de o sujeito estabelecer negociação no interior do grupo. A fronteira étnica implica situações de contato social entre pessoas de identidades culturais diferentes. As diferenças culturais podem permanecer, apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos, pois a interação no limiar das fronteiras não leva ao desaparecimento do sistema social de um dos grupos. A etnicidade seria pensada como uma forma de organização social.

Partindo do pressuposto de que pessoas, relações, comunidades, enfim, o mundo de hoje está fluidamente interconectado “as dimensões identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais”¹³⁹. Existem uma série de processos internos que, no movimento de constituição e, mais ainda, na construção e continuação da comunidade, estabelecem quebras de fronteiras, outras fronteiras, reconstrução de fronteiras. É difícil estabelecer limites, definir um sentido único, exclusivo quando se trabalha no campo das fronteiras.

A partir dos relatos já analisados e no trabalho de campo, podemos reconhecer que no interior da comunidade existe uma fronteira entre Carrapatos e Tabatinga que se renova cotidianamente, seja através das festas e celebrações ou através da língua. Esta fronteira vai se produzindo no interior da comunidade a partir do reconhecimento como quilombo com uma nova sede.

Desde a criação dos grupos (Tabatinga e Carrapatos) houve uma diferenciação destes em relação aos de fora que era baseada na organização social das famílias fundadoras e no fenótipo negro dos integrantes. Os dois grupos familiares sofreram processos históricos diferentes com o passar das gerações como também empregaram diferentes formas de lidar com a sua negritude.

A experiência no trabalho de campo, convivendo, partilhando e registrando o cotidiano da comunidade Carrapatos de Tabatinga, permitiu enxergar a dinâmica dos processos de hibridação e como ocorrem no espaço e relações do grupo. Ele se constitui dialeticamente, escapando de fundamentalismos identitários, trazendo à tona outros conceitos também

¹³⁹ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (trad.) 3 ed. São Paulo: EdUSP, 2000, p. 23.

apontados por Garcia Canclini e outros estudiosos (Hall) que não descartam a “contradição, mestiçagem, sincretismo e transculturação”¹⁴⁰. Em outras palavras, consideram-se o múltiplo pertencimento, as várias interfaces possíveis de se estabelecer na observação e análise de um mesmo – e complexo – objeto. Os processos de identificação se constituem em diferentes níveis ou camadas. Há um nível de identificação comum de todos como negros, diferentes dos de fora e do centro da cidade, mas essa identidade racial abrangente se cinde em um nível mais baixo, em duas comunidades que se reconhecem como distintas entre si. Ou seja, critérios de identificação em comum e diferenciação convivem em diferentes graus.

Nos Carrapatos, comunidade “mais afrocentrada”, conforme seus líderes, além da cor, o parentesco da família descendente de Dona Sebastiana imprime nessa comunidade uma maior coesão interna liderada pela matriarca da família, possuindo além de uma identidade étnica, uma identidade familiar. Outro elemento importante para reforçar a identidade dessa comunidade é a migração. Foi em razão desta que Dona Sebastiana chegou na Tabatinga e que o elo entre comunidade local e acolhida se estabeleceu. Mesmo fora do seu local de moradia, os migrantes não desfizeram os laços familiares e é por meio do contraste com os “de fora” que reforçam sua identidade que se constrói em relação a outras identidades sociais combinadas com outros compromissos de fidelidade.

Entretanto, na parte da Tabatinga é perceptível a fragmentação familiar decorrente de um processo de venda de terras e da vinda de pessoas de fora da comunidade para morar em seu território sem necessariamente se integrar ao grupo. Além disso, houve também um processo de incorporação de pessoas de fora por meio do casamento. Esses fatores resultaram na atual configuração de uma comunidade mais mestiça, tanto fenotipicamente quanto com base nos relatos já discutidos, em que a negritude é resgatada, antes de tudo, para legitimar a identidade quilombola. A recriação da negritude também representa uma ferramenta para positivar a identidade negra que ainda é negativizada na região. E nas falas de moradores das suas comunidades percebemos uma concepção mais politizada do termo quilombola.

Aos olhos dos de fora, os quilombolas da Tabatinga não seriam “legitimamente negros” para receber políticas públicas como remanescentes de quilombos. Três elementos fundamentais contribuem para explicar essa afirmação: o nível de miscigenação, influência do modo de vida urbano e as mudanças na relação dos quilombolas com o território (trabalhos não agrícolas na comunidade e fora dela). Todas essas rotulações levam em conta um conceito de quilombo histórico, cristalizado no tempo e que vem servindo de argumento para

¹⁴⁰ CANCLINI, N., op. cit., p. 24.

deslegitimar a luta dos quilombolas pela recuperação das terras pertencentes originalmente ao grupo. Por outro lado, a denominação como negros aparece nos relatos de preconceito da identidade negra principalmente por parte das pessoas que moram na cidade.

O acionamento da identidade quilombola gera certas tensões e transformações, como a valorização do papel dos “mais velhos” como detentores do conhecimento da origem do grupo, a reinterpretação das “tradições” e a autoridade do presidente da associação de quilombos no momento em que surgem novos papéis e posições de poder no grupo e frente ao restante da sociedade. Nesse sentido, a identidade assume um papel de mobilização de recursos legais. O processo de “reconstrução comunitária” a partir da identidade étnica quilombola possui dinâmicas próprias supondo, inclusive a confrontação com a estrutura de poder existente através da politização do grupo e reinterpretação dos marcos legais.

De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA)¹⁴¹, o uso da teoria étnica ampliaria as possibilidades de efetivação da lei sobre os quilombos, foram os casos do “Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais”, de carta remetida a Benedita da Silva e de nota pública, nos anos de 1994, 1995 e 2008. Todos apresentando uma mesma proposta para a identificação dos povos remanescentes, que deveriam ser entendidos como coletividades negras com padrões culturais específicos que conferem diferentes sentidos de pertencimento comunitário aos próprios membros. Justamente o que estava anunciado nas proposições teóricas de Frederick Barth¹⁴², o qual trouxe a etnicidade como uma categoria delimitadora de fronteiras de inclusão social, sempre conformadas com base nas relações contrastivas com populações próximas.

Com efeito, entendemos que para o caso da comunidade quilombola, os elementos que aludem às representações impostas às populações afrodescendentes costumam ser articulados como materiais culturais de formulação da identidade étnica que cria parâmetros do que é a tradição, tais como a arte, a cultura, as histórias ancestrais, entre outros. Características desvalorizadas são ressignificadas e quando determinados estereótipos ligados à racialidade são enfrentados e apropriados, é formatado um complexo fenômeno de determinação dos traços das especificidades que serão alvos das novas políticas de manutenção cultural.

A identidade étnica torna-se um marco de referência, de modo que atinge todas as relações sociais contidas em um sistema interétnico, condicionando as representações e ideologias assumidas pelos grupos, determinando sua estrutura e desenvolvimento. Diante do

¹⁴¹ ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. *Boletim Informativo NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas*, Florianópolis, v. 1, n. 1- 2, p. 81-82, 1997.

¹⁴² Fredrik Barth, 1969. Apud POUTIGNAT & STREIFF-FENART.

processo de identificação, é o processo de reconhecimento e as novas interações sociais que dão novo significado à identidade negra dos moradores do Quilombo e fortalecem o meio de construção da identidade quilombola, além de transformar a relação do grupo com a terra-território no interior de um novo contexto de inserção regional e nacional.

A Tabatinga é o lugar para onde o avô do meu pai veio morar e constituir família, eu passei a vida inteira nesse bairro, conheço todos, sei te contar de cada rua, de cada casa que tem aqui perto da minha e de algumas mais distantes também. Na minha visão e na visão de muita gente da Tabatinga que tem família mais antiga no bairro, este lugar, é parte de nós, são as nossas tradições, as nossas histórias. As lembranças que guardo do meu pai e dos meus avós estão aqui, e tudo que ensinei para os meus filhos está ligado a este lugar. (Marcos-Tabatinga)

O relato de Marcos reforça o quanto os laços de identificação estão estreitamente ligados aos lugares. Assim como outros declarantes, na verdade a maioria, Marcos assimila a Tabatinga como o local de sua família, de suas memórias e, mesmo com os novos moradores e a sociedade circundante ao quilombo, ele ainda possui essa visão. Nesse contexto, os espaços e os lugares são produtos de relações sociais, muitas vezes conflitantes e desiguais que estão sempre em construção. Dessa forma, para construir uma narrativa comprometida, é preciso levar em consideração os componentes que cercam os lugares.

As festas realizadas e a Língua da Tabatinga transferem sentido e significado para a comunidade, sendo uma relação em que a parte inclui toda uma narrativa do conjunto de mulheres e homens desse quilombo. Notório também, nesse discurso, é que as dimensões básicas que estruturam, semioticamente, as narrativas humanas, a ação (fazer), a cognição (saber), constituem-se como geracionais para a população do bairro.

Além disso, a identidade representa o ponto de partida para enxergarmos as comunidades sob a Língua da Tabatinga. Perante o desafio de identificar esses discursos identitários, observamos nas práticas culturais uma das principais formas de expressão desses grupos. Privilegiamos, em perspectiva comunicacional, a língua dos escravos e a festa de congado com os quais os quilombolas partilham sua existência com o mundo.

A identidade está na própria constituição dos grupos quilombolas, antes identificados simplesmente como comunidades rurais que se diferenciavam das vizinhas, a princípio pelo traço racial de seus moradores. Embora as comunidades compartilhem histórias parecidas sobre suas formações, que em muitos casos tiveram como momento fundador a desagregação do sistema escravista, elas não se reconheciam, nem eram reconhecidas como quilombolas em suas trajetórias históricas.

Isso pressupõe que a identidade quilombola nunca foi um fato fixo, uma essência histórica desses grupos. Na verdade, é resultado de uma construção discursiva. Como já detalhamos, a palavra quilombo teve seus significados historicamente alterados à medida em que era apropriada por diferentes agentes e inserida em distintos sistemas de representação. Em suas origens africanas, foi um modelo de instituição guerreira compartilhado por determinados povos. No período escravista, foi uma categoria aplicada pelo poder colonial para classificar os grupos constituídos na fuga de escravizados. Já no contexto de fortalecimento do movimento negro organizado, foi símbolo de resistência e valorização da identidade negra; e precedido do indicativo “remanescente”, foi transformado em categoria jurídica pelo Estado brasileiro.

4.2 Histórias de Reconhecimento e de Autoidentificação

Conforme discutimos anteriormente, as comunidades quilombolas podem ser vistas como organizações. Isso pois, elas possuem modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento, por serem grupos diversos e que se alteram diante do contexto.

Elas ainda possuem conflitos internos que não têm sido considerados nas pesquisas e que dizem respeito à representatividade, à liderança e à organização. A ênfase dada aos dilemas externos ocorre em detrimento dos problemas internos que as comunidades apresentam, como é evidente nas memórias das participantes. O discurso, em torno da comunidade, como prática social, tanto os molda quanto é moldado por ele. A questão organizativa no interior da comunidade expõe o dilema de quem, na prática, tem autoridade para decidir por ela, quem são as pessoas que a representam e como o grupo pode arranjar novas formas de organização, considerando que o Decreto nº 4887/83 impõe uma lógica colegiada, mas que pode não refletir a lógica daquela.

Nos depoimentos dos entrevistados, a comunidade frequentemente é classificada como desunida. As memórias de Odete, Sandra, Marcos e Osmar denotam a percepção de um vínculo existente entre união e interesse e que seriam relevantes, já que podem ser vistos como elementos importantes para a cooperação.

Para mim, aqui nunca foi um quilombo, o pessoal da Sebastiana que trouxe isso pro bairro [...], eu me considero negro, e guardo os ensinamentos dos meus antepassados, me vejo como uma pessoa da Tabatinga, como os que vieram antes de mim, e tenho muito orgulho disso, das nossas tradições, das festas, é o que a gente que é pobre deixa como herança. (Osmar-Tabatinga)

Eu até fui em algumas das reuniões que eles (associação) fizeram aqui no bairro, mas eu não me vejo como quilombola, para mim isso é coisa do jovens daqui, mas eu lembro do vovô me contar que aqui era tudo onde o povo preto vivia, terra do avós dele, mas a gente não pode ficar vivendo assim pra sempre, o bairro mudou muito, não é mais como no tempo dele, por isso que mesmo que eu me lembre do vovô falar que aqui só tinha preto, hoje não é mais assim, mas meu neto ainda fala que somo quilombolas (Marcos-Tabatinga)

Essas memórias são seguidas de silêncios, expressões corporais intensas, alterações no tom de voz, o que demonstra tratar-se de um tema delicado na comunidade. Pollak¹⁴³ considera que uma pessoa, ao relatar sua história de vida, em primeiro plano, se esforçará para descrever um enredo contínuo e coerente. Por se tratar de grupos sociais oprimidos, o autor considera que as rupturas ou traumatismos dificultam esse processo e acabam por culminar em silenciamento. As rupturas e traumatismos a que o autor se refere podem ser aproximados das contradições e paradoxos presentes nos discursos acerca da comunidade.

Foi possível perceber que o discurso da autoidentificação é primordial para os moradores e permeia todos os demais, isso porque demonstrar quem são é fundamental na visão das pessoas como forma de diferenciá-las das demais em outros grupos sociais e isso pode ser entendido como uma estratégia de nomeação. Há pessoas que não se sentem representadas e não gostam de ser conhecidas como quilombolas na comunidade, pois ainda associam a denominação a aspectos considerados negativos. Esse quadro apresentou mudanças nos últimos anos, em função das políticas e ações voltadas à promoção das comunidades, mas ainda assim existem aqueles que rejeitam a denominação quilombola.

Meu avô contava que a Tabatinga era uma terra de quilombo, para mim, quilombo é um lugar para onde os escravos fugiam para ser livres, então eu vejo como uma coisa boa, é uma busca por liberdade, e são as nossas tradições, as nossas histórias. Eu não sei dizer se me vejo como quilombola, porque eu conservo a tradição do congado, e da língua dos escravos, mas é só isso, não sei dizer sobre histórias de luta dos meus antepassados. (Fernando-Tabatinga)

Eu sempre me senti como quilombola, e sei que muitos daqui [da Tabatinga] também se sentem como quilombolas, mas quando falamos que somos quilombolas parece algo associado só ao pessoal da Sebastiana e muita gente daqui não quer ser associada a eles. Eu sempre tive muita estima na Sebastiana como capitã do Moçambique, mas nunca concordei com muitas coisas daqui da comunidade. O mais certo era ter um representante da Tabatinga e um dos Carrapatos. Ou então fazer dois quilombos, eles com o deles, e nós com o nosso. (Osmar-Tabatinga)

¹⁴³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. FLAKSMAN, Dora Rocha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Nos relatos acima, possuímos duas narrativas sobre a Tabatinga e a relação sobre o reconhecimento do território ancestral como um quilombo. Podemos observar a partir do relato de Fernando, que ele conta a história ancestral da terra da Tabatinga e que reconhece o território como advindo de quilombos, porém ele não se reconhece como quilombola na forma legal da lei, sabendo somente que ele conserva e reproduz tradições de seus antepassados. Falas semelhantes à dele foram notadas durante o trabalho de campo, também ressaltamos que aparece aqui a associação entre “quilombo” e “luta”. Por sua vez, o relato de Osmar versa sobre seu reconhecimento quilombola, e até o de outros membros da comunidade, mas o que realmente se destaca é o desejo da não associação ao nome quilombola por relacioná-lo diretamente à Dona Sebastiana, o que mostra que a ruptura e a tensão existentes na comunidade.

Desde que eu me entendo por gente eu ouço as histórias que minha avó contava sobre o antigo quilombo em Bom Sucesso, na nossa família todos nós sempre soubemos disso, é uma coisa que vem com a gente, de sangue. Sempre soubemos quem a gente era, que viemos de um povo guerreiro, e temos muito orgulho disso. (Gabriel-Carrapatos)

Por fim, temos o relato de Gabriel, uma vez que na sua experiência, ele sempre teve conhecimento de que era quilombola, por influência de sua avó (Dona Sebastiana), e o relato se assemelha com os anteriores quando ambos dizem sobre uma história de luta, ocorrendo novamente a associação entre quilombo e guerra.

O fato é que existem pessoas que trabalham ativamente pela comunidade e que coincidem em ser as anciãs (Dona Sebastiana e Dona Fiota), porém, a posição formal de liderança já era desejada por outras pessoas no grupo. Essa tensão, está refletida na sensação de desunião presente nos relatos, mas hoje, existem pessoas na comunidade que são referência em diversos aspectos e que podem ser consideradas lideranças. Um destes aspectos revela-se na fala de muitas pessoas da Tabatinga que afirmam que deveriam ter sido reconhecidas as duas comunidades separadamente, que deste modo a representação não ficaria a cargo somente de um grupo, no caso, os Carrapatos representam a comunidade. Após o falecimento de Dona Sebastiana, sua filha Tânia e seu viúvo Lázaro Antônio assumiram, na Associação, os cargos de presidente e vice-presidente respectivamente.

4.3 A Juventude Quilombola

O quilombo Carrapatos de Tabatinga ainda não possui uma escola quilombola que atenda às crianças de sua comunidade, e a Escola Estadual Martinho Fidélis, localizada próximo ao quilombo, atende a população em geral, e tenta colocar elementos da cultura quilombola em suas atividades durante o ano letivo.

De acordo com os alunos do quilombo, a escola sempre esteve disposta a abordar questões sobre os processos de discriminação, preconceito racial e temas em que os valores tradicionais do quilombo tivessem destaque. Vale lembrar que, dentro da cultura quilombola, existe uma pedagogia não institucionalizada em que os ensinamentos são transmitidos secularmente e vivenciados a cada ato cotidiano de sua comunidade. Portanto, para os jovens quilombolas, nos quilombos, os conhecimentos e a transmissão dos saberes se dão por uma via natural, cotidiana e informal, já na escola essa transmissão faz referência à experiência e à vivência do aluno.

O quilombo está imerso num processo de construção e reconstrução de sua identidade, essa luta mobilizada em prol do reconhecimento da condição remanescente de quilombo, de acordo com o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal¹⁴⁴, inseriu os moradores do território num movimento social e político do qual participam outras comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais e no Brasil.

Acredito que algumas das conversas que tivemos com os moradores mais jovens das comunidades explicitam relações entre os Carrapatos e a Tabatinga, e nota-se que a maioria dos jovens se reconhecem como quilombolas de acordo com o discurso das leis de reconhecimento. Entretanto, o ser quilombola é manifesto para cada um desses jovens de maneira diferente, como quando eles estão na escola municipal, no falar a língua da Tabatinga, e na festa de Reinado.

Eu me lembro das festas que aconteciam no bairro quando eu era pequena, e todo mundo participava, era um momento de união das pessoas. E quando a minha avó (Dona Sebastiana), me ensinou sobre as danças que ela aprendeu com a mãe dela e com as tias delas, para mim foi como ter um pedaço dos meus antepassados perto de mim, quando ela criou o Mironê (grupo de dança dos jovens dos Carrapatos), e me incentivou a participar foi muito importante na minha construção como pessoa e como jovem quilombola, mas principalmente quando ela dizia “eu sou moçambiqueira, eu sou filha de

¹⁴⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

guerreira”, isso me dava um orgulho de fazer parte e de carregar essa história. (Francis-Carrapatos)

O relato de Francis explora um relato comum da narrativa dos Carrapatos, os ensinamentos que vinham de Dona Sebastiana. Ela explora isso como uma construção de sua identidade e individualidade. E sobre esses ensinamentos dos Carrapatos, temos a narrativa de Marcelle, que relembra de sua infância em uma escola da rede pública de ensino, e das visitas que as matriarcas dos troncos Carrapatos e Tabatinga faziam para ensinar a cultura quilombola, não só para os jovens do bairro, mas para outras escolas. Baseado nestes dois relatos, conseguimos apreender como esses ensinamentos foram importantes para a juventude no lado dos Carrapatos, pois as entrevistadas recordam a infância e principalmente seus estudos em uma escola que não possuía uma educação quilombola implantada.

Quando eu estudei na escola estadual que tem aqui no bairro eu via que as professoras tinham muita dificuldade de ensinar sobre cultura negra pra gente, tanto que a minha avó (Dona Sebastiana) foi várias vezes na escola ensinar a gente coisas sobre o quilombo, sobre as nossas tradições; eu também me lembro de a Dona Fiota ir para ensinar a Língua da Tabatinga, e todo mundo achava essas visitas interessantes. Hoje eu vejo na educação dos meus filhos a importância da gente se ver representado na escola, coisa que no meu tempo não tinha, as professoras só falavam que nós viemos para ser escravos, e minha avó falava em casa, que o povo preto era o único que veio para o Brasil para trabalhar e não para roubar. Essas coisas que a minha avó me falava é algo que eu passo para os meus filhos, para nunca terem vergonha de serem quem eles são, que nós sempre vamos lutar pelos direitos deles, assim como vó Tiana fazia. (Marcelle – Carrapatos)

Ademais, ao analisarmos o relato de Fernando, vemos que a sua identidade e formação passa pela festa do congado, algo que a maior parte do bairro participa e a quem ele considera como família, portanto, neste relato vemos a formação passando pelas tradições e pelas festas ancestrais.

Eu tenho foto vestido de reinadeiro de quando eu tinha 6 anos. É a época do ano mais aguardada para mim, eu considero muito essa festa, porque é uma coisa que eu aprendi em família. Mas quando eu falo família, eu quero dizer todos os cortes daqui do bairro, porque nós organizamos a festa junto com os padres, decidimos as roupas, arrumamos tudo. Meu tio Vicente tem um cavaquinho que foi o avô dele que o ajudou a fazer, e isso é algo que eu quero ensinar para os meus filhos, a ter orgulho dessa festa de pretos, dessa festa do quilombo, de celebrar a Santa, e eu penso assim, porque isso fez parte da minha educação dentro de casa. (Fernando – Tabatinga)

Já o relato de Daniel versa sobre a sua identidade relacionada à Língua da Tabatinga, a qual ele diz ter aprendido diretamente com Dona Fiota. Para ele a língua é um modo de

identificação entre as pessoas da cidade e também possui uma função de demarcadora de conflitos e comunidades

Falaram que a prefeitura vai fazer o registro da língua da Tabatinga, e eu acho isso importante demais, porque eu fui vizinho da Fiota, então eu aprendi muita coisa com ela, de ver ela no alpendre de casa conversando naquela língua diferente, na minha infância todos os caminoninho (meninos) do bairro sabiam falar, e a gente só usava essa língua, porque na escola ninguém ia entender o que estávamos falando. Todos nós sabemos falar sobre a língua que era usada nas senzalas, pra se esconder, e eu acho que de um jeito ou de outro nós ainda a usamos para nos esconder, mas também para nos identificarmos entre nós. (Daniel – Tabatinga)

Se levarmos em consideração as interlocuções de campo e as informações historiográficas sobre as violências que foram impostas contra as populações brasileiras afrodescendentes, destaca-se as ações de resistência ao racismo, algo que foi acentuado nos relatos. Sendo que, para os interlocutores, participar das festas da comunidade e falar a Língua da Tabatinga é uma forma de enfrentar o racismo da sociedade bondespachense.

Parece ser o caso de um novo e amplo processo de representação/autorrepresentação, envolvendo atores da comunidade e da própria sociedade circundante que examinando os estereótipos negativos, apresentam novas propostas interpretativas em uma ressignificação tanto do conceito de quilombo quanto de quilombola. E para além das afirmações, apontando para uma valorização da negritude, ainda existe uma reavaliação mais profunda de certos elementos culturais racializados. Essas relações entre os moradores do quilombo e grupos sociais, culturais e políticos, a partir da identificação do território como remanescente de quilombo, auxiliaram no reconhecimento do grupo pelo Estado e a sociedade civil. Os grupos ajudaram a divulgar para a sociedade a existência de descendentes de ex-escravos vivendo juntos num mesmo território durante quase um século.

A construção identitária dos mais jovens interage constantemente com os valores e aprendizagens vividas e transmitidas dentro e fora do grupo ao longo de sua existência. Neste sentido, a reconstrução identitária resulta também de acordos, conflitos e diálogos entre concepções em torno da identidade dos descendentes dos Carrapatos e da Tabatinga, o que indica que a afirmação da identidade quilombola aponta para um árduo trabalho de produção do Eu, do Nós e do Outro, no campo da alteridade. Observamos que, no quilombo, a reconstrução da identidade com vistas à produção da identidade quilombola envolve um trabalho de afirmação da diferença para os Outros, isto é, a sociedade civil e o Estado, mas

também para o próprio ‘Nós’, empenhado em compreender o que significa o termo quilombo e quilombola.

A construção das identidades de cada indivíduo ocorre por meio de processos de socialização, marcada por espaços e tempos de ensinar e aprender quem se é e quem é o outro. Tais aprendizados podem se dar de forma espontânea e sistemática. Assim a socialização espontânea acompanha os sujeitos durante toda a vida e ocorre nos espaços da família, do trabalho, da igreja, dos movimentos sociais e políticos, e também por meio dos meios de comunicação, como a televisão, os jornais e o cinema. Já a socialização sistemática se desenvolve em determinados momentos da vida dos sujeitos, sendo que, seu principal espaço de realização nas sociedades modernas tem sido a escola.

Verificamos que a construção da identidade quilombola nas comunidades ocorre em diferentes espaços e tempos de ensino e aprendizagem, o que implica uma abordagem a partir da educação em sentido amplo. A identidade quilombola é construída no universo familiar por meio de caminhos educativos informais que constituem um processo permanente na vida dos indivíduos. Da mesma forma, há processos educativos não formais que trazem elementos para a construção da identidade quilombola, enquanto envolvem ações e práticas coletivas organizadas em espaços múltiplos, durante tempos não fixados previamente, além da aprendizagem, baseada na comunicação oral. Por fim, a educação formal ou escolar também se configura num espaço responsável pela construção da identidade quilombola, pois tem sido frequentada pelos moradores do quilombo. A escola, apesar de sua dimensão voltada para a transmissão do conhecimento curricular, configura-se num espaço de interação sociocultural e de transmissão de valores e concepções que contribuem para dizer quem são os sujeitos nela presentes.

O Quilombo Carrapatos de Tabatinga não é uma comunidade isolada com seus membros desconectados com o que se passa na sociedade nacional. Os quilombolas estão na rede social *Facebook* e *Instagram*, reforçando sua tradição por meio de manifestações culturais consagradas como de matriz africana. No quilombo, podemos encontrar grupos de capoeiristas e congadeiros que participam de encontros regionais e nacionais. Hoje, esses grupos de quilombolas do sudeste brasileiro buscam a preservação dessa manifestação por meio de encontros apoiados por organizações não governamentais, universidades e outras instituições. No contexto contemporâneo, as práticas do congado são reinventadas e atualizadas, servindo para dar visibilidade para a comunidade e para incluir as crianças e jovens em ações educativas. Nas festas e nos encontros, a tradição congadeira se mantém viva.

Na dinâmica de construção da identidade quilombola em meio às múltiplas identidades existentes nas comunidades, observamos que os espaços e tempos de educação no movimento, na convivência familiar e na frequência à escola são relevantes. Por meio dos dados obtidos, foi possível verificar que cada um desses espaços de constituição dos moradores do quilombo tem características educativas específicas, como o tempo, os meios empregados para a aprendizagem e os conhecimentos, práticas e valores transmitidos. Assim, o caminho percorrido na relação entre educação e identidade quilombola envolve os processos educativos vivenciados com a inserção no movimento social quilombola de luta pela terra e políticas públicas, e o papel da escola na compreensão, afirmação e valorização do quilombo e do quilombola.

Pelo fato de a comunidade não possuir uma escola quilombola, as crianças aprendem na escola somente a história da cidade. De acordo com a coleta de relatos, eles somente mencionam o quilombo em épocas como “Consciência Negra e Abolição da Escravatura”. Na associação, de acordo com Sandra, o conhecimento é mais generalizado nas histórias dos quilombos no Brasil e na constituição dos Carrapatos. O que percebemos com os relatos foi o fato de que os indivíduos da Tabatinga aprendem suas histórias por meio das festas, elas funcionam como um fio condutor de suas histórias.

4.4 O papel do reconhecimento como remanescente de quilombo no processo de construção identitária

É baseado nos relatos expostos que levantamos a hipótese de que o reconhecimento para as comunidades vai além do discurso hegemônico exercido pelo poder público do ‘ser quilombola’. Pois, parte das comunidades sempre se enxergou como quilombola, bem antes do reconhecimento legal, mas principalmente o conceito ‘quilombo’ e ‘quilombola’ se encontra em constante ressignificação, dado que a ideia de terras de uso comum, que é base do reconhecimento exercido pelo INCRA, não é apreciada por parte da comunidade, que alega nunca ter feito uso de terras comumente.

Todo o histórico de consolidação das comunidades se delineou através de lutas, conflitos e movimentos de resistência, não só para a conquista e manutenção do território, como também para a manutenção de seu *modus operandi*. De acordo com Appadurai o

território associa-se à integridade e à subsistência¹⁴⁵, à identidade¹⁴⁶. Portanto, é uma categoria que reforça o direito à titulação presente no artigo 68 do ADCT197 e observa-se no território um espaço de conflitos em que se posicionam, por um lado as populações que ali residem e toda rede de significações, laços, afetos, e construções simbólicas com o lugar.

Com isto, observamos que alguns fatores foram de fundamental importância para o enfrentamento da problemática identitária na comunidade. O primeiro fator é da ordem da coletividade e da luta pela cidadania, e vemos que, através da articulação social e da mobilização social com forte apoio das lideranças comunitárias, os moradores da comunidade foram se fortalecendo como sujeitos de direito. Outro aspecto importante que consideramos fundamental no processo de fortalecimento da comunidade, foi o papel do poder público e das entidades e órgãos governamentais de apoio. Destaca-se que o papel da Associação para os indivíduos dos Carrapatos, em que ela se estabelece como reafirmação de uma coletividade não apenas no período sob pressões sociais, mas como força do grupo a qual se mantém atualmente.

Na coleta de relatos realizada, dois relatos nos chamaram muita atenção, pois o senhor Aílton e a senhora Odete são da Tabatinga, expõem o que significa, para eles, o reconhecimento como remanescente de quilombos:

Me reconheço quilombola e a comunidade também porque temos descendência negra. Mas ser quilombola é também saber respeitar e exigir respeito. É buscar nossos direitos e trabalhar para que nossa cultura, a cultura negra que é uma cultura rica não se perca, esse termo quilombo, ele veio de fora e não foi a gente que quis. Acho que foram as ONGs e talvez o governo municipal que vem inserindo o conceito na comunidade e a gente entende que então essa forma de organização política e social é isso mesmo. Que é um quilombo mesmo. Mas é preciso entender a história, o processo histórico e o que significa ser quilombo. (Aílton-Tabatinga).

Ser quilombola é me sentir bem sendo quilombola. É erguer a cabeça e recuperar a autoestima, que já foi bem baixa. É a oportunidade de ver os direitos que a Constituição nos dá e exigir das autoridades reparos pelos danos causados às famílias com descendência afro e trabalhar pelo reconhecimento como cidadão com plenos direitos. (Odete-Tabatinga).

As entrevistas concedidas por Aílton e Odete permitem compreender que, para eles, a aceitação da identidade quilombola por parte dos moradores da comunidade possui uma grande relevância na luta pelos direitos humanos, uma luta política que reflete a cultura deste povo como tradicional e está presente no saber-fazer e no dia-a-dia da comunidade.

¹⁴⁵ APPADURAI, A., op. cit., p. 340.

¹⁴⁶ Ibid., p. 346

A partir dos depoimentos fornecidos pelos entrevistados, compreendemos que os desafios que surgem a cada momento no bairro são de difícil solução ao grupo, porém, este possui liderança política e uma associação de moradores do bairro bem articulada às reivindicações da comunidade. Essas comunidades criam e recriam sua própria identidade e o sentimento de pertencimento a um território com base na cultura material, mas também de cultura imaterial.

O que eu posso falar desse reconhecimento como comunidade quilombola é que eu vejo que a Tabatinga foi excluída disso, fomos excluídas das políticas públicas, das decisões, fica tudo para os Carrapatos, eu acho tudo muito centralizado na família deles, no povo deles, quando na verdade é Quilombo Carrapatos de Tabatinga. (Daniel-Tabatinga)

O que ocorre na comunidade é que tudo que vinha para o quilombo sempre ia para a família da Sebastiana, vinha cursos, eram eles que faziam, tinha um carro, o carro era deles, teve bolsa de estudos quem recebeu foram os netos dela, e isso foi distanciando e dificultando ainda mais o relacionamento nosso com eles. (Osmar-Tabatinga)

A partir destes fragmentos e de outros relatos, percebemos uma assimetria na balança do poder na comunidade, em que os Carrapatos, na percepção de alguns moradores, teriam sido mais contemplados com as políticas recebidas para toda comunidade, e que a comunidade ligada a Tabatinga se ressentia com o fato de ter sido ‘excluída’ do processo, tanto antes, quanto após o reconhecimento.

A afirmação da identidade perpassa, necessariamente, pela percepção do grupo como grupo, como coletivo. E essa percepção não é de fora, mas é autorreflexiva. Assim, uma categoria extremamente importante, antropológica é a autoatribuição (conhecida, também, por autoidentificação, autodefinição ou autodeterminação), que pressupõe a condição do indivíduo como pertencente ao grupo (nesse caso, étnico), que compartilha vivências, práticas, costumes e tradições, percebidas nas formas de organização, na ancestralidade, nos elementos linguísticos, religiosos e, também, na maneira de se relacionar com a terra.

O reconhecimento é um conjunto de circunstâncias que estão intimamente relacionadas ao processo de valorização das identidades e da cultura. Ele marca o antes e o depois de contextos distintos, sobretudo em relação ao valor que é conferido às identidades étnica e cultural das comunidades.

É que a identificação do grupo como um quilombo parece incluir uma tendência de reflexão, valorização e até rejeição de certas representações. Parte das conversas do campo de trabalho indicam que ao contrário do termo “Tabatinga e Carrapatos”, que vem assumindo conotações étnicas de um projeto para identificação e autoidentificação, “Tabatingueiro” já

era um conhecido etnônimo associado às populações de pele escura, comumente utilizado para ofender e desmoralizar. Ou seja, são os acontecimentos recentes que trazem novas perspectivas de compreensão e afirmação da diferença local.

Dos relatos é possível depreender que os eventos da identificação, além de culminarem na valorização da condição de agrupamento negro rural diferenciado, também permitiu a formação de novas práticas sociais no entorno comunitário próximo. Parece que o reconhecimento, não só transforma as representações da população das comunidades, como cria um efeito de distanciamento que facilita a compreensão da antiga posição social que os moradores ocupavam, de forma impositiva, no contexto interétnico da coletividade. Na verdade, as conversas levam a crer que no jogo das representações, o antes e o depois marcam uma importante fronteira de ressignificação das identidades locais subalternizadas, que incluindo uma leitura dos estereótipos e do próprio histórico de marginalização racial, transforma a maneira de viver do grupo.

Sandra já havia dito que algumas pessoas das comunidades negavam ser quilombolas pelo receio de sofrer com discriminação, preconceito ou mesmo racismo. De toda forma, pontuamos que para além das comuns negativas sobre o quilombo, que de maneira indireta podem ser vinculadas com o tema da interpelação racial, também ouvi dizer de alguns moradores que rejeitavam as associações com a negritude.

Tão importante quanto o reconhecimento é o autorreconhecimento. Isso porque, um reconhecimento mesmo que institucionalizado pelo Estado pode ser ou não aceito em virtude de conveniências e conivências históricas e políticas, jogos de poder, presentes em variados espaços. O autorreconhecimento, portanto, pressupõe a percepção, a partir do próprio grupo, como coletividade culturalmente diversa, que desenvolve práticas, hábitos, modos de fazer, criar e viver a partir da memória e da tradição, estabelecidos por laços de afetividade, reciprocidade e solidariedade. Deve-se destacar que não é uma imposição de sujeitos externos a esse coletivo, mas envolve, fundamentalmente, a consciência e (re)existência interna e coletiva. Quando perguntados na coleta de relatos sobre o significado dos termos:

Eu sei de algumas visitas que um pessoal ligado as ONG's veem fazer no território, mas quando você me pergunta o significado da palavra quilombo pra mim, é minha casa, é a minha história, são as tradições o que eu aprendi com meu pai, e o que ele aprendeu com o pai dele. É a história da Dona Fiota, uma história que se mistura com a história de todos nós. (José Raimundo – Tabatinga)

O relato de José Raimundo converge com a narrativa dos membros da Tabatinga em que muitos falam de visitas de pessoas de fora para conhecer o quilombo, e que, as tradições, as histórias de Dona Fiota fazem parte do quilombo e de seu significado para o interlocutor. Destacamos aqui que existe uma semelhança com o relato de Maria Helena, para a qual o quilombo está presente nos ensinamentos de sua família, e em sua visão, não ocorreu nenhuma mudança significativa desde o reconhecimento do bairro como comunidade quilombola, e ainda existia certa “pressão” para que as pessoas da comunidade se envolvessem com artes e costumes que eram realizadas anteriormente no território,

A Tabatinga foi reconhecida, né? Mas o que isso importa na vida da população, do bairro? O que muda? Para mim não muda nada, eu sempre ouvi as histórias de que aqui era um local aonde os escravos podiam se esconder, na verdade o bairro todo sempre ouviu que aqui era um local alto e dava para ver quando os capitães do mato vinham, e que onde a gente mora era terra de quilombo. Eu ando escutando que quilombo isso, quilombo aquilo, mas para mim e para meus irmãos o quilombo é o que aprendemos em família com meu avô e bisavô, suas crenças e costumes. Não é isso que uns aí falam [Carrapatos] de que temos que fazer cerâmica, pinturas, ninguém aqui fazia isso antes (Maria Helena – Tabatinga)

Nesse contexto, o relato de Flávio age como um complemento dos relatos anteriores, no qual afirma que o quilombo para ele seria o local e as lembranças de sua criação. Vale elucidar que, em seu relato, considera como quilombolas seus amigos que mudaram do bairro, em um entendimento que não é somente o lugar, mas também as pessoas que mantêm vivas as tradições. Segue o relato abaixo:

O quilombo que foi reconhecido aqui no bairro sempre esteve presente na Língua da Tabatinga, nas histórias da Fiotinha, nos cantos que a gente aprendia, no dia-a-dia, e acho que principalmente nas lembranças dos mais velhos de quando a gente terá criança. Eu tenho muitos amigos que mudaram daqui do bairro, mas que continuam com os nossos costumes, com a nossa tradição, e pra mim eles são tão quilombolas quanto eu que ainda moro aqui. (Flávio – Tabatinga)

Elencamos aqui o relato de Estela, que versa sobre uma visão de que a Tabatinga sempre foi quilombo, mas ocorre um desgaste em relação às pessoas que vêm de fora e querem nomeá-los como tal.

Nós sempre moramos no bairro e sempre fomos do quilombo, nunca teve isso de alguém vir falar o que somos e o que não somos, pra mim a Tabatinga é e sempre foi terra de quilombo, nós sempre tivemos nossa história e nossa gente, mas também tivemos nossas lembranças dos velhos dizendo que aqui era quilombo, e que alguém da família era escravo. Na minha família era o meu bisavô. (Estela – Tabatinga)

Com base nos relatos acima, podemos ver uma ampla discussão de que o significado da palavra quilombo e quilombola para os moradores do grupo da Tabatinga, e este significado está relacionado para as suas experiências, aprendizados, mas sobretudo memória, a partir da convivência com as pessoas do bairro. Destaca-se que os moradores da Tabatinga, em suas falas, deixam expresso que antes do reconhecimento legal, eles já se enxergavam como descendentes de quilombolas, e que, alguns deles, se veem incomodados com essa nomenclatura, que inclusive foi algo que notamos durante as entrevistas. Durante a coleta de relato, optamos em deixar estes questionamentos para o final.

A memória coletiva não costuma ser compartilhada igualmente entre todos os componentes de um grupo. Na comunidade da Tabatinga, por exemplo, é comum a existência de representantes ou lideranças que “falam em nome do grupo” e também a presença de moradores mais velhos, que quase sempre são os depositários dos elementos mais marcantes da trajetória do grupo. Em uma época era Dona Fiota, em outra, Dona Sebastiana, destacando que, segundo os moradores, cada uma representava o seu grupo, o que se percebe até hoje, tanto pelo desconhecimento dos Carrapatos em relação a Língua da Tabatinga, quanto sobre a falta de participação dos membros da Tabatinga nas ações realizadas pelos Carrapatos.

No caso da comunidade, é importante destacar que se percebe que a identidade quilombola dos indivíduos se manifesta, com maior força, por meio da relação com a terra. O território constitui um dos mais importantes componentes da identidade, uma vez que é justamente a partir da relação que as comunidades mantêm com a terra e a natureza que se constrói a identidade das mesmas.

Mas essa não é a totalidade da história da comunidade, devemos esclarecer que o processo de articulação social e mobilização destes moradores pela luta de seus direitos não se fez sem que houvesse naquele momento algum rompimento dos vínculos comunitários. Parte dos da Tabatinga, além de negar a sua descendência quilombola, temia represálias da sociedade circundante ao quilombo. Percebemos que ocorreu uma leve ruptura entre os membros da Tabatinga mais velhos que não se reconhecem como quilombolas e os mais jovens que se reconhecem.

E ao exemplificarmos os indivíduos que não se reconhecem como remanescentes quilombolas por parte da Tabatinga, podemos observar nos Carrapatos uma experiência comunitária mais forte com a família, e todo seu vínculo como uma chave que estimula a consciência étnica, além da participação no movimento social. Outrossim, para este grupo, as marcas da cultura negra são dimensões fundamentais para diferenciá-los dos brancos.

Por fim, observamos que o próprio termo quilombo propicia ambiguidades. Por esse motivo, as discussões em torno dele não devem se pautar apenas pelo discurso da historicidade, mas, sobretudo, pelo caráter socioantropológico. Pelo viés da historicidade e pela narrativa encontrada na coleta de relatos observamos que a comunidade se encontra com a origem provável de um reassentamento de ex-escravos depois da abolição, enquadrando-se em situação semelhante a maior parte de comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas no Brasil: comunidades camponesas negras formadas no período final da escravidão ou no pós-abolição, concomitantemente, é preciso averiguar o percurso semântico e as equivalências que se agregaram ao mesmo, uma vez que não há neutralidade quando se afere um sentido, mesmo porque um conceito não esgota a realidade. A discussão do termo quilombo é uma encruzilhada. Por conseguinte, de acordo com Martins, a encruzilhada é uma instância simbólica e metonímica, a partir da qual se processam vias diversas de elaborações discursivas, motivadas pelos próprios discursos que coabitam; do mesmo modo, oferece a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que surge dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam e dialogam, nem sempre amistosamente, registros, concepções e sistemas simbólicos diferenciados e diversos¹⁴⁷.

Considerando os relatos coletados, podemos considerar que no Quilombo Carrapatos de Tabatinga, a identidade racial é polissêmica, ao passo que muitos se dizem negros, pardos e algum mulatos. Os sentidos variam de acordo com a história pessoal e familiar de cada um deles e conforme as marcas do escravismo e do racismo têm sido elaboradas por essas famílias e pela comunidade. Na comunidade, ser chamado de ‘negro’ pode significar tanto humilhação quanto uma identidade positiva constituída, sendo que a identidade quilombola abrange diferentes interpretações e concepções do significado de ser quilombola.

Ressaltamos que diferentemente das interpretações canônicas sobre a recepção do termo quilombola pelas comunidades, o que apreendemos no trabalho de campo foi uma contradição a isso. De acordo com os relatos e observações participantes, vimos uma carga negativa em relação ao termo e a si. Os relatos demonstram que a percepção dos moradores nem sempre coincide com a conceituação de algo celebratório da identidade.

Portanto, podemos fazer uma reflexão sintetizando os diferentes significados dos termos quilombo e quilombola para os diferentes grupos da comunidade. Nesta síntese, podemos notar também alguns significados que parecem ser negativos, e em razão disso,

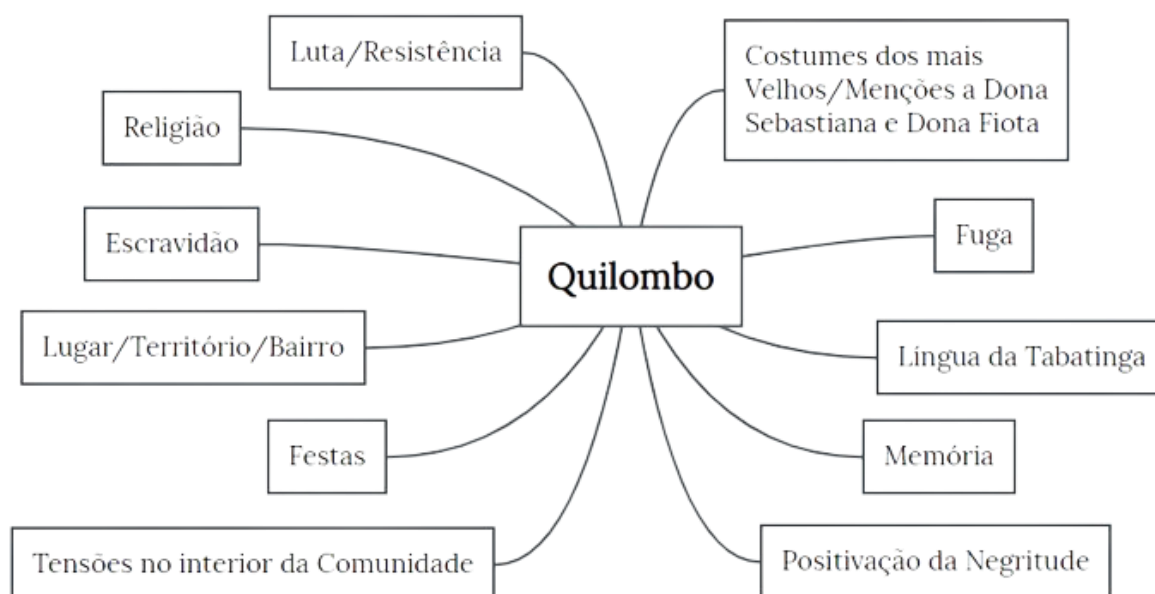
¹⁴⁷ MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: O Reinado do Rosário do Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1997, p. 28.

ressaltamos que os entendimentos sobre quilombo e ‘ser quilombola’ são múltiplos e não devem ser reduzidos a uma concepção unitária do significado da palavra.

Com a realização deste mapeamento foi possível conhecer as representações entre os indivíduos das comunidades, representações estas que se expressam ao falar da sua vida em comunidade, identidade social, sentimento de pertencimento e resistência às conceituações sobre as comunidades negras.

As expressões apresentadas por todos os participantes foram identificadas e agrupadas entre aquelas que mantêm entre si evidente similaridade em termos de sentido. Foram consideradas crescentemente significativas as representações cujo agrupamento foi constituído pelas expressões de dois ou mais participantes. Entretanto, as expressões não agrupadas foram consideradas significativas quando complementavam, especificavam ou esclareciam o sentido de um agrupamento.

Imagem 6 – Mapa Semântico



Fonte: Diagrama da autora (2022)

Na leitura dos resultados, destacamos as tendências gerais de respostas relacionadas a cada item do Mapa Sistemico.

Religião

Para todos os entrevistados, a religião está intimamente ligada às celebrações realizadas no quilombo e todos demonstram interações com o bairro por meio de suas religiões. Na coleta de relatos, as pessoas que relacionaram o quilombo à religião eram

compostas por 61,9% de Cristãos e 38,1% de Umbandistas. “A religião católica, a santa, é tudo que eu tenho, é um ensinamento que eu passo a meus filhos e aos meus netos” (Odete-Tabatinga).

Escravidão

Dos entrevistados, 14,3% relacionam a palavra quilombo diretamente à palavra escravidão, estes, em sua maioria ao fazer essa relação, se referem ao quilombo de um modo negativo, pois falam do preconceito da cidade com o bairro.

Lugar/Território/Bairro

O lugar e o território são lembrados como símbolos de suas identidades por 19% dos participantes. Os entrevistados se referem ao quilombo como local, o que se confirma em: “as lembranças que guardo do meu pai, dos meus avós estão aqui, e tudo que ensinei para os meus filhos, está ligado a este lugar” (Marcos-Tabatinga). Existem indicações, referentes a casas antigas, fazendas e à construção do local. Todos os entrevistados (100%) falam da importância do Bairro da Tabatinga para a construção de suas memórias e experiências. Eles têm o bairro como referência em suas falas, e possuem orgulho em falar de lá, e ao se referir ao bairro, existe sempre a associação ao quilombo; como “Minha família é toda da Tabatinga, meus pais, meus avós, minha esposa, nasci, cresci, casei e tive filhos que foram criados aqui, eu conheço cada rua, cada beco daqui” (José Raimundo-Tabatinga).

Positivização da Negritude

Na coleta de relatos, 66% dos entrevistados relacionaram o quilombo a uma positividade da negritude, em suas falas, eles dizem que “ser quilombola era pertencer a uma comunidade negra”, e que também “era motivo de orgulho”.

Luta/Resistência

Ao entrevistar os moradores, 19% relacionaram a palavra quilombo ao sentido de luta e resistência. Este sentido do termo é empregado ligado ao Quilombo de Palmares, considerado como o ‘exemplo’ dos quilombos brasileiros, a palavra luta foi empregada em frases como: “Sempre soubemos quem a gente era, que viemos de um povo guerreiro, e temos muito orgulho disso” (Gabriel-Carrapatos).

Tensões no interior da Comunidade

Dos entrevistados, 57,1% falam sobre uma predominância do tronco dos Carrapatos nas questões sobre o quilombo, em relação à família sempre se envolver nas decisões sobre o local, como por exemplo “O que ocorre na comunidade é que tudo que vinha para o quilombo sempre ia para a família da Sebastiana [Carrapatos]” (Osmar-Tabatinga).

Fuga

A palavra quilombo possui um sentido correspondente ao de fuga para 14,3% dos entrevistados, que também fazem uma associação ao verbete refúgio, “Aqui era um lugar para onde os negros fugiam, e se escondiam” (Cleverson-Carrapatos).

Língua da Tabatinga

Ao falar sobre o quilombo, 90,5% dos entrevistados lembram-se da Língua da Tabatinga, ou língua dos escravos, como um sinal de seus antepassados, do bairro e como um fator de diferenciação. Isso é evidente em: “Eu conservo a língua dos escravos” (Fernando-Tabatinga).

Costumes dos mais Velhos/Menções à Dona Sebastiana e à Dona Fiota

Dos nossos entrevistados, 57,1% consideram os mais velhos como sábios e mantenedores das tradições e das histórias do quilombo. Conhecedores da comunidade, eles são respeitados por todos, e relacionados ao significado de quilombo: “Também tivemos nossas lembranças dos velhos dizendo que aqui era quilombo, e que alguém da família era escravo”(Estela-Tabatinga).

Dona Sebastiana

Dona Sebastiana é vista como uma referência para o quilombo por 33,3% dos entrevistados, estes falam dela com muito respeito, mesmo os que não concordaram com alguma de suas ações. Os trechos seguintes ilustram o dado acima “A Sebastiana trouxe mais de quinze computadores para a associação” (Odete-Tabatinga) e “Eu sempre tive muita estima na Sebastiana como capitã do Moçambique, mas nunca concordei com muitas coisas daqui da comunidade” (Osmar-Tabatinga).

Dona Fiota

Dona Fiota é lembrada como uma ligação à palavra quilombo, para 61,9% dos entrevistados, que veem nela um símbolo, uma das matriarcas da história e da conservação de costumes do quilombo. Assim, “É a história da Dona Fiota, uma história que se mistura com a história de todos nós” (José Raimundo-Tabatinga).

Memória

A palavra memória é relacionada à palavra quilombo por 90,5% dos entrevistados, em sua maioria eles versam sobre suas lembranças, seus aprendizados e vivências no bairro, pois se refere a “lembrar dos antigos e das tradições” (Marcos-Tabatinga).

Festas

As festas são uma referência e uma lembrança de tempos antigos, 95,2% dos entrevistados associam as festas ao quilombo, principalmente pelo fato de elas reverenciarem santos que os mesmos conhecem desde a infância e passam de geração em geração. Nesse sentido, “As festas da igreja sempre reuniram a comunidade, as novenas, os cantos, é uma preparação do ano inteiro para as festas” (Odete-Tabatinga).

Os resultados sugerem que um compromisso histórico com a memória dos quilombolas é estabelecido pela tradição oral. E que os mais velhos são os disseminadores e preservadores das representações mais antigas e estáveis nas quais os novos conhecimentos se ancoram. Ao mesmo tempo, esses indivíduos mais velhos são mais resistentes com a nomenclatura quilombola, justamente por não se reconhecerem como tais na forma da lei. Por conseguinte, os indivíduos mais jovens se autodenominam como quilombolas, enquanto preservam as tradições do grupo, como as festas e a Língua da Tabatinga.

As representações sociais, expressas pelos participantes deste estudo, são bastante reveladoras quanto ao lugar e às pessoas em sua dinâmica social. E, embora proporcionem mais indicações e sugestões do que conclusões, essas representações permitem uma visão panorâmica da comunidade quilombola Carrapatos de Tabatinga. Ao analisar os sentidos dos termos “quilombo” e “quilombola” evidencia-se um trânsito dialético entre o “eu” e um “nós” que tem múltiplas camadas e sentidos diversos.

Por fim, este estudo tem caráter exploratório e certamente apresenta limitações em termos de abrangência e de profundidade, sendo uma delas a quantidade reduzida de participantes, para uma observação qualitativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs investigar como eram constituídas a(s) identidade(s) na comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga e como o fato de serem dois quilombos que foram unidos no seu reconhecimento pela Fundação Palmares influenciou nesse processo de construção identitária. A pesquisa trouxe algumas respostas para a hipótese proposta por meio do estudo de campo, baseado na observação participante de algumas atividades e eventos da comunidade, presenciados *in loco*, somado com a pesquisa bibliográfica, estudo documental e entrevistas sobre os efeitos do reconhecimento na comunidade quilombola.

Este estudo revelou um melhor entendimento sobre os processos de formação identitária das comunidades, e como se dá a relação entre elas e a sociedade circundante ao quilombo.

Dessa forma, o primeiro capítulo procurou abordar o tema quilombo e seus conceitos, começando com o sentido canônico da palavra, perpassando pela escravidão, pelo sentido histórico do Quilombo de Palmares como referência aos quilombos que surgiram após este, e finalizando com a discussão atual de remanescentes quilombolas. Ao final do capítulo, discutiram-se as legislações existentes sobre as comunidades quilombolas em âmbito federal e estadual, e ambas são abrangentes em relação às comunidades e preveem diversas situações. Por fim, ao discutirmos a Legislação presente em Bom Despacho-MG, temos que ela não abarca os quilombos presentes na cidade em seu Plano Diretor, uma vez que este não aborda nenhuma questão relativa à preservação da cultura e do local da Tabatinga. Além disso, nos foi informado que a elaboração de um novo Plano Diretor será pauta de discussão na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura Municipal.

Ademais, o segundo capítulo trabalhou com a formação das Comunidades de Carrapatos e Tabatinga, para o qual ouvimos as histórias dos dois ramos, assim como foram relatadas as histórias das famílias e do passado do local. Nessa abordagem passamos por histórias ancestrais, que foram transmitidas oralmente pelos antepassados dos entrevistados, e pela formação da comunidade dos Carrapatos de Tabatinga como um só quilombo, explorando tensões e conflitos que tiveram início na constituição da Associação dos Quilombos de Bom Despacho, mas que se acentuaram após o reconhecimento como remanescente de quilombo pela Fundação Palmares. Analisamos também o processo para a regularização fundiária do quilombo e, entre os documentos submetidos ao INCRA, pudemos analisar a Ata de Autodefinição da Comunidade, e na Ata de Eleição da Diretoria, verificamos que a tensão mencionada por muitos do ramo da Tabatinga sobre os mesmos não possuem

uma participação efetiva na Associação se sustenta a partir do documento, pois vemos que a maioria dos membros são a família dos Carrapatos.

É importante salientar que no terceiro capítulo identificamos, na coleta de relatos, elementos que distinguem as comunidades de Carrapatos e de Tabatinga, como a relação com o bairro, a Língua da Tabatinga e algumas festas, como a Festa de Cosme e Damião, e a Festa dos Reis; constituindo um modo de pertencimento a cada comunidade, portanto se reconhecendo como quilombolas de comunidade diferentes, e não somente como parte da comunidade que foi reconhecida como uma. Destacamos que a Língua da Tabatinga é ao mesmo tempo fator da comunidade falante e de distanciamento entre os de fora e os de dentro da comunidade, mas também entre os Carrapatos e a Tabatinga.

Por fim, no quarto capítulo colocamos outras histórias da comunidade em destaque que nos ajudam a compreender a construção das identidades quilombolas para os dois grupos, e também nos ajudam a delimitar um panorama sobre o reconhecimento e autoidentificação como remanescente quilombola, trazendo também uma perspectiva dos jovens do bairro. Ainda realizamos um levantamento semântico sobre os sentidos das palavras ‘quilombo’ e ‘quilombola’ para os entrevistados.

A primeira resposta obtida com a investigação foi constatar que a comunidade, mesmo após o reconhecimento como quilombolas, se comporta como dois núcleos separados, cada um com suas especificidades. Os processos identitários são realizados por meio da comunicação interpessoal e grupal, e os processos comunicacionais com a sociedade local, para amplificar as demandas sociais da comunidade, acontecem por meio da força comunicante grupal da comunidade na participação em eventos culturais e religiosos.

O Quilombo de Carrapatos de Tabatinga é uma instituição oficial e que conta com grande reconhecimento, mas ela não corresponde de fato a uma instituição reconhecida como tal pelos moradores. Ela foi criada por um processo de reconhecimento institucional no qual nem todos se identificam da mesma maneira.

Com base nos relatos e na pesquisa realizada é possível afirmar que a comunidade se distancia em alguns pontos do discurso hegemônico do Estado brasileiro em relação ao reconhecimento das populações remanescentes de quilombo e de suas construções identitárias, sendo que, foi possível aferir sobre uma comunidade de formas diferentes. Há um caráter hegemônico de imposição de valores e condutas de parte da ação estatal, enquanto na realidade social, as ações individuais e coletivas nem sempre seguem completamente a lógica dominante.

Esta concepção produz o apagamento das lutas, complexidades e dinâmicas sociais dos grupos quilombados antes e depois da abolição da escravatura em 1888. A problemática analisada a partir desta invisibilização demonstrou que, nas discussões referentes ao conceito de comunidade e às comunidades tradicionais, há a predominância de discursos hegemônicos e da homogeneidade, atrelados ao sistema e ao poder, além da visão estática de comunidade.

Assim, confirmou-se que na realidade da comunidade, os conteúdos das políticas públicas são direcionados aos povos e comunidades tradicionais, bem como às políticas específicas para os quilombolas. Como um território está intimamente ligado a tais políticas, sua concepção nessas propostas segue apenas a percepção estatal, que apresenta conceitos como território, espaço e identidade de forma reducionista. No entanto, as ações individuais e coletivas realizadas na comunidade mostraram que a realidade é dinâmica e heterogênea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. *Boletim Informativo NUER – Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas*, Florianópolis, v. 1, n. 1- 2, p. 81-82, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; PEREIRA, Deborah Duprat Brito. As Populações Remanescentes de Quilombos: direitos do passado ou garantia para o futuro? In: Seminário Internacional – As Minorias e o Direito. *Série Cadernos do CEJ*, v. 24..., Brasília, Conselho da Justiça Federal / Centro de Estudos Judiciários, 2003. Disponível em: <https://isa.to/2YjGAIC>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma Geografia pós nacional. *Novos Estudos Cebrap*, nº 49, nov.1997. São Paulo, pp. 33-46.

ARRUTI, José Mauricio P. A. “*Etnias Federais*”: o processo de identificação de “remanescentes” indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco. Tese de doutorado. (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) UFRJ. Rio de Janeiro, 2002. p. 37.

ARRUTI, Jose Mauricio. *O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68*. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 2003.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História do Processo de Formação Quilombola*. Bauru: SP, EDUSC, 2006, 368 p.

ARRUTI, José Maurício. *Relatório técnico científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Cangume município de Itaóca-SP*. São Paulo: 2003.

BARBOSA, Waldemar Almeida de. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: 1972, p. 55.

BÂ, Amadou Hampaté, A. Tradição Viva In. *História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África* / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. Capítulo 8, p. 167. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT. P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLUTEAU, Rafael; SILVA, António de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau / reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*

natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. - 2 vol; 2º (26 cm). Disponível em: <http://purl.pt/29264>. Acesso em: 18 fev. 2021

BOM DESPACHO. *Lei Orgânica Municipal de Bom Despacho*. Disponível em: <https://www.bomdespacho.mg.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica-do-municipio-de-bom-despacho-mg#:~:text=Art.,da%20Rep%C3%ABlica%20e%20do%20Estado>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BOM DESPACHO. *Lei 2.818, de 20 de setembro de 2021*. Aprova o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial do Município de Bom Despacho. Disponível em: <https://www.bomdespacho.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/Lei-2.818-de-20-09-2021-Aprova-o-Plano-Municipal-de-Promocao-da-Igualdade-Racial-do-Municipio-de-Bom-Despacho..pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BOM DESPACHO. *Lista de Bens Protegidos Bom Despacho – MG*. Disponível em: https://www.bomdespacho.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/lista-bens-protetidos_2020.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

BOM DESPACHO. Prefeitura Municipal de Bom Despacho. Plano diretor de Bom Despacho, 2006. Disponível em: 138.94.148.143:8225/alfresco/guestDownload/attach/workspace/SpacesStore/8001d311-521b-4dbd-833e-f59179c723b6/Lei%20Complementar%2003%20de%2025-10-2006%20-%20Plano%20Diretor%20de%20Bom%20Despacho.pdf >. Acesso em: 25 maio 2022.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. *Ministério do Meio Ambiente*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-indigenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.261*, de 20 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6261.htm. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. Programa Brasil Quilombola. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/acoes/pbq>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Títulos Expedidos às comunidades quilombolas*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/titulos_quilombolas_nov_2021.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (trad.) 3 ed. São Paulo: EdUSP, 2000.

CANCLINI, Néstor García. Cultura sem fronteiras: entrevista ao antropólogo. DAMAZIO, Reynaldo. *Caderno de Leitura*. EDUSP. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/001700673.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986, p. 116.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009, p. 313.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “*Cultura*” e *cultura*: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 313.

CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. *Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no século XXI: História e Resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen; RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo. *Voyages: The transatlantic slave trade database (Voyages)*. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/estimates/knoD5mp5>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FREIRE, José Ribamar Bessa Freire. *Dona Fiota: A letra e a palavra*. Disponível em: <http://www.bomdespachomg.com.br/tabatinga.php>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes De Quilombos (Crqs)*. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crqcompleta-certificadas-05-02-2021.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – séc. XIX – (Edição Revista e Ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015, p. 10.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/remanescentes de quilombos. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018, p. 387.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 75-85. Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 30 – 49.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurente León Schaffter. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014, p. 13.

HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andrea Souza de Menezes et al Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. (Coleção História e Historiografia). p. 159.

IBGE. *Panorama das Cidades*. Bom Despacho/Minas Gerais/Brasil. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-despacho/panorama>. Acesso em: 18 jan. 2022.

IBGE – Recenseamento geral de 1972. Recenseamento geral de 1890, Censo demográfico de 1940 – Censo Demográfico de 1950.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Acompanhamento dos processos de regularização quilombola*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/acompanhamento_processos_QUILOMBOS_INCRA_19_maio_2022.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos*. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/processos_abertos_QUILOMBOS_INCRA_19_mai_2022.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

IPHAN-USP. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dl/indl/transcricao_detalhe.php?id=55&idc=163. Acesso em: 16 jun. 2021

JÚNIOR, Lúcio Emílio do Espírito Santo. *Uma Entrevista Inédita com D. Fiota*. Disponível em: http://emiliojunior.zip.net/arch2007-09-30_2007-10-06.html#2007_10-01_22_09_47-125685341-0. Acesso em: 19 fev. 2021.

LARA, Sílvia. “Do Singular ao Plural: Palmares, Capitães-do-mato e o Governo dos Escravos”. In: REIS, João José. GOMES Flavio (orgs.). *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. *Quilombos: questões conceituais e normativas*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 01, p. 01-05, 2003. _____ . O Legado do

Testamento: a Comunidade de Casca em perícia - 2ª ed.. 2. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da UFRGS/NUER, 2004. 438 p.

LEITE, Ilka Boaventura; FONSECA, Claudia Lee Williams. Quilombos e Quilombolas: Cidadania ou Folclorização?. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, p. 123-150, 1999.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Dos meios às mediações. *Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 281.

MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória: O Reinado do Rosário do Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza, 1997, p. 28.

MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscência dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MENDONÇA, Diná Maria. *Estudo de um termo da gíria da Tabatinga e suas possibilidades pedagógicas no ensino de Artes Visuais*. 2015. Monografia (Especialização em Artes Visuais). Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9GEWY>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MINAS GERAIS, Constituição de. (2014) *Constituição do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/search?SearchableText=constitui%C3%A7%C3%A3o+minas+gerais>. Acesso em: 18 jan. 2022

MINAS GERAIS. Decreto nº 42.150, de 10 de dezembro de 2001. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legisla%C3%A7%C3%A3o/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42150&comp=2001>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.289, de 10 de dezembro de 2001. *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/servicos/arquivos/2020/decreto_estadual_no_47.289.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dilemas do Reconhecimento: A Escola Quilombola “Que vi de Perto”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], n. 18, p. 68-89, fev. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/43>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*, São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Agda Marina Ferreira. *O Processo Educativo da Comunidade Quilombola de Carrapatos da Tabatinga: a afirmação identitária e a formação de sujeitos engajados mediante transmissão oral de uma memória compartilhada*. 2016. 183f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://fae.uemg.br/dissertacoes/TD0039.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista USP* São Paulo, n° 28, p. 56-63, dezembro/fevereiro 1995/96.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História- PUC-SP*. São Paulo: PUC-SP, dezembro de 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos – Identidade Étnica e Territorialidade*. Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. *Territórios quilombolas conflitos*, v. 69, p. 42, 2010.
<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/download/446/363>. Acesso em: 18 fev. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Trad. FLAKSMAN, Dora Rocha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hz6s2> . Acesso em: 18 fev. 2021.

QUILOMBO CARRAPATOS. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Instagram: @quilombocarrapatos. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombocarrapatos/>. Acesso em 23 jun. 2021

QUILOMBO CARRAPATOS. Nossa História. Bom Despacho. 13 jan. 2022. Instagram: @quilombocarrapatos. Disponível em: https://www.instagram.com/s/aGlnaGxpZ2h0OjE3ODk2OTc1MTY5MDY5NzUz?story_media_id=2750344659840422214_45491931080&utm_medium=share_sheet. Acesso em: 13 jan. 2022.

QUILOMBO CARRAPATOS DA TABATINGA. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Facebook: Quilombo Carrapatos Da Tabatinga. Disponível em: <https://www.facebook.com/Quilombo-Carrapatos-da-Tabatinga-1573957826209582/>. Acesso em 23 jun. 2021.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: Alencastro, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil 2: império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28, p. 14-39, 1 mar. 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28362/30220>. Acesso em: 18 fev. 2021.

RODRIGUES, Láercio. *História de Bom Despacho; origens e formação*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968, p. 61.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.14.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. p. 138.

SANTOS, Milton. SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SANTOS, Milton. *Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial*. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 08.

ANEXOS

Moradores participantes da Coleta de Relatos

01. Nome: Ailton Geraldo da Silva

Idade: 51

Comunidade: Tabatinga

02. Nome: Odete Carmelo da Silva

Idade: 71

Comunidade: Tabatinga

03. Nome: Marcos Antônio da Silva

Idade: 69

Comunidade: Tabatinga

04. Nome: Daniel Gonçalves Guimarães

Idade: 20

Comunidade: Tabatinga

05. Nome: Osmar Aparecido Lima

Idade: 59

Comunidade: Tabatinga

06. Nome: Marcelle Bianca Silva Felipe

Idade: 28

Comunidade: Carrapatos

07. Nome: Francis Eliza Silva Santos

Idade: 18

Comunidade: Carrapatos

08. Nome: Maria das Graças Epifânio da Silva

Idade: 49

Comunidade: Carrapatos

09. Nome: Sandra Maria da Silva Andrade

Idade: 61

Comunidade: Carrapatos

10. Nome: Ana Luiza Epifânio da Silva Andrade

Idade: 18

Comunidade: Carrapatos

11. Nome: Silvio Gabriel Januário

Idade: 19

Comunidade: Carrapatos

12. Nome: Maria Helena da Silva

Idade: 47

Comunidade: Tabatinga

13. Nome: Estela Dias Raimundo

Idade: 49

Comunidade: Tabatinga

14. Nome: Joana Maria da Silva

Idade: 35

Comunidade: Tabatinga

15. Nome: Luana Epifânio da Silva

Idade: 35

Comunidade: Carrapatos

16. Nome: Cleverson Epifânio da Silva

Idade: 30

Comunidade: Carrapatos

17. Nome: Maria Aparecida Ferreira Santos

Idade: 64

Comunidade: Tabatinga

18. Nome: José Raimundo Paiva

Idade: 67

Comunidade: Tabatinga

19. Nome: Flávio Bonfim Rocha

Idade:

Comunidade: Tabatinga

20. Nome: Rosa Conceição Pereira

Idade:

Comunidade: Tabatinga

21. Nome: Fernando Antônio da Silva Batista

Idade: 19

Comunidade: Tabatinga

ROTEIRO COLETA DE RELATOS

Perguntas norteadoras da entrevista:

1. Há quanto você e sua família moram em Bom Despacho?
2. Existe alguma história sobre seus antepassados que possa me contar?
3. O que significa o nome Tabatinga? Qual a primeira coisa que passa pela sua cabeça quando você escuta a palavra Tabatinga?
4. Sobre seus antepassados, eles falavam alguma coisa voltada para o tipo de trabalho que eles desenvolviam? O que eles faziam antes, e como eles faziam? Desde quando eles viviam em Bom Despacho?
5. E sobre a remuneração? Eram pagos? Quais os tipos de gratificação que lhe eram dados?
6. Você possui fotos que registram essas histórias?
7. Como você repassa para os seus filhos, o que aprendeu com seus pais e avós?
8. Quais as festas tradicionais que os seus antepassados participavam?
9. Quais dessas festas tradicionais são preservadas até hoje?
10. Você acha que a cultura de hoje é igual à da época dos seus pais e avós? Quais as semelhanças que você pode me contar? E as diferenças?
13. O que a comunidade tem feito para preservar as suas tradições, costumes e valores?
14. O que você sabe sobre a Língua da Tabatinga? Sabe algumas palavras?
15. Como você aprendeu a língua da Tabatinga?
16. Na história da comunidade conta-se que a comunidade foi fundada por escravos. Que Bom Despacho era uma cidade de escravos. Você sabe me passar alguma informação sobre este assunto?
17. Para você o que significa a palavra quilombo?
18. Os seus antepassados (pais, avós) já participaram de algum movimento ligado a quilombos? Em caso afirmativo, quais são eles?
19. Sabe-se que esta comunidade é reconhecida como remanescente quilombola. Diante disso, o (a) senhor (a) tem conhecimento do que vem acontecendo em sua comunidade?
20. Para você o que significa a palavra quilombola?
21. Como o (a) senhor(a) se classifica, quanto a etnia? Branco? Pardo? Negro?
22. Qual a sua religião?

QUILOMBO CARRAPATOS. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Instagram: @quilombocarrapatos. Disponível em: <https://www.instagram.com/quilombocarrapatos/>. Acesso em 23 jun. 2021.

Instagram

Q Pesquisar

quilomboc... Enviar mensagem

52 publicações 324 seguidores 280 seguindo

Quilombo Carrapatos
Bom Despacho MG
@sandraquilombola
*Álbum Filhos e Filhas de São Sebastião
open.spotify.com/album/62Ln4sbvDxsCFcKVXs02Cg

Seguido por sandraquilombola, missbelezanegra_, ngolo20202020 e outras 6 pessoas

Filmes e S... Musicas Quilombolas Livros

PUBLICAÇÕES IGTV MARCADOS

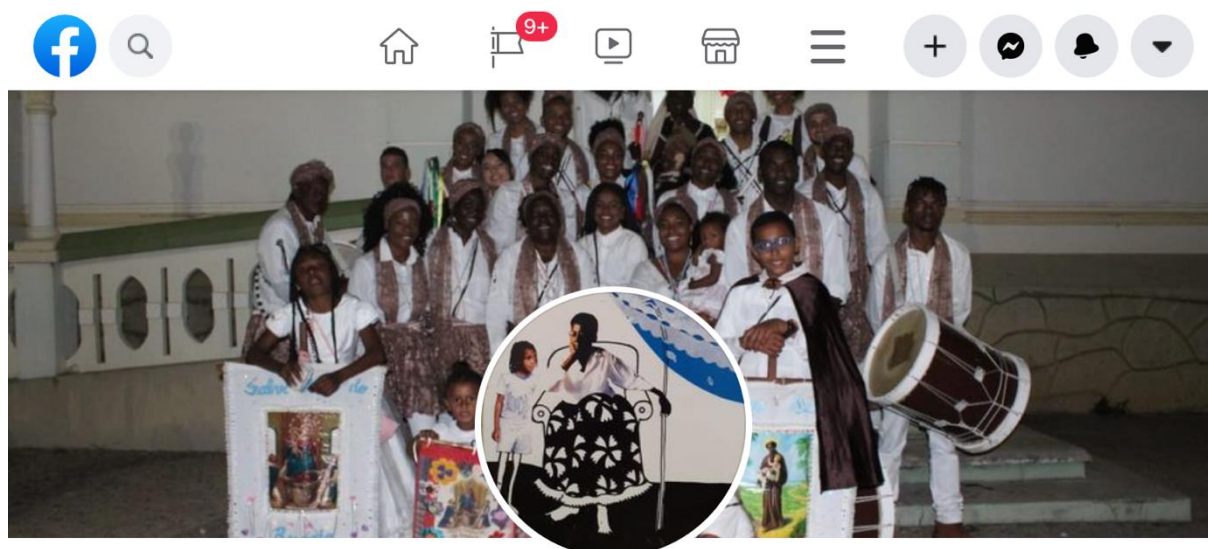
DANDARA DO MEU QUILOMBO ME FAZ LIVRE E VOAR RAINHA DO MEU CONGO ME DÁ FORÇAS PRA LUTAR

IDEIA DE VERDADE É INSPIRADORA. MAS QUE ISSO SIGNIFICA? SE VOCÊ É LIVRE EM UM SENTIDO POLÍTICO, MAS NÃO TEM VERDADE, O QUE ISSO SIGNIFICA? A VERDADE DE FOMENTO?

MUDANÇA NÃO É RÁ SE

UM POUCO DA HISTÓRIA DA TABATINGA
A presença da comunidade da Tabatinga na área

QUILOMBO CARRAPATOS DÁ TABATINGA. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Facebook: Quilombo Carrapatos Dá Tabatinga. Disponível em: <https://www.facebook.com/sandramariadasilva.andrade.1>. Acesso em 23 jun. 2021.



Quilombo Carrapatos Dá Tabatinga

Publicações

Sobre

Amigos 93

Mais ▾

Amigos

Mensagem



Apresentação

 Trabalha na empresa Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

 Mora em Bom Despacho, Minas Gerais, Brazil

Fotos

[Ver todas as fotos](#)



QUILOMBO CARRAPATOS DA TABATINGA. Bom Despacho, 23 jun. 2021. Facebook: Quilombo Carrapatos Da Tabatinga. Disponível em: <https://www.facebook.com/Quilombo-Carrapatos-da-Tabatinga-1573957826209582/>. Acesso em 23 jun. 2021.



Quilombo Carrapatos da Tabatinga

Comunidade

[WhatsApp](#)

[Página inicial](#)

[Sobre](#)

[Mais](#)

[Curtiu](#)

[Mensagem](#)

[Q](#)

[...](#)

Sobre

[Ver tudo](#)

i Combate a violencia ,racismo e exploração sexual de crianças e adolescentes respeito e dignidade regularização do territorio

👍 1.021 pessoas curtiram isso, incluindo 13 dos seus amigos



✓ 1.038 pessoas estão seguindo isso

✉ [Enviar mensagem](#)

✉ aqbd_mg@hotmail.com

Certidão de Autodefinição expedida pela Fundação Cultural Palmares



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

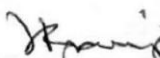
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.002256/2008-39. **CERTIFICA** que a **Comunidade de Carrapatos da Tabatinga**, localizada no município de Bom Despacho/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 011, Registro n. 1.105, fl. 121, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **22 de dezembro de 2008.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes de Araújo
(Zulu Araújo)
Presidente

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Eley Meireles – Brasília/DF – CEP: 70070-120 – Brasília – DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: dpa@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Walfy Salomão)



Nº 254, quarta-feira, 31 de dezembro de 2008

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

87



ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
05 6654 - Orquestra Infante - Juvenil de Vióles do Lar das Crianças
Congregação Iserachta Paulista
CNPJ/CPF: 60.766.060/0001-41
SP - São Paulo
Período de captação: 01/07/2008 a 31/12/2008

PORTARIA Nº 893, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, Substituto no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redação de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CARNEIRO VIDGAL CAVALCANTI

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
08 3713 - Brasil Brasileiro
Arte3 Assessoria, Produção e Marketing Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 01.087.409/0001-50
SP - São Paulo
Valor reduzido em R\$: 169.604,00

PORTARIA Nº 894, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, Substituto no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso I, do Decreto nº 1494, de 17 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º - Reafirmar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:
PRONAC: 07.10662 - "Programa Cultura e Pensamento 2008 - Publicações, Seleções Públicas e Rede Cultural e Pensamento", publicado na portaria nº 724 de 26 de dezembro de 2007, publicada no D.O.U. em 27 de dezembro de 2007.
Onde se lê: ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART.26)
LEIA-SE - ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART.18, §1º)
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO CARNEIRO VIDGAL CAVALCANTI

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 290, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 22/2006, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13/05/2002, e Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

05-0078 - O último chá
Processo: 01580.006942/2005-01
Proponente: ELB Consultoria & Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.177.744/0001-01
Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 150.005,96 para R\$ 441.565,28
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 72.000,00 para R\$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 3548-3 conta corrente: 14.306-5
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 70.500,00 para 369.487,02
Banco: 001 - agência: 3548-3 conta corrente: 14.312-X
Aprovado ad referendum em 29/12/2008.
Prazo de captação: até 31/12/2008.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 291, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 22/2006, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, e Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o projeto relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através do RB Cinema I - Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional - FUNCINE, nos termos do inciso III do art. 43 da MP 2.228-1/01.
08-0076 - Vereda Filmes S.A.
Processo: 01580.007758/2008-13
Proponente: Vereda Filmes S.A.
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 08.741.983/0001-29
Valor aprovado no artigo 43 da MP nº 2.228-1/01: R\$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 22.155-4
Aprovado no Reunião de Diretoria Colegiada nº 294, realizada em 23/12/2008.
Prazo de captação: até 31/12/2008.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 292, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O DIRETOR-PRESIDENTE DA ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº 22/2006, e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991, Lei nº 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06/09/2001, alterada pela Lei nº 10.454, de 13/05/2002, e Decreto nº 4.456, de 04/11/2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº 8.685, de 20/07/1993.

05-0078 - O último chá
Processo: 01580.006942/2005-01
Proponente: ELB Consultoria & Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.177.744/0001-01
Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 150.005,96 para R\$ 441.565,28
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 72.000,00 para R\$ 50.000,00
Banco: 001 - agência: 3548-3 conta corrente: 14.306-5
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 70.500,00 para 369.487,02
Banco: 001 - agência: 3548-3 conta corrente: 14.312-X
Aprovado ad referendum em 29/12/2008.
Prazo de captação: até 31/12/2008.
Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº III, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 11 e CERTIFICAR que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO RIMANESCENTES DE QUILÔMBO.

Comunidade de Lagoa Grande, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.098, fl. 114.

Comunidade de Boa Hora do Pulhica, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.099, fl. 115.

Comunidade de Boa Hora I, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.100, fl. 116.

Comunidade de Boa Hora, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.101, fl. 117.

Comunidade de Sapucaial, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.102, fl. 118.

Comunidade de Filomena, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.103, fl. 119.

Comunidade de Lajeado, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.104, fl. 120.

Comunidade de Carrapatos da Tabatinga, localizada no município de Bom Despacho/MG, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.105, fl. 121.

Comunidade de Paranim das Creolas, localizada no município de Érico Cardoso/BA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.106, fl. 122.

Comunidade de Bom Jardim, localizada no município de Visconde do Rio Branco/MG, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.107, fl. 123.

Comunidade de Fincapê I, localizada no município de Presidente Vargas/MA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.108, fl. 124.

Comunidade de Amada, localizada no município de Canaçu/RS, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.109, fl. 125.

Comunidade de Espírito Santo da Fortaleza dos Porcos, localizada no município de Agudos/SP, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.110, fl. 126.

Comunidades de Várzea Grande e Quitabeira, localizada no município de Livramento de Nossa Senhora/BA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.111, fl. 127.

Comunidade de Vargem Alta, localizada no município de Patos de Monte Alto/BA, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.112, fl. 128.

Comunidade de José Joaquim de Camargo, localizada nos bairros de Piraporinha, Jucurapava, Votorantim e Itinga no município de Salto de Piraporá/SP, Registrada no Livro de Cadastro Geral nº 011, Registro n. 1.113, fl. 129.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDVALDO MENDES ARAÚJO

SECRETARIA DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SEFIC/MInC n.º 27, de 23 de dezembro de 2008, constante nas páginas 45 e 46 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, no artigo 2º, referente ao processo 01400.01031/2008-44, onde se lê "Beneficiário: Grupo Associação Companhia Mosaico", leia-se: "Beneficiário: Grupo Associação Cultural Companhia Mosaico"; referente ao processo 01400.009633/2008-07, onde se lê: "Beneficiário: Priscila Moraes de Mingo - Grupo Sensus", leia-se: "Beneficiário: Sirleneia Fabríni Machado de Almeida - Grupo Os Geraídeos".

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 949/GC6, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008

Aprova a 3ª modificação da ICA 35-8 "Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre cumprimento de missões no exterior por militares da Aeronáutica" (*).

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Inciso XIV do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, e considerando o que consta do Processo nº 67100.002989/2008-DV, resolve:

Art. 1º Aprovar a 3ª modificação da "ICA 35-8 "Aprova a edição da Instrução que dispõe sobre cumprimento de missões no exterior por militares da Aeronáutica", aprovada pela Portaria nº 105/GC6, de 26 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 19, de 27 de janeiro de 2005, Seção 1, página 4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEN BRIG AR JUNITI SAITO

(*). A 3ª modificação de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MINAS GERAIS

OFÍCIO/INCRA/SR-06/MG/GAB/Nº 508 /2009

Belo Horizonte, 12 de maio de 2009

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no Art. 7º, § 4º, da **Instrução Normativa INCRA/Nº49**, de 29 de setembro de 2008 – *que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003* –, informamos que esta Superintendência Regional do INCRA formalizou, no período de 01/10/08 a 12/05/09, os processos administrativos relacionados na tabela anexa, cujo objeto comum é a regularização fundiária de áreas reivindicadas por comunidades quilombolas.

Para a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural dessas comunidades, bem como para a identificação dos limites das terras por elas pleiteadas, o INCRA-MG realizará oportunamente os estudos técnicos e científicos requeridos para a produção de relatórios antropológicos e de outros documentos que comporão os respectivos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID.

Caso essa instituição tenha interesse em apresentar ao INCRA-MG informações que possam ser aproveitadas nesses estudos, solicitamos o obséquio de enviá-las para o endereço mencionado no rodapé.

Atenciosamente,


GILSON DE SOUZA
Superintendente Regional
INCRA-MG

Ilmo. Senhor
EDVALDO MENDES ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares
SBS Quadra 02 – Lote 11 – Edifício Elcy Meireles – Asa Sul
CEP 70070-120 Brasília/DF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MINAS GERAIS
AVENIDA AFONSO PENA, 3.500 – BAIRRO CRUZEIRO – CEP 30130-009 – BELO HORIZONTE – MG
TELEFONES: (0XX31) 3281-8654 3281-8671

Ata de autodefinição da Comunidade Carrapatos de Tabatinga



Associação dos Quilombos de Bom Despacho
Comunidade Carrapato Tabatinga
Rua Tabatinga, nº. 520, Tabatinga, Bom Despacho – MG, CEP: 35.600.000.
E-mail, aqbd_mg@hotmail.com

Ata de auto definição da Comunidade Carrapatos da Tabatinga, realizada no dia 26 de Abril de 2008, as 19 horas na sede da Associação dos Quilombos de Bom Despacho, MG á rua tabatinga n 520.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Fundação Cultural Palmares/MinC
Edvaldo Mendes Araújo

Nós da Comunidade carrapatos do Quilombo de...
Tabatinga....., situada no Bairro
Ana Rosano Município de..... Bom
Despacho.....Estado.....MG., nos **AUTODEFINIMOS**, como **GRUPO DE
REMANESCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**.

Portanto, conforme Decreto da Presidência da República de n. 4887 de 20 de Novembro de 2003, pedimos e requeremos que sejamos reconhecidos como tal, a expedição da competente certificação pela Fundação Cultural Palmares, bem como a delimitação, demarcação e titulação de nossas terras.

Nosso breve histórico é o seguinte:

Esta comunidade foi fundada a aproximadamente. a mas de 100..... Anos. Tem esse nome em virtude de... dos negros da costa que aqui vieram fugidos dos seus senhores, trazendo com sigo um dialeto africano que para os brancos era uma gíria de marginais. a aproximadamente 60 anos vieram também os Carrapatos da tabatinga originado de Bom Sucesso por ter sido expulsos de suas terras e assim juntamente com os negros da Costa vem lutando ate hoje pelos seus direitos adquiridos.....
....., dai ficou conhecida como ..Tabatinga por causa da gíria e Carrapatos da tabatinga pela persistência e união..... Mas o local naquela época e até hoje é habitado por negros e negras descendentes de escravos,... Hoje nossa comunidade é conhecida como ou por... Carrapatos da Tabatinga.....

Na comunidade moram... 75..... famílias, com 200..... pessoas, que sobrevivem de.... trabalhos nas Fazendas. Corte de Cana e outros trabalhos domésticos.....
.....
.....



Outras..... Famílias moram fora da comunidade, em outras cidades e até mesmo fora do Estado. mas nunca perderam o vínculo com..... a comunidade..... necessitando migrar por..... falta de emprego e por não ter mais a terra para trabalhar e nem para o próprio sustento tendo que subi meter ao sub-emprego nas fazendas em condições sob humanas para sobreviver.pios a cidade e Racista negro só trabalha na encha da ou serviços domésticos.....

Nossa comunidade tem energia elétrica, tem telefone, saneamento básico, posto de saúde, água tratada. Tem escola de 1º grau, na rede pública não temos escola diferenciada e somos tratados como um bairro que só tem marginal.

Mesmo com estas dificuldades, preservamos ligação com nossas raízes históricas, mantendo nossas tradições, culturais, medicinais, religiosas, que nos foi e nos é passada pelos nossos ancestrais e pessoas mais velhas da comunidade.

Motivo pelo qual, abaixo assinamos reiterando nossa autodeclaração é **GRUPO DE REMANCENTES DE COMUNIDADE DE QUILOMBO**, pedido e requerimento de expedição de registro no livro de cadastro e certificação por parte da Fundação Cultural Palmares, delimitação, demarcação e titulação de nosso território por parte do órgão competente.

Termos em que

PEDE FERIMENTO

Associação dos Quilombos de Bom Despacho, Comunidade Carrapatos da Tabatinga.

RG 2281374 SSP/.... - CPF nº.. 374982076-72.....

Presidente da Associação...
CNPJ:.... 07.470.915/0001-00

Sebastiana Geral da Ribeiro Da Silva *Sebastiana geral R. Silva*

RG 2-281.374
CPF - 374.982.076-72.

Sandra Maria da Silva

RG 011-639-827
CPF 375.039.606-04

Maria dos Anjos Espinosa Silva

RG - 229.967-1
CPF-00438.756-40

Maria Tereza de Castro

RG 12536038
CPF 03353747-31

REGISTRO ANEXO
REG. TIT. CDD. E CIVIL DAS PESS. JURÍDICAS
Protocolo cob nº _____
 Inscrição nº _____ UN. _____
 Associação nº 890 UN. A
Bom Despacho, 07 de julho de 2008. Cont. N.º _____
SECRETARIA DE GOVERNO DE AGRICULTURA - OFICIAL
Onofre S. SOARES



| | |
|-----------------|------------------|
| COTAÇÃO | |
| Emolumentos | R\$ 36,61 |
| FGSD | 2,19 |
| TEJ | 12,13 |
| Custos Despesas | R\$ _____ |
| Total | R\$ 50,93 |

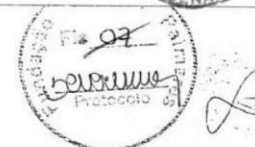
Documentos em Anexo:



Associação dos Quilombos de Bom Despacho
Comunidade Carrapato Tabatinga
Rua Tabatinga, nº. 520, Tabatinga, Bom Despacho - MG, CEP: 35.600.000.
E-mail, aqbd_mg@hotmail.com

Ata de eleição e posse da nova diretoria:
Conselho fiscal, da Associação do Quilombo:
De Bom Despacho. AQBD

Aos 26 de Abril de 2008, reuniram-se os abaixo de Bom Despacho Minas Gerais, com a finalidade de eleger a nova diretoria. Iniciando a reunião foi escolhida para presidir a diretoria da federação Quilombola do estado de Minas Gerais Sandra Maria da Silva, às 19 horas deu-se início a eleição e posse da nova diretoria para o triênio 2008-2009. Ficou assim constituído a seguinte diretoria: Presidente: Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva. Brasileira: viúva, documento de identidade MG 2281374, CPF= 374.982.076-72 residente a: AV Ana Rosa N: 480 Bairros: Ana Rosa, Bom Despacho. MG vice-presidente: Tânia Aparecida da Silva de Oliveira, secretaria, Luana da Silva Santana, segunda secretaria Sandra Maria da Silva, primeira tesoureiro reeleito, Lazaro Antônio Felipe, CPF=294.430.246-91, segunda tesoureiro Maria Imaculada da Silva, suplente: Anderson Henrique Epifânio da Silva. Maria da Conceição Caetano, suplente: Marcela Bianca da Silva Felipe, Luciene da Silva, suplente, Cleverson Luiz Epifânio de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, a senhora: Sandra Maria da Silva. Declarou encerrada a reunião e eu secretaria, levei presente à ata que será assinada por todo o presente, a começar para nova diretoria. Presidente: Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva Vice Presidente: Tânia Aparecida da Silva de Oliveira Um: Tesoureiro: Lazaro Antônio Felipe Dois: Tesoureiro: Maria Aparecida das Graças Perira



Associação dos Quilombos de Bom Despacho
 Comunidade Carrapato Tabatinga
 Rua Tabatinga, nº. 520, Tabatinga, Bom Despacho - MG, CEP: 35.600.000.
 E-mail, aqbd_mg@hotmail.com

Um: Secretaria: Luana da Silva Santana
 Dois: Secretaria: Sandra Maria da Silva
 Conselho Fiscal: Suplentes
 Maria Imaculada da Silva, Anderson Henrique Epifanio da Silva.
 Maria da Conceição Caetano, Marcela Bianca Silva Felipe.
 Luciene da Silva, Cleverson Luiz Epifânio de Oliveira.

CARTÓRIO ARAÚJO
 REG. TIT. C.C.S. E CIVIL DAS PESS. JURÍDICAS
 Protocolo sob nº _____
 Registrado nº _____
 Averbação nº 880 Liv. A
 Bom Despacho, 07 de julho de 2008 Dev. B.

CARTÓRIO TIT. DOC. E C. PESS.
 JURÍDICA - BOM DESPACHO MG
 COTAÇÃO

| | |
|-----------------|-----------|
| Emolumentos | R\$ 36,61 |
| FGD | 2,19 |
| TEJ | 12,17 |
| Outras Despesas | R\$ _____ |
| Total | R\$ 50,97 |

Selo de Fiscalização
 ARQUIVAMENTO
 AHC 16709
 ARQUIVAMENTO
 AHC 16708
 ARQUIVAMENTO
 AHC 16707
 ARQUIVAMENTO
 AHC 16706
 BTH 73901





ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOS DE BOM DESPACHO - AQBD

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art.1º – A ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOS DE BOM DESPACHO também designada pela sigla, AQBD, fundada em 25 de Abril de 2005 é uma entidade, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sede no Município de Bom Despacho, no Estado de Minas Gerais.

PARAGRAFO ÚNICO:

Para efeito deste artigo são considerados remanescentes de quilombos, os cidadão pertencentes a grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Art.2º – A Associação dos Quilombos de Bom Despacho tem por finalidade(s):

- I – Lutar com as comunidades de quilombos de Bom Despacho para a implementação do Artigo 68 dos atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II – Contribuir com as comunidades quilombolas bom - despachenses para o uso sustentável dos seus territórios que garantem suas reproduções física, social, econômica, educacional e cultural;
- III – Contribuir para a defesa dos territórios ocupados pelas comunidades de quilombo de Bom Despacho, em cujo espaço físico exercem seus modos de viver, fazer e criar.
- IV – Promover o reconhecimento de comunidades quilombolas bom - despachenses, inviabilizadas, e que se encontrem desvinculadas de uma luta coletiva contra a opressão e exclusão histórica sofrida;
- V – Incentivar e auxiliar a criação de mecanismos que se oponham à exclusão e discriminação racial;
- VI – Propor ações judiciais em defesa dos direitos dos quilombolas e fora dele;
- VII – Propor ações judiciais em defesa do meio ambiente dos territórios quilombolas;
- IX – Promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- X – Recuperar e manter o calendário de celebrações e comemorações de datas históricas das lutas quilombolas em Minas Gerais e no Brasil;
- XI – Promover o respeito e a preservação das manifestações religiosas e outras manifestações de fé e de religiosidade;
- XII – Respeitar e fazer respeitar a autonomia e autodeterminação de cada comunidade quilombola, como forma alternativa de organização política e social, enquanto segmento social diferenciado;
- XIII – Criar e manter um centro de documentação e uma biblioteca;
- XIV – Promover o desenvolvimento de pesquisas e atividades visando o desenvolvimento auto – sustentável das comunidades quilombolas mineiras;
- XV – Promover proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e aos idosos;
- XVI – Desenvolver relações fraternas de apoio mútuo e solidariedade, troca de conhecimento e experiências com grupos quilombolas brasileiros e estrangeiros, com entidades estaduais, nacionais e internacionais;
- XVII – Relacionar-se com órgãos públicos, Federal, Estadual e Municipais, suas autarquias, empresas, departamentos e instituições, inclusive de outros países, bem



como com outras entidades e organizações não governamentais a nível regional, nacional e internacional, objetivando o desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural das comunidades quilombolas bom-despachenses;

XVIII – Manter o cadastro atualizado dos quilombolas organizados na Associação;

XIV – Promover a organização e o respeito às práticas de esporte e lazer para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Art.3º – São condições para o funcionamento da Associação;

I – Observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II – Adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

III – Dedicar-se às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doações de recursos físicos, humanos e financeiros ou por prestação de serviço de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

IV – A Associação não distribui entre seus associados, diretores, empregados, ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente à consecução do seu objetivo social.

V – Disciplinar-se por um Regimento Interno que será aprovado por Assembléia Geral Ordinária.

VI – Disciplinar o seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art.4º São direitos dos filiados:

I – Tomar parte, votar e ser votada nas reuniões da Assembléia Geral.

II – Recorrer à Diretoria quando se sentir prejudicado na condição de filiado à Associação.

Art. 5º – São deveres dos filiados;

I – cumprir as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e as deliberações da Assembléia Geral;

II – Colaborar com a Associação por todos os meios ao seu alcance;

Art. 6º - A Associação reconhece como condições mínimas para considerar um cidadão como quilombola o disposto no Parágrafo Único do Art. 1º.

Art. 7º - Os sócios respondem nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 8º – Serão excluídos do quadro da Associação:

I – Os filiados que atuarem comprovadamente contra decisões de interesse da

II – Que não comparecerem a 03 (três) Assembléias Gerais Ordinárias.

CAPÍTULO IV DAS CONDIÇÕES DE VOTAR E SER VOTADO

Art. 9º - São condições para o exercício do voto, quer nas eleições, quer nas reuniões Ordinárias ou Extraordinárias da Assembléia Geral:

- I – Fazer-se representar na forma deste Estatuto;
- II – Estar em pleno gozo dos direitos na forma deste Estatuto.

Parágrafo Único: Simultaneamente com a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, serão eleitos tantos suplentes quantos forem os efetivos.

Art. 10º - As eleições para renovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal deverão ser realizadas em Assembléia Geral, convocada para este fim, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando do término do mandato dos que estiverem em exercício.

- I – A reeleição para um mesmo cargo só será permitida uma vez.
- II – Fica terminantemente proibida a prorrogação de mandato.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º – A Administração da Associação será exercida pelos seguintes órgãos:

- I – Assembléia Geral;
- II – Diretoria executiva;
- III – Conselho Fiscal.

Art. 12º – A Assembléia Geral, órgão soberano da associação, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 13º – Compete privativamente à Assembléia Geral:

- I – Aprovar as contas da Associação;
- II – Alterar o presente Estatuto Social;
- III – Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IV – Aprovar o regimento interno da Associação.
- V – Deliberar sobre a extinção da Associação.
- VII – Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal

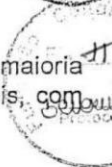
Art. 14º – A Assembléia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, no primeiro semestre, e extraordinariamente sempre que necessário para:

- I – Aprovar a proposta de programação anual da Associação apresentada pela Diretoria Executiva;
- II – Apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva;
- III – discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- IV – Apreciar os pareceres do Conselho deliberativo.

Art. 15º – A Assembléia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I – Pela Diretoria Executiva;
- II – Pelo Conselho Fiscal;





Art. 16º – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da associação, por carta enviada aos associados ou por qualquer outro meio eficiente, com antecedência mínima de (30) trinta dias.

Parágrafo Único – A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados presentes e, em segunda convocação, meia hora depois, com 1/3 (um terço) dos associados, não exigindo a lei quorum especial.

Art. 17º – As deliberações da Assembléia Geral deverão ser aprovadas pela maioria simples dos votos dos associados presentes. Quorum maior deverá ser definido no Regimento Interno.

Art. 18º – A Diretoria Executiva compor-se-á dos seguintes membros;

- I – Presidente;
- II – Vice Presidente
- III – 1º secretário;
- IV – 2º secretário;
- V – 1º tesoureiro;
- VI – 2º tesoureiro.

Parágrafo Único – A diretoria terá mandato de (03) três anos, eleitos de acordo com este Estatuto e Regimento Interno.

Art. 19º – Compete à Diretoria Executiva:

- I – Fazer organizar, por contabilista legalmente habilitado, e publicar o orçamento aprovado no prazo de trinta dias, contados da data da reunião da Assembléia Geral que o aprovou;
- II – Ao terminar o mandato, fazer prestações de contas de sua gestão do exercício financeiro correspondente, levantando para esse fim, por contabilista legalmente habilitado, os balanços de receitas e despesas e econômico, no livro Diário e Caixa de Rendas Próprias, os quais, além da assinatura deste, contará com as do Diretor de Administração e Finanças.
- III – Coordenar a Federação, administrar o patrimônio e lutar em conjunto com as entidades pelos Direitos e Bem-estar dos quilombolas, cumprir o presente Estatuto e normas próprias por ela emitidas ou pela Assembléia Geral.
- IV – Coordenar, conjuntamente, os componentes da administração;
- V – Elaborar o programa anual de trabalho no cumprimento das finalidades da Federação;
- VI – Organizar o plano geral de funções e remuneração dos empregados da Federação;
- VII – Admitir, promover, movimentar, designar, suspender e demitir empregados e, ainda fixar as remunerações de acordo com as necessidades de serviços e dentro do Plano de Funções e Remunerações de que trata o inciso anterior;
- VIII – Convocar e realizar as reuniões da Assembléia Geral da Associação, por decisão da maioria da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.
- IX – Enviar o material a ser discutido nas reuniões da Assembléia Geral com antecedência.

Art. 20º – A Diretoria reunir-se-á bimestralmente, ordinariamente e extraordinariamente, sempre que o Presidente convocar; por convocação de sua maioria, ou ainda, pelo Conselho Fiscal.

Art. 21º – As sessões ordinárias da Diretoria terão lugar e dia certo que ela própria fixará, sendo todas em Bom Despacho. As extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e serão realizadas, em primeira convocação, com totalidade de seus membros e em Segunda convocação, meia hora depois, com 50% (cinquenta) por cento e mais um dos seus membros.

Art. 22º – As decisões da Diretoria Executiva, que por qualquer razão não alcançarem o consenso grupal, serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, a matéria deverá ser rediscutida e novamente votada. Mantendo-se o impasse, a questão deverá ser encaminhada para deliberação à Assembléia Geral.

Art. 23º – Compete ao Presidente:

- I – Representar a Associação perante os poderes públicos, em juízo e setor privado, podendo delegar poderes;
- II – Convocar as sessões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral e presidi-la, à exceção daquelas em que esteja em julgamento em ato seu, hipótese em que a Presidência será exercida por um associado indicado pela Diretoria ou Assembléia Geral, respectivamente dentre os presentes.
- III – Assinar o expediente da entidade e, se necessário, encaminhá-lo ao Tesoureiro e ao Conselho fiscal;
- IV – Assina e rubricar as atas, livros e demais papéis, de acordo com as necessidades da entidade;
- V – Juntamente com o primeiro tesoureiro, determinar o pagamento das despesas autorizadas pela Diretoria e com ele visar os cheques e outros documentos da Tesouraria;
- VI – Fazer cumprir e executar as decisões da Diretoria, que estejam dentro de sua área de responsabilidade;
- VII – Supervisionar todo o funcionamento da Associação;
- VIII – Manter a Diretoria Executiva amplamente informada sobre as áreas que estejam sob sua responsabilidade, procurando a colaboração dos demais Diretores, objetivando melhorar o seu funcionamento e resolução dos problemas constatados.

Parágrafo Único: No caso de ausência eventual do Presidente, os atos de sua competência poderão ser praticados pelo Vice presidente.

Art. 24º – Compete ao primeiro secretário;

- I – Fazer cumprir e executar as decisões da Diretoria Executiva que estejam dentro da área de sua responsabilidade;
- II – Elaborar as atas da Assembléia e da diretoria;
- III – Dirigir os procedimentos Administrativos da Associação.

PARAGRAFO ÚNICO:

Na Ausência do primeiro secretario suas funções serão exercidas pelo segundo secretário

Art. 25º – Compete ao primeiro tesoureiro;



- I – Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e bens patrimoniais da Associação
- II – Dirigir e fiscalizar os serviços de natureza financeira e patrimonial da Associação;
- V – Assinar os cheques e outros documentos financeiros juntamente com o Presidente e efetuar pagamentos e recebimentos autorizados pela Diretoria, na forma da legislação vigente;
- VI – Elaborar as previsões orçamentárias da receita e despesa, bem como os relatórios financeiros e balanços de contas do exercício, na forma das instruções em vigor e apresentar à Diretoria Executiva para os procedimentos seguintes;
- VII – Organizar balancetes mensais e, juntamente com os documentos de receitas e despesas, submeter ao Conselho Fiscal;
- VIII – Juntamente com o Diretor Presidente, representar a Associação perante os estabelecimentos de crédito;
- IX – Fazer cumprir e executar as decisões da Diretoria Executiva que estejam dentro de sua área de responsabilidade;
- X – Manter a Diretoria Executiva amplamente informada sobre as áreas que estejam sob suas responsabilidades, objetivando a melhoria de seu funcionamento e a resolução das dificuldades verificadas.

PARAGRAFO ÚNICO:

Na ausência do primeiro tesoureiro suas funções serão exercidas pelo segundo tesoureiro.

Art. 26º - DO CONSELHO FISCAL.

O conselho fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos na Assembléia geral que eleger a Diretoria.

PARAGRAFO ÚNICO:


I - A chapas deverão ser registradas na Secretária da Associação até vinte e quatro horas antes da Eleição.

II – O edital de convocação disciplinará as eleições e terá a mesma força deste estatuto naquilo que não contraria-lo.

Art. 27º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Examinar e emitir parecer sobre relatórios financeiros da Diretoria Executiva e sobre balanços e contas do exercício;
- II – Fiscalizar e emitir Parecer sobre os atos da gestão financeira da Diretoria Executiva;
- III – Analisar e emitir Parecer sobre as Previsões Orçamentárias de cada exercício;
- IV – Analisar e emitir Parecer sobre aquisições patrimoniais;
- V – Analisar e emitir Parecer sobre a aplicação de fundos e gastos extraordinários;
- VI – Juntamente com o Presidente e o primeiro tesoureiro, atestar a exatidão do termo de conferência dos valores de caixa, que deverá ser emitido a 31 de Dezembro de cada ano, com visto do Contador nos termos da legislação vigente;
- VII – Reunir-se uma vez por mês, ordinariamente, ou extraordinariamente, sempre que a Diretoria Executiva convocar, ou por iniciativa própria.

Parágrafo Único – O Parecer sobre os balanços dos exercícios financeiros e sobre Previsão Orçamentária, constará, obrigatoriamente, da Ordem do Dia das Reuniões da Assembléia Geral, convocadas para tratar desses assuntos.



Art. 28º – Poderá a Assembléia Geral decidir pela convocação de suplentes eleitos no conjunto da administração para desempenharem tarefas não eventuais ou outras de interesse da associação.

Parágrafo Único – As atribuições e designações de que trata o " caput " deste Artigo, serão decididas pela Assembléia Geral, ouvida a Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VI DA PERDA DO MANDATO

Art. 29º – Os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal perderão o seu mandato nos seguintes casos:

- I – Malversação ou dilapidação do patrimônio;
- II – Grave violação deste Estatuto;
- III – Abandono de cargo na forma prevista deste Estatuto;
- IV – Quando atuar comprovadamente contra as decisões estatutárias e atividades da Associação que visem a defesa dos direitos e interesse das comunidades quilombolas.

Parágrafo Primeiro – Para perda de mandato ou suspensão do cargo administrativo, será necessário que a maioria da Diretoria Executiva ou pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros da Assembléia Geral, em condições de voto, comunique, por escrito, os motivos determinantes da acusação, a fim de que seja mantido o direito de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento do comunicado.

Parágrafo segundo – A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, para esse fim convocada.

Parágrafo terceiro – Declarada a perda do mandato ou suspensão do cargo administrativo pela Assembléia Geral, far-se-ão as substituições na forma do Estatuto.

CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO

Art. 30º – O Patrimônio da Associação dos quilombolas de Bom Despacho será constituído de:

- I – Bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública;
- II – Aluguéis de imóveis e juros de títulos e depósitos;
- III – Bens e valores adquiridos e rendas pelos mesmos produzidos;
- IV – Outras rendas eventuais.
- V – Subvenções da União Estados e Municípios e Entidades Públicas.
- VI – Doações de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 31º – No caso de dissolução da entidade, o seu patrimônio líquido será transferido a Federação qualificada, nos termos da Lei 9.790/99, inciso IV do art. 4º, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO VIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32º – A prestação de contas da entidade observará no mínimo:



II – A publicidade, por qualquer meio, no encerramento de exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos, junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição ao exame de qualquer cidadão;

III – A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV – A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Artigo 70 da Constituição Federal.

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 33º – Serão tomadas por voto aberto, as deliberações da Assembléia Geral.

Art. 34º – Serão nulos de pleno direito, os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na lei e neste Estatuto.

Art. 35º – O presente estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Art. 36º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

O presente estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada no dia 25/04/2005

Bom Despacho, 25 de abril de 2005

Nome e assinatura do presidente

Leontiana Aguiar da Silva
 José Alves de Souza
 Mário Domingos
 Antônio Ferraz dos Santos
 Maria Aparecida dos Santos Pereira
 Manoel da Paço Espírito da Silva

[Handwritten signature]
 045/MG-50.0

Bozano Antonio Felix
Bozano Alexandre - Rachel Bernades Silva
Fechado Custódia da Silva
Phma Maria dos Santos Clausen

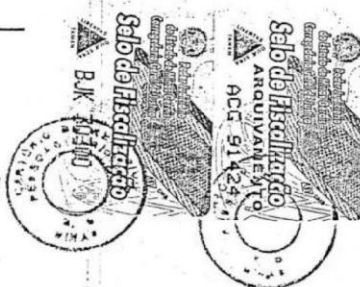
* SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL DAS *
 PESSOAS JURÍDICAS
 COM DESPACHO - MINAS GERAIS

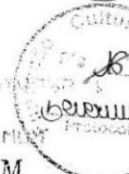
Apresentado hoje para registro. Registrado
 sob o número 880 no livro A-6, fls: 60.
 Boa Despacho, 28 de JUNHO de 2006

Emolumentos... 54,67
 Tx. Fisc. Jud... 17,20
 Total: 71,87

O Oficial,

[Handwritten signature]





RELACÃO FUNDADORES DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO DE BOM
DESPACHO Nº 1.147

SEBASTIANA GERALDA RIBEIRO DA SILVA, presidente, viúva,
aposentada, residente à Avenida Ana Rosa, 480 - Bairro Ana Rosa.
Telefone: 35223324

ANTONIO ZEFERINO DOS SANTOS, vice-presidente, casado, funcionário
público, residente à Rua Curvelo, 93 - Bairro São Vicente.
Telefone: 3522-2691

GEISIANE DE AZEVEDO PERES SOUSA RESENDE, 1ª secretária, casada,
auxiliar de enfermagem, residente à Rua José Maria de Melo Queiroz, 60 -
Bairro Ana Rosa - Telefone: 9949-2457 / 8813-5423

MARIA APARECIDA DAS GRAÇAS PEREIRA, 2ª secretária, viúva,
faxineira, residente à Rua Tabatinga, 347 - Bairro Ana Rosa
Telefone:

JOSÉ NUNES DE SOUZA, 1º tesoureiro, casado, ferroviário, residente à Rua
Ambrosina Luquine, 280 - Bairro São Francisco
Telefone: 9967-7968 / 3522-4262

MARIA DAS GRAÇAS EPIFÂNIO DA SILVA, 2ª secretária, casada,
auxiliar de enfermagem, residente à Rua José Fatal, 184 - Bairro Ana Rosa
Telefone: 3522-7803

LÁZARO ANTONIO FELIPE, conselho fiscal, solteiro, funcionário público,
residente à Avenida Ana Rosa, 480 - Bairro Ana Rosa
Telefone: 3522-7803

PEDRO CUSTÓDIO SILVA, conselho fiscal, solteiro, cabeleireiro, residente
à Rua Picão Camacho, 1480 - Bairro Babilônia
Telefone: 3522-5635 / 8808-4220

VALDOMIRO PEIXOTO, conselho fiscal, casado, contador, residente à Rua
do Campo Redondo, 250 - Bairro Babilônia.
Telefone: 9955-9855

Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva

* SERVIÇO DO REGISTRO CIVIL DAS *
PESSOAS JURÍDICAS
BOM DESPACHO - MINAS GERAIS

Apresentado hoje para registro. Registrado
sob o número 880 no livro A-6, fls: 60.
Bom Despacho, 28 de JUNHO de 2005

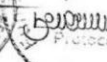
Emolumentos... 54,67
Tx. Fisc. Jud... 17,20
Total: 71,87

O Oficial,

[Handwritten signature]



[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the document]



F.A.
 Familia 1: Maria Ap Amaral Dias
 R: Geraldo Queiroz Camacho. 271
 CPF: 007896247038 OK

Familia 2: Maria Ap Gonzales Xavier
 R: Geraldo Queiroz Camacho
 CPF: 0003023713626

Familia 3: Elida de Jesus
 R: Raquel Raima de Oliveira
 CPF: 06 022734693

Familia 4: Maria Ap de Karina
 R: Leito Lina Kenio
 CPF: 087 0878 28615

Familia 5: Vera Lucia S. Emerio
 CPF: 087 0878 28615

Familia 6: Antonia Inacio dos Santos
 R: L. Teixeira Roraima 60
 CPF: 858.352.371.72

Familia 7

Familia 8: Vicentina Paulo Santos

Família 9: Maria de Estima Reis
 Av: Dir Reque
 CPF: 07 133 04 0 697

Família 10: Elvira Reis Lapa
 R: Geralda Queiroz Camacho
 CPF: 0985 33061 668

Família 11: Rosilda Luperino Naveiro
 R: Rorano
 CPF: 098 9476 23 604

Família 12: Geralda Lapa de Araújo
 Av: Ana Rosa
 CPF: 000 638 68 032 649

Família 13: Angela Maria Lupa
 R: Luta Lima Reis
 CPF: 0572 385 -7 0610

Família 14: Anália Sp. Rodrigues Kuen
 R: Jose Veloso
 CPF: 000 376 862 -1650

Família 15: Maria da Conceição Rodrigues
 R: Takatinga
 CPF: 000 877 0156 1668

Família 16: ~~Jose~~
 Jose Lucio Alves Amaral



Família 17: Maria dos Dores Rodrigues Lucar
CPF. 000.603.533.500

Família 18: Paulina Rosa Couto
R. Eliza Azevedo Lentigo
CPF. 044.766.213.600

Família 19: Maria dos Dores Lindarina
R. Lúcia Linhares Kerubo
CPF:

Família 20: Maria José Barbosa
R. Lúcia Kerubo 369
CPF. 094.909.8613 OK

Família 21: Andreia Esp. de Lindoriano
CPF. 063.246.20.003
R. Helena Azevedo P. Neto

Família 22: Joaquim Rêgo da Cunha
CPF. 000.302.36.016.73-

Família 23: Wesley Gutemberg Amapatis Rosa
R. José Mário de Melo Azevedo 111

Família 24: Rosa Kerubo da Silva Campos

Família 25: Gelma Sp. de Amaral Boer
 R: Bico 02
 CPF 06862193605

Família 26: Marlon Lucia Ferreira da Silva
 R: Geralda Queiroz
 CPF


Família 27: Rosa Helena Ferreira da Silva
 R: Linha Ferreira

Família 28: Elza Regina Eugênio Américo
 R: Linha Ferreira
 M. 6977-710

Família 29: Geralda Maria Sp. de Amaral da Silva

Família 30: Estimar José Radilha
 Av. Ama Rosa
 M. 45.019.597

Família 31:



REALIDADE

HABITAÇÃO DIGNA PARA TODOS

Tudo Mentiroso:

habitação digna para todos
 meta traçada pelo Prefeito
 Luquine, uma lei de autoria
 ex. vereador pelo PT,
 criou o Conselho
 Municipal de Habitação Popular.
 ditando no projeto, Célio
 Aine criou o conselho e
 deu 5% do orçamento do
 município, ao fundo. Foi o
 primeiro para que um terreno no
 bairro Tabatinga fosse adquirido
 e colocados os beneficiados
 em um loteamento necessita:
 água, energia
 elétrica e rede esgotos. Uma área
 destinada para se construir
 Praça Pública. Uma Quadra
 de esportes já existe e breve
 mente será um posto policial. Para
 as condições de vida sejam
 melhores, foi asfaltada a Avenida
 Rosa, construído o Trevo
 de Lacerda, que foi gramado,
 irrigado e servirá também
 como opção de lazer.
 As centenas de famílias
 atualmente cadastradas, 800
 são classificadas. Destas, 170



Descerramento da placa inaugural do Bairro Tabatinga - 1995

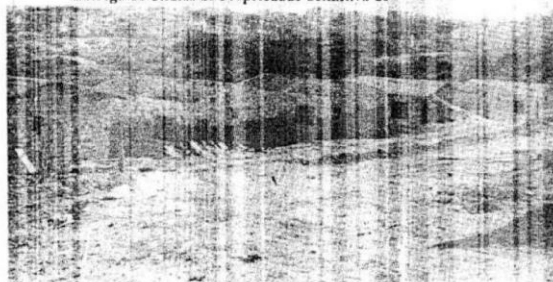
participa
 Critério
 famílias
 família p
 não pod
 imóvel (c
 em seu n
 100 forar
 casa próp
 A eq
 sorteou
 coordena
 Social Im
 e contou
 Movimento
 Cristand
 Moradore
 Conselho
 Habitação
 receber a
 famílias a
 comprova
 número d
 providen
 cartório
 Prefeitura
 compõe
 possuem i



Entrega de Títulos de Propriedade definitiva de



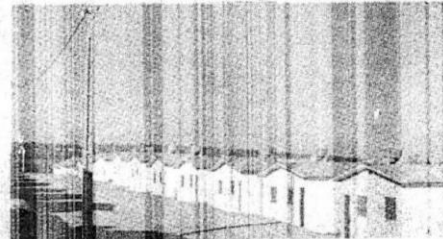
terrenos, feita pela Prefeitura e Ruralminas.



As casas na Tabatinga passam por



diferentes estágios de acabamento.



D. Selorliana fé' Luta e devoções



08

SEALDAS

Espe

A FORÇA DE N

A Devoção

A devoção a Nossa Senhora do Rosário tem sua origem na França do século XIII, quando Maria Santíssima apareceu ao cônego Domingos de Gusmão, indicando-lhe que a mesma saudação que Ela recebeu do Anjo, anunciando a redenção do mundo, poderia ser usada para a conversão dos albigenses heréticos, determinados a destruir o catolicismo.

São Domingos compôs, então, o Rosário, intercalando as "Ave-Marias" com as pequenas meditações dogmáticas da Vida, Paixão e Ressureição de Jesus Cristo. E fundou a Ordem dos Dominicanos, para perpetuar seu esforço missionário. A propagação da devoção ao Rosário também contou com a ajuda de São Francisco de Assis, contemporâneo de São Domingos, que o tornou obrigatório entre os seus frades menores. Foram os frades franciscanos os evangelizadores dos negros africanos na devoção a Nossa Senhora do Rosário, vista, então, como "Aquele que liberta".

No Brasil, a primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi fundada em 1634, em Alagoas (Penedo), mas foi em Minas Gerais (Vila Rica e Diamantina) que ela mais cresceu e se destacou. Os negros levavam o rosário no pescoço e, depois dos terríveis trabalhos do dia, reuniam-se no interior das senzalas, em torno de um "tirador de reza".

Hoje, esse costume é lembrado pelos dançantes nas festas do Rosário e celebrações da Missa Conga, quando eles cantam: "*Foi no tempo do cativoiro/ quando o patrão me batia/ Eu gritava por Nossa Senhora, ai meu Deus/ quando a pancada doía./ Preto velho muito trabalhou/ mas cantava, tocando tambor/ E de noite na fria senzala chorava/ e rezava pra Nossa Senhora.*"

Ou ainda: "*O senhor ia à missa/ era negro quem levava/ O senhor entrava pra dentro/ Lá fora, o nego ficava./ ACORDA NEGRO, O CATIVEIRO JÁ ACABOU/ A SENHORA DO ROSÁRIO, NOSSO POVO ABENÇOOU!*"

Fontes: Frei Chico van der Poel, Frei Patrício, Juraci Oliveira

*D. Sebastiana
Matrarcão
Sempre na Luta.*

Quando em 13 de maio de 1888 os negros foram libertos, na verdade esta libertação não ocorreu plenamente. Eles que tinham uma senzala como misera morada. Que comiam os restos da casa grande, foram jogados nas estradas, sem ter onde morar e o que comer. Esta foi a paga que a elite branca do Brasil deu àquele povo que construiu com suor e lágrimas a riqueza nacional nos canaviais, nos cafezais, minas de ouro, nas fazendas e nas cidades.

José do Patrocínio, grande abolicionista, descendente de escravos, propôs que no ato da Abolição da Escravidão se fizesse uma reforma agrária e se doassem terras para os negros trabalharem. Assim ao invés de termos milhões de brasileiros miseráveis e famintos, teríamos uma honrada classe de famílias de fazendeiros negros, construindo a riqueza e a grandeza do Brasil. Mas o egoísmo falou mais alto. A discriminação racial mostrou suas garras: "O que vem a ser isto, companheiro, onde já se viu negro dono de terras e de fazendas?" E estes milhões de hectares de terras devolutas e improdutivas ficaram paradas e esquecidas sem gerarem riquezas e desenvolvimento para o Brasil.

E hoje pagamos a cegueira social de nossos antepassados, com favelas, com traficantes, analfabetos, assaltos, estupros, crimes, de que os míseros são ao mesmo tempo vítimas e autores, por causa desta injusta e secular separação em que a maioria pobre é de descendentes de escravos. Fossem mais inteligentes e mais solidários o governo e as elites do século XIX e atualmente teríamos, com certeza, um país mais rico, mais solidário e com inclusão social melhor resolvida.

Mas o presidente Luís Inácio Lula da Silva, que sentiu na pele com o retirante nordestino a tragédia da discriminação social e racial no país, está se empenhando para que em seu governo se criem alguns benefícios especiais para os negros, numa correção dos erros históricos contra eles cometidos.

E é aí que entra uma bom-despachense por direito e adoção. Eu falo de Sebastiana Geralda Ribeiro da Silva. Ou simplesmente Dona Tiana da



Axé! Salve, salve, Dona Sebastiana, a bravaguerreira quilombola que os Orixás abençoaram como condutora de sua raça e de sua gente na Tabatinga e em toda a Bom Despacho!

Sucesso - MG.

Filha de Dona Maria Imaculada Ribeiro e de José Domingos Ribeiro. Conhecido como Neginho da Boca Rica, pelos muitos ouros que tinha nos dentes. Ele era ferroviário e foi por causa da profissão que veio para Bom Despacho com a família e a menina Tiana. Que aqui cresceu e se casou com o cabo de Polícia Waldemar Efigênio Silva, junto do qual formou uma bela família.

Tiana é mãe de 5 filhas e 1 filho: Maria da Glória, Sandra, Imaculada, Tânia, Maria das Graças e José Carlos, que lhe deram 17 netos e 2 bisnetos.

O que torna Sebastiana diferenciada é que ela como descendente de quilombola procurou usufruir dos direitos que as leis do Governo Lula lhe conferem.

Entre seus antepassados que vieram d'Africa, alguns fugiram das fazendas e das minas de ouro. Lutaram e resistiram contra a escravidão do branco no Quilombo dos Carrapatos em Bom Sucesso. E Tiana correu atrás. Provou que corre em seu sangue o mesmo sangue dos guerreiros africanos do referido quilombo. Por meio da organização Palmares, ela conseguiu que a Tabatinga fosse reconhecida como "Associação Residente dos Quilombos dos Carrapatos". Isto depois de muita luta. Viagens a Brasília. E viagens de representantes do Governo Federal a Bom Despacho, à Tabatinga. Encontros com

A Tiana é hoje, mais do que sempre foi, aqui, a líder maior de seu povo e sua grande representante em nível nacional. Ela viaja por todo o Brasil, participando de encontros, seminários e palestras, levando o conhecimento, a cultura e as artes de seu grupo da Tabatinga e ao mesmo tempo aprendendo com outras organizações do gênero. Através de suas mãos, os benefícios estão chegando para sua gente, em forma de bolsa família, de fome-zero, de máquinas industriais

para profissionalização de jovens e adultos. Estas máquinas já estão, em parte, nas dependências da Creche Dona Joesse, e breve outras virão e serão instaladas em galpões a serem construídos com verbas federais.

Para o Natal, serão distribuídas 1000 sextas básicas, doação governamental, para as famílias carentes de "quilombolas residentes" de Bom Despacho. Distribuição feita com o apoio e ajuda de outra grande personagem que Bom Despacho acolheu de braços abertos e que hoje é um dos baluartes das causas sociais locais: Jane Paschoal, a gerente do Sesc/Laces BD, cuja atuação a cidade reconhece e agradece.

Axé, Dona Sebastiana! Que todos os Orixás a protejam e lhe deem longa vida, saúde, abençoando essa inteligência e essa liderança admiráveis postas a serviço de sua raça e de toda a nossa Bom

